



**Democracias,
ditaduras,
fascismos:**

*estudos de poder
e hegemonia*

Rodrigo Ribeiro Paziani
Gabriel Paiva
Organizadores

AC
ACERVUS

**DEMOCRACIAS,
DITADURAS,
FASCISMOS:**

estudos de poder e hegemonia



© Dos Autores, 2022

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo dos trabalhos aqui publicados.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Imagem da Capa

Ilustração editada a partir da obra *Le Désespéré* (1843), de Gustave Courbet (1819-1877). Óleo sobre tela. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/>.

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinicius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D383 Democracias, ditaduras, fascismos [recurso eletrônico] : estudos de poder e hegemonia / Rodrigo Ribeiro Paziani, Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva, organizadores. – Passo Fundo: Acervus, 2023.
2 MB ; PDF. – (Tempos históricos; 30).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-43-1.

1. Democracia. 2. Classes sociais. 3. Poder. 4. Ditadura.
5. Fascismo. 6. Hegemonia. I. Paziani, Rodrigo Ribeiro, org.
II. Paiva, Gabriel de Abreu Gonçalves de, org. III. Série.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

RODRIGO RIBEIRO PAZIANI
GABRIEL DE ABREU GONÇALVES DE PAIVA
ORGANIZADORES

**DEMOCRACIAS,
DITADURAS,
FASCISMOS:**

estudos de poder e hegemonia



PASSO FUNDO
2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Rodrigo Ribeiro Paziani Gabriel Paiva</i>	
I. DEMOCRACIA RESTRITA E GOLPISMO: o movimento municipalista brasileiro e os projetos de Antônio Machado Sant’anna (1946-1964)	15
<i>Yuri de Araújo Carvalho</i>	
II. O “GRUPO DOS ONZE” E A LUTA PELAS REFORMAS DE BASE NO PARANÁ (1963 - 1964)	45
<i>Luana Milani Pradela</i>	
III. A ATA COMO FONTE DA PESQUISA HISTÓRICA: o pedido de intervenção federal na UFSC feita pelo movimento estudantil em 1964	73
<i>Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira</i>	
IV. A ATUAÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO PAULISTA NAS GREVES DE 1980 NO ABC PAULISTA: da burguesia “renovada” à burguesia braço da ditadura	103
<i>Samuel Fernando da Silva Júnior</i>	

V. LUDWIG VON MISES E MURRAY N. ROTHBARD: uma análise do surgimento do “anarco” capitalismo <i>Raphael Almeida Dal Pai</i>	133
VI. AUSTERIDADE, ULTRAINDIVIDUALISMO E REDUÇÃO DO ESTADO: O “neoliberalismo libertário” do Movimento Brasil Livre <i>João Elter Borges Miranda</i>	161
VII. AS FRENTES DE ATUAÇÃO DO MESP: o site como lócus articulador do movimento (2013-2019) <i>Gabriel Paiva</i>	191
VIII. O PAPEL DA GRANDE MÍDIA E AS RAÍZES DO PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO: o “discurso do medo” do jornalismo policial sensacionalista <i>Mariano Luis Sánchez</i>	219
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	247

APRESENTAÇÃO

*Atenção/Ao dobrar uma esquina
Uma alegria/Atenção, menina
Você vem/Quantos anos você tem?
Atenção/Precisa ter olhos firmes
Pra este sol/Para esta escuridão
Atenção
Tudo é perigoso/Tudo é divino maravilhoso
("Divino Maravilhoso", 1969)*

Os versos de “Divino Maravilhoso”, canção composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil em um dos períodos funestos e devassos da história brasileira (e latino-americana), não apenas permanecem vivos e intensos, como parecem reacender perturbadoras luzes, mais de cinquenta anos de seu lançamento.

Pois, se “tudo [que] é perigoso” pode apresentar-se “divino maravilhoso”, nada melhor que “ter olhos firmes” e “atenção ao dobrar a esquina”: tanto os dias de “escuridão” – e têm sido muitos! – quanto aqueles supostamente “ensolarados” podem revelar (ou tentar esconder) novos e velhos capítulos de dominação burguesa e das lutas de classes. Não é de outro modo que pensamos criticamente o arco

histórico de um país a balouçar entre várias tentativas de golpes (e mais de duas décadas de ditadura), ataques ostensivos ao (frágil) regime democrático e a re/emergência de sujeitos, grupos, organizações de extrema direita com fortes colorações (neo)fascistas.

Partindo destas breves reflexões iniciais, cravadas no longo processo histórico de formação de uma sociedade de classes autoritária, expropriadora, discriminatória e violenta, mas não menos decisivo no decurso do nosso tempo presente que partilhamos *Democracias, ditaduras, fascismos: estudos de poder e hegemonia*.

Resultado de pesquisas científicas realizadas em nível de mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon, a obra agrega uma jovem safra de historiadores que portam – em suas respectivas trajetórias e formações intelectuais – densidade analítica e significativas contribuições ao (urgente) debate sobre os sentidos e significados da democracia, da ditadura e do fascismo (ou da “fascistização”), especialmente no Brasil.

Se, ao longo da obra, os leitores encontrarão um conjunto diversificado de estudos críticos sobre poder e hegemonia versando sobre sujeitos, relações, processos e estruturas em distintas chaves analíticas e contextos históricos, não menos verdade é o fato desta inegável diversidade vir alicerçada numa coesa proposta de discutir – e recolocar – historicamente o espaço crucial ocupado pelo capitalismo e as lutas de classes tanto no âmbito do Estado restrito, quanto no dos aparelhos privados e dos intelectuais representativos das classes em disputa. Fazer-se diverso na unidade (dialética): eis o desafio lançado por este livro.

Logo no primeiro capítulo, intitulado *Democracia restrita e golpismo: o movimento municipalista brasileiro e os projetos de Antônio Machado Sant’anna (1946-1964)*, Yuri de Carvalho Araújo

descortina um tema que encontra conexões com o nosso tempo presente. Numa sagaz exposição que pendula historicamente entre o circunstancial e o estrutural, o individual e o coletivo, Araújo analisa a ascensão do (pouco discutido) movimento municipalista brasileiro, tendo por “peão” no tabuleiro das disputas por poder e hegemonia o jornalista, político e empresário Antônio Machado Sant’Anna. Por meio deste personagem, captamos não somente as lideranças, suas formas organizativas e modos de atuação (destaque para as ramificações interioranas), como evidências de um projeto social de feições antidemocráticas e golpistas.

No segundo capítulo, o movimento de resistência e luta desloca-se para o espectro progressista e democrático. Em *O ‘Grupo dos Onze’ e a luta pelas Reformas de Base no Paraná (1963-1964)*, Luana Milani Pradela disserta sobre os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, organização de cariz reformista cujos membros eram convocados-comandados por Leonel Brizola, parlamentar vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, em 1961, liderara a “Campanha da Legalidade”. Neste texto, a autora debruça-se sobre a atuação do Grupo dos Onze durante a luta pelas “Reformas de Base” (1963-64) no Estado do Paraná, com ênfase na proposta de reforma agrária, num período de instabilidade política e econômica e de defesa da implantação, no âmbito da ordem democrática, de francas mudanças constitucionais.

O terceiro capítulo lança uma problematização instigante: é possível “iluminar” uma única fonte histórica e, de suas entranhas, deslindar matizes de um debate sobre a experiência autocrático-burguesa no Brasil da ditadura? Em *A ata como fonte da pesquisa histórica: o pedido de intervenção federal na UFSC feita pelo movimento estudantil em 1964*, Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira seleciona a 37ª Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal de

Santa Catarina, datada de 24 de janeiro de 1964, para analisar detidamente o pedido de intervenção federal apresentado pela União Catarinense dos Estudantes – num contexto antecipatório ao regime ditatorial, marcado pelos abusos de poder e a hegemonia do projeto autocrático da administração superior.

Uma perspectiva historiográfica relevante continua sendo a que aborda as greves dos metalúrgicos no ABC paulista entre 1978 e 1980, e, como delas, emergiram o PT, a CUT, e, claro, Luiz Inácio “Lula” da Silva. Mas, e quanto ao grande empresariado paulista? Como esta fração burguesa da classe dominante fez-se presente no contexto das greves? É o que o leitor encontrará no quarto capítulo, *A atuação política do empresariado paulista nas greves de 1980 no ABC paulista: da burguesia “renovada” à burguesia braço da ditadura*, de Samuel Fernando da Silva Junior. Tomando como ponto de partida as greves de 1980, o autor trata com densidade e clareza metodológica as formas intransigentes de atuação e as estratégias organizativas usadas pelo empresariado paulista vinculado à FIESP para enfrentar e conter a agenda de luta dos trabalhadores.

No capítulo 5, intitulado *Ludwig von Mises e Murray N. Rothbard: uma análise do surgimento do “anarco’capitalismo”*, Raphael de Almeida Dal Pai analisa as trajetórias intelectuais e formulações doutrinárias de dois dos principais expoentes-inspiradores do chamado “anarco’capitalismo”. Desfazendo, de imediato, quaisquer afinidades eletivas com o ideário anarquista, o autor não apenas expõe as formações ideológicas “anarco’capitalistas” e as redes de relações de Mises e Rothbard, como descortina seus respectivos legados no apogeu do neoliberalismo e na ascensão e fortalecimento, no Brasil recente, de aparelhos privados e intelectuais burgueses identificados com concepções “libertarianistas” (e fascizantes) de poder.

Elementos fundamentais do corpus doutrinário de matriz neo-

liberal estiveram – e encontram-se – presentes na formação, organização e modos de atuação de sujeitos e “movimentos” representativos das direitas no Brasil contemporâneo, especialmente após as Jornadas de Junho de 2013: eis o ponto de discussão de João Elter Borges Miranda no capítulo 6, *Austeridade, ultraindividualismo e redução do Estado: o “neoliberalismo libertário” do Movimento Brasil Livre*. Tendo como eixo de abordagem o protagonismo político-ideológico do MBL, Miranda analisa a influência decisiva da agenda “neoliberal libertária” deste aparelho privado de hegemonia burguesa nas relações ampliadas do Estado e, em particular, na ascensão da extrema direita no país com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Contudo, é preciso termos certos cuidados historiográficos para não incorreremos num tratamento equivocado desta temática. Isto porque, antes do surgimento de grupos como o MBL, um outro “movimento” das direitas (de cariz fascista) com forte capilaridade social e capacidade de produzir consensos sobre a educação e o ensino ganhava a cena política brasileira, o Movimento Escola Sem Partido (MESP). No capítulo 7, *As frentes de atuação do MESP: o site como locus articulador do movimento (2013-2019)*, Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva detém-se nesta questão ao perscrutar as “frentes de atuação” constituída pelo MESP desde 2004 a partir de uma arguta análise do site enquanto instância amalgamadora do que chama de “rede extrapartidária”, formada por um intrincado conjunto de intelectuais e aparelhos privados de hegemonia burguesa.

O último capítulo, de Mariano Luis Sánchez, fecha esta coletânea com uma lapidar reflexão sobre as nefastas sombras do fascismo que tem adquirido corporeidade existencial na violência midiático-televisiva contemporânea e em suas interfaces com a dinâmica repressiva do capital. Em *O papel da grande mídia e as raízes do processo de fascistização: o “discurso do medo” no jornalismo policial sensacio-*

nalista, Sánchez parte de excertos de programas jornalísticos sensacionalistas de natureza policial para desvendar os mecanismos de construção, disseminação e incorporação do “discurso do medo” num cotidiano marcado cada vez mais pela naturalização da violência (“bandido bom é bandido morto”), pela banalização da morte e pelo ódio de gênero, raça e classe social – questões caras ao processo de fascistização em curso no país.

Em suas teses sobre o conceito de História, Walter Benjamin alertara para um duplo perigo que rondava o mundo naquelas primeiras décadas do século XX: o de liberais progressistas, socialistas e comunistas acreditarem cegamente em ilusórias vitórias e discursos triunfais e, principalmente, o de se entregar a História – enquanto narrativa, memória e poder em disputa – aos propósitos hegemônicos das classes dominantes (e, em particular, aos regimes nazifascistas).

No entanto, foi Antônio Gramsci quem melhor soube escrutinar estes perigos. Numa de suas fulcrais assertivas, o marxista italiano asseverou: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. Trabalhador, intelectual e militante na Itália pós-*Ressorgimento*, Gramsci perscrutou como poucos os embates pelo poder e pela hegemonia das classes em luta, tanto quanto as “crises orgânicas” inerentes a governos e regimes democrático-liberais, vendo-os não apenas como fatores indissociáveis das transformações do capitalismo, como germens do ascenso e fortalecimento de organizações de cunho autoritário e fascista.

O que nos faz retomar, em outro contexto, a canção de Caetano e Gil. Eternizado na inesquecível interpretação de Gal Costa

(que tristemente nos deixou em 2022), o refrão de *Divino Maravilhoso* – “É preciso estar atento e forte/Não temos tempo de temer a morte” – insurge no epílogo desta apresentação como uma espécie de “síntese” das reflexões, análises e posições historiográficas assumidas pelos/as autores/as e reunidas com grande satisfação neste livro que ora partilhamos com os leitores.

Se ele remete à tarefa, enquanto sujeitos de nosso próprio tempo, de estarmos sempre alertas diante de quaisquer discursos e práticas de cariz autoritário, violento, triunfalista ou apassivador, por outro, na condição de historiadores, coloca-nos face a necessidade premente de descortinar – na dialética entre presente e passado – as múltiplas determinações e perspectivas críticas que nos permitam compreender e enfrentar historicamente os apagamentos das memórias dos explorados e oprimidos e as diversas formas de negacionismo histórico e científico.

Então, *Avanti!* E uma ótima leitura!

Os Organizadores

Marechal Cândido Rondon/Cascavel,
novembro de 2022.

DEMOCRACIA RESTRITA E GOLPISMO: o movimento municipalista brasileiro e os projetos de Antônio Machado Sant’anna (1946-1964)

Yuri de Araújo Carvalho

O presente capítulo, oriundo da dissertação “Oásis no deserto de homens em um mundo de desiludidos: anticomunismo e municipalismo nas trajetórias do ‘jornalista’ Antônio Machado Sant’Anna (1940-1966)” (CARVALHO, 2019), discutirá a ascensão do movimento municipalista brasileiro em meados do século XX, suas feições antidemocráticas – agudizadas com o apoio ao golpe civil-militar de 1964 – e suas ramificações interioranas, quando conferiremos maior destaque para a figura do jornalista, político e empresário Antônio Machado Sant’Anna, figura de proa na história da cidade de Ribeirão Preto/SP.

Machado Sant’Anna era detentor de um vasto e impressionante currículo, no qual constavam suas atribuições como diretor da sucursal ribeirão-pretana do *Diário de São Paulo* (1930-1970), proprietário e/ou diretor dos jornais locais *A Tarde* (1940-1955) e *Diário da Manhã* (1955-1966), fundador e diretor do *Rotary Club* de Ribeirão Preto (1942-1958), membro (e diretor) da Academia Ribeirãopretana de Letras (a partir de 1958), diretor do Depart-

mento de Educação, Cultura e Turismo de Ribeirão Preto (1960-1963), conselheiro (1955) e secretário geral (1962-1971) da Associação Paulista de Municípios (APM), conselheiro da Associação Brasileira de Municípios (ABM) (1968-71), etc. (ORDEM, s.d.).

Amparando-nos no aporte teórico-metodológico gramsciano a respeito da integralidade do Estado e do papel dos aparelhos privados de hegemonia para a garantia do consenso das camadas subalternas, promoveremos aproximações a variadas fontes jornalísticas para desnublar os caminhos trilhados por Machado Sant'Anna rumo ao escrutínio de complexos e abrangentes projetos de manutenção da hegemonia burguesa.

A validade de uma pesquisa que descortine o movimento municipalista brasileiro a partir das atuações de um sujeito histórico determinado (Machado Sant'Anna) e busque a compreensão das congruências e reverberações dos interesses das classes dominantes-dirigentes burguesas (tanto em dimensões locais quanto supralocais) atende às possibilidades aventadas pelos historiadores Pedro Henrique Pedreira Campos e Rafael Vaz da Motta Brandão. Para eles, o tema da burguesia brasileira, embora analisado em alguns estudos clássicos produzidos por intelectuais como Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro e Jacob Gorender, ainda carece de pesquisas que atualizem e minuciem “as características e peculiaridades da classe dominante brasileira”, ou seja, trabalhos que possam aprofundar “as investigações sobre a burguesia brasileira em suas características *históricas, regionais, relação com o aparelho de Estado, formas organizativas em entidades empresariais, ação política, etc.*” (CAMPOS; BRANDÃO, 2017, p. 11, grifos nossos). Ainda de acordo com os autores:

[...] apesar da solidariedade de classe em torno de alguns interesses, a classe dominante brasileira difi-

cilmente pode ser observada em momentos de unidade, entendimento e consenso, tanto em suas ações políticas, como em seus interesses e projetos. Como qualquer burguesia no sistema capitalista, a classe dominante brasileira é composta por frações sociais, derivadas das suas diferentes áreas de atividades, seu diverso grau de associação ao capital estrangeiro, suas diferenças de mercado e clientes principais, *características de formação local e regional, além de diferentes concepções políticas e ideológicas assumidas em momentos históricos específicos*. Assim, um real e necessário quadro da classe dominante brasileira – em sua formação, perfil, particularidades e ação social – só pode ser obra de um esforço coletivo, que investigue as diferentes frações e grupos dessa classe social, suas reformulações históricas, seus diferentes padrões de ação social e política, *além dos seus principais agentes e líderes* (CAMPOS; BRANDÃO, 2017, p. 18, grifos nossos).

O presente artigo pretende, portanto, fornecer contribuições ao esforço coletivo proposto, através do desvelamento de algumas das principais características, interesses, projetos e sujeitos vinculados às frações de uma burguesia que, embora simultaneamente “regional” (implementação de ações concretas em espaços determinados) e “regionalista” (princípios econômicos e político-ideológicos de “autonomia” e preservação da “ordem local”), não sustentava posturas herméticas ou introvertidas, mas procurava fortalecer suas conexões junto às associações e sujeitos representativos dos segmentos mais amplos e poderosos da burguesia dominante e dirigente brasileira.

Tais movimentos deram-se em uma baliza temporal comumente referenciada como “quarta república”, “república populista” ou “de redemocratização” (1946-1964) – termos os quais devem ser nuançados a partir do seguinte questionamento: tratou-se, efetiva e verda-

deiramente, de uma conjuntura histórica “democrática”? A resposta é negativa, conforme os apontamentos de Marilena Chauí a respeito da curiosa “memória histórica” atribuída ao período em questão:

Segundo essa memória, entre 1946 (fim da ditadura Vargas ou Estado Novo) e 1964 (fim do populismo janguista com o golpe de Estado de 1º de abril), o Brasil teria sido uma democracia. Essa memória é paradoxal porque tecida de vários esquecimentos significativos, como, por exemplo, o de que a Constituição de 1946 define a greve como ilegal, mantém a legislação trabalhista outorgada pela ditadura Vargas (e que é reprodução literal da *Carta del Lavoro*, de Mussolini), proíbe o voto aos analfabetos (isto é, à maioria da população, na época), coloca o Partido Comunista na ilegalidade, conserva a discriminação racial e não questiona a discriminação das mulheres, consagrada pelos códigos Civil e Penal, etc. (CHAUÍ, 1989, 49-50).

Para José Paulo Netto, existia no Brasil um regime democrático “restrito”, o qual vinha sendo paulatinamente forçado (sobretudo no início dos anos 1960) a ceder espaço a uma democracia de participação ampliada – o que horrorizava as chamadas “classes produtoras”. Mesmo em Jango encontramos a defesa de propostas reformistas nacionalistas e democráticas, “procurando uma via menos elitista e concentradora para o desenvolvimento do capitalismo no país [...]. Mas era exatamente esta via nacionalista e democratizante que as forças da direita e do conservadorismo extremado temiam” (NETTO, 2014, p. 47-48). Interpretação análoga a de Marcos Napolitano, segundo o qual o governo janguista procurou reorientar a agenda política nacional em direção a uma democratização da propriedade e da cidadania, em contraste a um ambiente político “profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição

liberal-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política” (NAPOLITANO, 2019, p. 17). Muitos desses traços elitistas, oligárquicos e conservadores podem ser observados no movimento municipalista brasileiro, analisado a seguir.

A “IDEIA EM MARCHA” DO MUNICIPALISMO BRASILEIRO

O chamado “municipalismo” brasileiro possui raízes que remontam ao Segundo Reinado (1840-1889), muitas das quais estritamente ligadas ao agrarismo (crença na vocação agroexportadora do país) e à emergência de críticas de pensadores liberais à centralização política do Império (noção que trazia em seu bojo os aspectos germinais das demandas por maior autonomia para municípios e províncias).

Para o cientista político Marcus de Melo, a ideologia municipalista pode ser considerada uma das construções discursivo-programáticas mais antigas e flexíveis da cultura política nacional. Tal flexibilidade estaria associada à ambiguidade do próprio conceito, o que faria com que o municipalismo pudesse ser “apropriado de formas múltiplas, [...] [adquirindo] o status de ‘leito de Procusto’ dessa cultura política: uma ideologia perene e consensual que não encontra opositores no campo político” (MELO, 2008, p. 53). Tais assertivas seriam corroboradas pelas readequações, fissuras e ramificações sofridas pelas campanhas municipalistas nacionais durante o século XX:

O municipalismo, através da história brasileira, informou ideológica e programaticamente projetos fundamentais associados à modernização do país. De uma crítica à centralização política e à ausência de participação e representação, ele se associou à crítica autoritário-modernizante de cunho agrarista ao siste-

ma sócio político da República Velha que, no Estado Novo, enxergou no município o espaço plebiscitário e pré-político por excelência (MELO, 2008, p. 61).

Para o economista Valdemir Pires, o municipalismo brasileiro deve ser compreendido em torno de suas múltiplas ramificações, como “o discurso, as reivindicações, a articulação e a ação políticas de cunho local, ou referenciadas no nível inferior da estrutura federativa, com vistas ao empoderamento dos governos municipais e à destinação de recursos a eles” (PIRES, 2016, p. 126).

Carlos Matsumoto, Matias Franquini e Ana Carolina Mauad, todos vinculados à área de relações internacionais, encaram o municipalismo como uma forma de organização ou desenho político-institucional que tende a “conceber a esfera local como a mais eficiente para dar solução a uma série de problemas da vida em comunidade e que, para esse objetivo, demanda uma esfera política autônoma de ação, incluindo recursos fiscais e administrativos” (MATSUMOTO et al., 2012, p. 32). Baseando-se nas concepções desenvolvidas por Michael Hebbert, os referidos autores mostram-nos que o municipalismo, como conceito, reflete

uma reação contra a crescente centralização econômica, cultural e social dos nacionalismos do Estado moderno. Nesse sentido, é um fenômeno similar ao regionalismo, só que no âmbito das comunas, mas os dois representam um projeto de modernização dentro de um marco territorial subnacional. Assim, o conceito de municipalismo está associado à ideia de *self-government* (ou autonomia). Cabe ressaltar, no entanto, que é possível qualificar diferentes tipos de movimento municipalista, dependendo do tipo de municipalismo que reivindica, de novo, limitado e pleno e suas categorias intermediárias (sic) (MATSUMOTO et al, 2012, p.32-33).

O municipalismo desenvolvido ao longo das décadas de 1940 a 1960 era apresentado ao público geral (leitores e eleitores) como um instrumento de emancipação econômica e de afirmação política das urbes interioranas, ou seja, um esforço que coadunaria os anseios de uma (pretensamente) genérica e homogênea população (solapando, pois, as contradições e as lutas de classe).

Era, em realidade, um projeto classista consubstanciado por princípios (em geral, implícitos) que compreendiam o “local” como a zona privilegiada para a atuação burguesa na busca pelo consenso dos subalternos e na implementação de diretrizes políticas, econômicas, sociais e culturais que incidiam, majoritariamente, sobre a matriz tributária brasileira, amplamente contemplada pelos intelectuais orgânicos¹ do municipalismo.

Os municipalistas, congregados em torno de suas associações (como a APM² e a ABM³), formularam expressivo volume de aná-

¹ Para Gramsci, cada grupo social, responsável por desempenhar uma função essencial na esfera da produção econômica, cria para si, organicamente, camadas de intelectuais “que lhe dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”, sendo necessário, para delimitar um critério unitário que caracterize as especificidades das atividades intelectuais, extrapolar aquilo que seria meramente intrínseco às suas funções, e buscá-lo “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 1979, p. 3-7).

² A APM (Associação Paulista de Municípios) foi criada em 1948 e suas lideranças mais destacadas possuíam contundente penetração política para além do âmbito estadual, como os deputados Cunha Bueno e Aniz Badra. A instituição defendia, enquanto princípios primais, o agrarismo (por meio de medidas “legais” para atender demandas e desígnios privados do setor agrário-exportador nos municípios paulistas), a autonomia municipal (facilitação para direcionamento de recursos às comunas), o desenvolvimento de uma “apurada consciência municipalista” (disputa hegemônica que objetivava “fabricar” consensos pelo alto, por meio de princípios pedagógicos de “educar para”), o combate à criação e/ou aumento de impostos, a criação de “canais” de comunicação para facilitar as negociações entre municipalistas e governo estadual, entre outros.

³ De acordo com Matsumoto, Franquini e Mauad, “a ABM foi criada como uma instituição de representação dos interesses do movimento municipalista, de demandas da esfera federal, e não do interesse dos Municípios *per se*. Em suas instâncias principais fica clara essa orienta-

lises (geralmente, em textos jornalísticos ou em sua publicação própria, a *Revista Brasileira dos Municípios*), solicitações (protocoladas durante a realização de congressos municipalistas) e pressões (por intermédio da atuação parlamentar) para que as premissas que regulavam a matriz tributária brasileira fossem alteradas em prol de uma benfeza e explícita “autonomia municipal” (nas entrelinhas, leia-se “maior participação orçamentária”), o que, conseqüentemente, resultaria em alterações favoráveis aos mais variados poderes político-econômicos locais.

Os princípios municipalistas defendidos pelos jornais de Machado Sant’Anna (e, por vezes, também pela *Revista Brasileira dos Municípios*) manifestaram-se diversificada e assiduamente, amparados por uma estratégia que viabilizava a elaboração de dois cenários contrastantes: de um lado, as metrópoles brasileiras, consideradas “bombas de sucção” (tanto de recursos quanto de preocupações dos governos constituídos), “vampirescas”, “privilegiadas” e “alucinadas”, habitadas por indiferentes “homens do asfalto” e “sanguessugas” que viviam o “fausto de uma vida artificial”; de outro, as “mendicantes” comunas interioranas, as quais, embora impactadas pela “penúria”, “opressão” e “abandono moral”, ainda constituiriam os redutos do “trabalho”, “progresso”, “unidade” e “sentimentos de brasilidade” responsáveis pelo “sustento do país”. Diante das “injustiças” enumeradas, apresentavam-se ao público os “providenciais” municipalistas, autoproclamados os mais capacitados e habilitados para “corrigir” os contrastes entre as “fáusticas” metrópoles e as “desabastecidas” urbes interioranas.

ção: a composição da diretoria da ABM, elencada principalmente por burocratas federais, e os membros dos Congressos Nacionais de Municípios, com senadores, deputados federais e governadores, deputados estaduais e uma gama de outros agentes políticos ou administrativos das outras esferas de governo” (MATSUMOTO et al, 2012, p. 86).

Apesar de Matsumoto, Franchini e Mauad apontarem que o municipalismo existente entre as décadas de 1940 a 1960 era, essencialmente, agrarista e não-autonomista (MATSUMOTO et al., 2012, p. 71), compreendemos que, ao menos no âmbito retórico e na formulação de projetos, o municipalismo apresentou gradações significativas, que não o enquadravam em uma configuração estanque.

Conquanto fosse majoritariamente agrarista, também estimulou projetos que atendiam aos interesses urbanísticos, da indústria em expansão, do capital financeiro e de atividades econômicas complementares (tais como o turismo), combinados, por diversas ocasiões, em moldes sincréticos. Já a retórica autonomista, essencialmente voltada à discussão da matriz tributária brasileira, também se fazia presente nas publicações promovidas pelos aparelhos privados de hegemonia⁴ a serviço dos municipalistas, nos congressos e nos projetos encaminhados ao Estado restrito, por meio dos quais jornalistas, juristas, empresários, agricultores e parlamentares manifestavam seus anseios pela reformulação das prerrogativas constitucionais, tendo em vista maior retenção de recursos pelas comunas em geral. Seria essa uma espécie de autonomia “possível”, dadas as condições históricas e objetivas da atuação político-econômica municipalista, norteadas por prerrogativas de manutenção do *status quo*.

⁴ Para Álvaro Bianchi, os chamados “aparelhos privados de hegemonia” desempenham relevantíssimo papel nas disputas e lutas pela hegemonia. De tal modo, “a luta de hegemonias não é apenas luta entre ‘concepções de mundo’ [...], ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as” (BIANCHI, 2008, p. 179). O conjunto de tais aparelhos congrega igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos, imprensa, etc., cuja função é “articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado” (BIANCHI, 2008, p. 179).

PARA “EVITAR QUE A PÁTRIA BRASILEIRA SEJA COMUNIZADA”: CONSPIRAÇÕES MUNICIPALISTAS

Podemos analisar algumas das principais características do movimento municipalista brasileiro a partir de suas lideranças orgânicas, as quais detinham posições de classe intimamente ligadas aos interesses dominantes (políticos, econômicos, sociais, etc.) e facilidades de atuação junto aos mais variados aparelhos privados de hegemonia.

Com raras exceções de membros filiados ao PDC, PSP, PRP e PL, a maioria dos municipalistas vinculava-se aos seguintes partidos: majoritariamente, ao PSD, seguido pela UDN e, por fim, ao PTB. Após a promulgação do AI-2 (Ato Institucional nº 2), em 27 de outubro de 1965, a dissolução dos partidos existentes e a reorganização política em torno do bipartidarismo obrigaram os municipalistas a optarem pela ARENA (para onde a grande maioria se dirigiu) e pelo MDB (que abrigou um número menor de municipalistas).

Quanto aos lugares de classe⁵ dos municipalistas, observamos

⁵ Compreendemos o “lugar de classe” conforme o pensamento de Nicos Poulantzas, segundo o qual “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”. As classes sociais, portanto, não se limitam somente ao critério econômico, mas também aos critérios políticos e ideológicos, imersos em um movimento de contradições e lutas. Nesse sentido, “a determinação das classes, abrangendo práticas – luta – das classes e se estendendo às relações políticas e ideológicas, designa os *lugares objetivos ocupados* pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes”. Segundo Poulantzas, tal determinação estrutural das classes deve ser distinguida da mera *posição de classe* na conjuntura, ou seja, “insistir na importância das relações políticas e ideológicas na determinação das classes, e no fato de que as classes sociais só existem como luta (práticas) das classes, não seria reduzir, de forma ‘voluntária’, a determinação das classes à posição das classes”. Em linhas gerais, uma classe ou fração de classe “pode não ter uma posição de classe correspondente a seus *interesses*, eles próprios circunscritos pela sua *determinação* de classe como horizonte de sua luta. O exemplo típico é aquele da *aristocracia operária*, que tem precisamente, nas conjunturas, *posições de classe burguesas*. Isso não significa contudo que ela se torne, em tais casos, parte da burguesia: ela permanece, pelo fato de sua determinação estrutural de classe, parte da classe operária, constituindo uma ‘camada’ da classe operária de acordo com os próprios termos de Lênin. Por outro lado, sua determinação de classe não se reduz à posição de classe” (POULANTZAS, 1985, p. 14-16).

em primeiro lugar que, a despeito de haver um claro predomínio de sujeitos ligados a formações bacharelescas vinculadas ao campo do Direito (aspecto quantitativo), os profissionais da saúde, religiosos, engenheiros, professores, latifundiários e empresários também atuaram com real e contundente peso na correlação de forças inerentes ao movimento (aspecto qualitativo), ou seja, ainda que representados em menor número, os sujeitos vinculados ao latifúndio, ao empresariado urbano-industrial e às práticas religiosas compuseram as fileiras mais combativas em prol da desestabilização do governo constituído entre 1961 e 1964.

Ao coadunar frações empresariais (compostas por intelectuais que deveriam possuir, conforme Gramsci, capacidades técnicas que permitissem a “organização de massas de homens” e também da “sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal”, na consolidação das “condições mais favoráveis à expansão da própria classe” [GRAMSCI, 2001, p. 15]), clericais (mesmo em seu perfil mais conservador, compreendido como um “tipo de estratificação social [que] deve ser sempre levado em conta quando se analisa a composição das classes possuidoras e dirigentes” [GRAMSCI, 2007, p. 187]; composto por eclesiásticos intelectuais que foram “monopolizadores, por longo tempo, de alguns serviços essenciais [a ideologia religiosa, a escola e a instrução, e em geral a ‘teoria’, com referência à ciência, à filosofia, à moral, à justiça, etc., além da beneficência e da assistência etc.]”) (GRAMSCI apud SEMERARO, 2017, p.127) e latifundiárias (historicamente beneficiadas pela “conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas [o latifúndio]”) (COUTINHO, 1980, p. 32), o movimento municipalista investia na composição de um *bloco no poder* simultaneamente atravessado

pela heterogeneidade político-econômica de seus membros e pela homogeneidade conservadora de frações das classes dominantes regionais e nacionais.

Tal arranjo de forças permitiu ao movimento político municipalista fracionar-se em segmentos articulados, economicamente, tanto aos interesses industriais quanto às demandas agrícolas, entrando-se no aparelho estatal e utilizando-o em benefício de um conjunto de pautas municipalistas, as quais resultavam na defesa e continuidade dos interesses e privilégios burgueses (combate ao reformismo radical, difusão do anticomunismo, perpetuação do clientelismo, estigmatização das lutas proletárias e camponesas, etc.).

Para além dos desígnios político-partidários e econômicos imediatos, um número expressivo de municipalistas também estabeleceu vínculos com o complexo conspiratório do IPES/IBAD, responsável por desestabilizar o governo nacional-reformista de João Goulart e suas bases sociais de sustentação. O complexo IPES/IBAD representava a maturação da fase política dos interesses empresariais, levados a cabo por uma elite de tecno-empresários, empresários e militares, composta por intelectuais orgânicos, denominados por Dreifuss como “elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981, p. 161 e seguintes).

O IBAD foi criado no final da década de 1950, instituído “com o alegado e ambíguo propósito de ‘defender a democracia’, sendo seus fundadores ostensivos Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Faria Barros e Aloísio Hanner”, apoiados por membros do CONCLAP (Conselho Superior das Classes Produtoras), *American Chambers of Commerce*, da ESG, além de proeminentes figuras das associações de classe paulistas e cariocas (DREIFUSS, 1981, p. 102). As facetas ocultas do IBAD, no entanto, encobriam uma ampla gama de atividades voltadas à desestabilização da ordem instituída e à busca pelo amplo consenso social em torno de seus projetos:

Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias. O IBAD sincronizou suas atividades às de organizações paramilitares como o MAC – Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro (não confundi-lo com o partido político, homônimo criado em 1966), a OPAC – Organização Paranaense Anticomunista, e a CLMD – Cruzada Libertadora Militar Democrática, com os quais o IBAD compartilhava pessoal, técnicas e recursos. O IBAD ligou-se também à organização católica Centro Dom Vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema-direita, era líder importante e proporcionou uma ligação significativa com a organização tecno-clerical de direita Opus Dei. De acordo com José Arthur Rios, um dos intelectuais do IBAD, esse último não agia isoladamente, mas sim como uma frente da qual participavam a ADP – Ação Democrática Parlamentar (dirigida pelo proprietário rural e deputado udenista baiano João Mendes) e o IDB – Instituto Democrático Brasileiro, presidido pelo deputado do PDC Gladstone Chaves de Mello (DREIFUSS, 1981, p. 102-103).

O IPES, formado por uma ampla rede de militantes grupos de ação unificados em torno do anticomunismo, de projetos para readequação e reformulação do Estado brasileiro e das relações econômicas multinacionais e associadas, foi fundado em 29 de novembro

de 1961, e rapidamente se expandiu para as regiões de Santos, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e outros centros. O IPES proclamava-se “contra a radicalização da política brasileira entre esquerda e direita”, mas logo começou a “colher dados sobre a pretensa infiltração comunista no governo de Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre oficiais que ocupavam postos de comando, através de todo o território nacional” (BANDEIRA, 2001, p. 82).

Tratava-se, pois, de uma entidade pretensamente científica, vinculada à ESG, cujas influências estenderam-se também aos grandes jornais e outros órgãos de divulgação, sustentadas “não apenas pelas verbas que espalhava, diretamente, como pelo interesse das agências de publicidade, manipuladoras das contas das grandes empresas estrangeiras. Estas contribuíram com grandes somas para a atuação do IPES” (BANDEIRA, 2001, p. 82). De acordo com Ruy Mauro Marini, a preocupação do IPES com a opinião pública “era evidente e a propaganda política anticomunista era tratada como bandeira para a defesa dos ideais da livre empresa. A ‘liberdade’ a ser alcançada era buscada no modelo norte-americano de democracia” (MARINI, 2014, p. 57).

A maioria dos deputados identificados como municipalistas possuía vínculos com o complexo IPES/IBAD, enquanto pertencentes aos quadros da ADP, votantes favoráveis aos projetos da elite orgânica ou receptores de recursos utilizados em campanhas eleitorais, conforme identificações presentes na exaustiva pesquisa elaborada por Dreifuss e informações existentes no processo de CPI instaurado contra o IBAD em 1963. Eram eles: Lourival Batista (UDN), Medeiros Neto (PSD), Padre Nobre (PTB), Padre Godinho (UDN), Yukishigue Tamura (PSD), Manuel de Almeida (PSD), Geraldo Freire (UDN), Océlio de Medeiros (PSD), Castro Costa (PSD), Ozanan Coelho (PSD), Ítório Correa da Costa

(UDN), Aroldo Carvalho (UDN), Pedro Aleixo (UDN), Aniz Badra (PDC), Cunha Bueno (PSD), Último de Carvalho (PSD), Abel Rafael (PRP) e Oswaldo Zanello (PRP), tornando, de acordo com Dreifuss, a ABM (embora possamos incluir, também, a APM) uma “linha auxiliar do IPES” (DREIFUSS, 1981, p. 297).

Diante de um efervescente processo de polarizações políticas, acirramentos interclassistas e articulações de bastidores que agitavam o início dos anos 1960, por onde andaria o municipalista Antônio Machado Sant’Anna? Para que possamos escrutinar as ideias, os projetos e as ações do jornalista, empresário e político nesse período, aproximar-nos-emos, novamente, de algumas iniciativas organizadas e implementadas por membros de sua família, em especial de seus filhos, Armando Lúcio Sant’Anna e Sérgio Rubens Sant’Anna. Os empreendimentos levados a cabo pela família Sant’Anna nesse período aproximavam-na, umbilicalmente, do centro golpista arregimentado junto ao complexo IPES/IBAD.

CONSTRUIR “TRINCHEIRAS MORAIS”: OS PROJETOS DA FAMÍLIA SANT’ANNA

Antônio Machado Sant’Anna e seus filhos mantiveram estreitos vínculos com os aparelhos e os sujeitos alinhados aos interesses do complexo IPES/IBAD e da elite orgânica da burguesia multinacional e associada, espalhando para o interior de São Paulo alguns de seus empreendimentos, como a inauguração da ADVB (Associação dos Diretores de Vendas do Brasil) em 1961 (sob a orientação de Whitaker Penteadó e o apoio de Sérgio Rubens e Armando Lúcio Sant’Anna) e a chegada do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) ribeirão-pretano em 1963 (estimulado e assessorado por Armando Lúcio Sant’Anna). Atribuiremos maior destaque,

contudo, à dúplice articulação entre o Rearmamento Moral e a Campanha Pró-Moralização dos Costumes, ocorrida em 1962, liderada por Sérgio Rubens e apoiada por Machado Sant’Anna, então diretor do Departamento de Educação, Cultura e Turismo de Ribeirão Preto. Tal empreendimento demonstra o papel decisivo de Machado Sant’Anna enquanto intelectual orgânico vinculado ao conservadorismo municipalista, bem como as congruências entre as sociedades política (aparelhos estatais locais) e civil (frações empresarial-comunicacionais) na defesa de valores, posições e projetos corrosivos para a já restrita democracia brasileira.

Em março de 1960, Machado Sant’Anna assumiu, a convite do prefeito Alfredo Condeixa Filho, a direção do Serviço de Difusão Cultural e Turismo de Ribeirão Preto (posteriormente rebatizado como Departamento de Educação, Cultura e Turismo de Ribeirão Preto), órgão no qual poderia articular seus projetos municipalistas. Machado Sant’Anna permaneceu à frente do departamento até 8 de abril de 1963, quando solicitou exoneração, alegando “ter de assumir outros encargos”. Dentre os projetos e medidas adotados pelo departamento, interessa-nos, em particular, a campanha do Rearmamento Moral, implementada entre abril e maio de 1962.

O Rearmamento Moral, que alcançou expressiva projeção no início dos anos 1960, era uma organização internacional sediada nos Estados Unidos, tipicamente vinculada aos temores da Guerra Fria e fomentadora de campanhas para difusão do “pânico anticomunista”. Considerada uma reação empresarial às crescentes polarizações político-ideológicas, o Rearmamento possuía um claro intuito moralizador, “pregando a cooperação, a ordem na produção, o ‘amor ao próximo’, tentando individualizar conflitos e descaracterizar as lutas operárias” (POLLI, 2012, p. 8).

No Brasil, o movimento conseguiu atingir uma expressiva par-

cela da opinião pública das classes médias. Além de manter um programa de treinamento que enviava aos Estados Unidos civis e militares para preparação política e orientação ideológica, o Rearmamento Moral articulava-se ao IPES, fornecendo-lhe “material de propaganda, desde filmes até panfletos voltados aos diferentes setores da opinião pública; sua eficácia em modelar a consciência de classes se fez sentir mesmo nas classes dominantes” (DREIFUSS, 1981, p. 293). Os fundamentos do Rearmamento, defendidos pelos empresários, eram “apresentados” aos trabalhadores da seguinte maneira:

Dirigentes de empresas e indústrias convocavam regularmente reuniões de seus empregados, onde se discutia o significado do que ocorria no Brasil e onde os patrões “empurravam” nas mãos de seus empregados panfletos “informativos”, [...] e, ainda, onde se explicavam os aspectos negativos da situação política em termos de um iminente golpe comunista de influência estrangeira, de uma ilegítima expansão do Estado em áreas em que a empresa privada deveria comandar a economia e as barreiras irracionais ao capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981, p. 315).

Segundo diversos integrantes das classes dominantes e dirigentes ribeirão-pretanas, era chegado o momento de novas alternativas serem viabilizadas para o combate à dispersão social em curso, ou seja, tornavam-se necessários instrumentos mais eficazes para que uma pretensa “unificação” da sociedade fosse constituída, preferencialmente, em torno de uma causa comum e “elevada”. A organização e a difusão do Rearmamento Moral atenderiam, em parte, ao cumprimento dessas demandas.

Em 29 de março de 1962, houve a realização de um encontro na sede da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, onde foi selecionada uma comissão responsável pela coordenação

da “Campanha Pró-Moralização dos Costumes”, movimento local tutelado por Sérgio Rubens Sant’Anna, efusivamente apoiado por seu pai, Antônio Machado Sant’Anna, e possuidor de feições análogas ao Rearmamento Moral. Ao apresentar um relatório à comissão ribeirão-pretana, Sérgio Rubens afirmou que “estive em São Paulo em contato com o Rearmamento Moral e o sr. Daniel Mottu, líder do Rearmamento, se colocou à disposição para vir a Ribeirão Preto exhibir filmes, realizar exposições, em companhia de líderes brasileiros” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 159-160).

Vislumbra-se, portanto, que houve em Ribeirão Preto uma conjugação de esforços entre os movimentos internacional (Rearmamento Moral, que chegou à cidade em abril de 1962) e local (Campanha Pró-Moralização dos Costumes, iniciado em março de 1962 e coordenado por membros da família Sant’Anna), sendo comuns a ambos os traços moralizantes e conservadores existentes em seus princípios (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 160).

Em 11 de abril de 1962, uma comitiva composta por integrantes do Rearmamento Moral chegou a Ribeirão Preto para a realização de divulgações, encontros e atividades doutrinárias. Entre seus componentes, estavam Edward Cochrane (almirante da marinha inglesa), o suíço Daniel Mottu, o italiano Paolo Marchetti, o austríaco Peter Orglmeister, o estadunidense Ted Lane e o queniano Collin Church. Os visitantes foram recepcionados pela comissão executiva da Campanha Pró-Moralização dos Costumes, formada por Antônio Agnello Serra (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), Sérgio Rubens Sant’Anna (sócio-proprietário da agência publicitária Propaga), Rui Domingues, Jovino Campos, Sebastião Porto, Eumo Nascimento, Osvaldo Fernandes, Welson Gasparini, José Penteado Mendonça, Tony Miyasaka, Enéas Viana e Silvério Neto (BAGATIM, 2006, p. 50).

Entre os dias 11 e 12 de abril, o cortejo do Rearmamento Moral realizou diversas visitas a pontos estratégicos de Ribeirão Preto. Conforme cronograma previamente estabelecido, os membros da comitiva conheceram, em 11 de abril, o Palácio da Justiça (recepcionados pelo juiz de Direito, Romeu Coltro), a Câmara de Vereadores (recebidos pelos edis e pelo prefeito, Condeixa Filho), a estação de TV local (onde concederam entrevistas), a Associação Comercial e Industrial (onde houve projeção de filmes e explicações a respeito do Rearmamento) e o Umuarama Hotel, onde a comitiva concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, na qual foram expostos seus projetos de “defesa” da moral, da família e dos bons costumes (BAGATIM, 2006, p. 50). Segundo as palavras de Daniel Mottu, intérprete do grupo, o Rearmamento Moral visava a constituição de uma espécie de “terceira força” que se sobreporia tanto ao capitalismo como ao comunismo, e que visava “atingir um objetivo nobre, qual seja, o bem-estar de toda a humanidade. Assinalou que o Movimento do Rearmamento Moral se baseia nos quatro princípios autênticos: pureza, honestidade, altruísmo e amor absoluto” (Entrevista coletiva..., 1962).⁶

O *Diário da Manhã* projetou, em 17 de abril de 1962, algumas das características basais do Rearmamento Moral, centradas no conservadorismo, no espírito cristão, no conagraçamento harmônico entre capital e trabalho e em uma suposta ideologia de coexistência entre capitalismo e comunismo. De acordo com o periódico, pairava sobre o mundo um grande e aterrador perigo, uma espécie de “rebelião de âmbito mundial contra o próprio Deus”, um inimigo que “desagrega tanto o mundo comunista como o mundo não comunis-

⁶ Conquanto a comitiva de estrangeiros do Rearmamento Moral tenha retornado a São Paulo no dia 13 de abril, deixou o seu núcleo local, composto pelos membros da Campanha Pró-Moralização dos Costumes, a par da organização, implementação e divulgação de um conjunto de atividades planejadas para os dias subsequentes.

ta”: tal inimigo seria “o materialismo, o espírito do Anti-Cristo, a filosofia que coloca coisas como lucro, salários, propriedade e poder acima do homem”. Para combater o elemento de desagregação, o jornal apresentava aos leitores o Rearmamento Moral, que seria norteado por “padrões absolutos de honestidade, pureza, altruísmo e amor, como medidas de conduta para todos os homens, todos os lares, todas as indústrias, todos os países do mundo” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1962a).

De acordo com os artigos publicados pelo *Diário da Manhã*, a crise existente no cenário global “não é de ordem econômica. A causa é moral. É aí que reside o mal. Aquilo de que necessitais é de personalidades guiadas por Deus para que criem nacionalidades guiadas por Deus, para que se crie um mundo novo”. Orientados por princípios de conciliação, afirmavam os moralistas que “uma indústria, diretores e trabalhadores moralmente rearmados, mostrariam a toda indústria, de que maneira atender às necessidades de milhões de criaturas, ao invés de prosseguir eternamente na luta de classes, na injustiça social e na cobiça” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1962a).

O *Diário da Manhã* divulgou, em 22 de abril de 1962, uma extensa reportagem (3 páginas) a respeito do Rearmamento Moral, da qual extraímos os seguintes trechos:

Duas ideologias disputam, atualmente, o mundo. Uma é o Rearmamento Moral, que acredita que a mente de Deus deveria controlar o mundo através da transformação da natureza humana; a outra é o comunismo, que acredita que a mente do homem deveria controlar o mundo através da exploração da natureza humana. Uma ou outra deverá vencer.
[...] O comunismo tem um plano para apoderar-se de nosso país. Ouvimos falar de pessoas atrás da cortina de ferro ou da de bambu, cujas mentes foram

submetidas à lavagem do cérebro, mas nós mesmos não percebemos que nossas mentes estão sendo submetidas à lavagem do cérebro através de muita coisa que lemos na imprensa de todos os partidos, do que vemos na televisão ou no teatro, do que ouvimos no rádio, ou até mesmo de alguns púlpitos. Os comunistas não precisam começar qualquer organização nova, quando se infiltram com tanto sucesso nas que já existem. O Rearmamento Moral é uma ideologia superior, com uma estratégia superior, porque satisfaz as necessidades do homem no seu todo, e porque está à disposição de todos os homens em toda parte, tanto não-comunistas como comunistas [...].

O novo tipo de homem que o Rearmamento Moral está criando verifica que o problema básico da indústria não é econômico, mas moral. Os quatro padrões morais – honestidade absoluta, pureza absoluta, altruísmo absoluto, amor absoluto – tornaram possível resolver cada questão na base do que está certo e não na base de quem tem razão.

Essa é a alternativa para a luta de classes na indústria e é por ela ter sido adotada pelos trabalhadores e empregadores, que o comunismo tem conseguido fazer tal penetração nas indústrias chaves. O seu domínio só pode ser quebrado por homens e mulheres armados com a estratégia, a união e a dedicação de uma ideologia superior. Isso acontece pela aceitação de Deus por meio da qual cada homem pode saber como deve e precisa agir imediatamente [...].

O Rearmamento Moral nos oferece uma filosofia de vida em ação... Colocar a serviço dos Estados equipes de homens treinados, apóstolos da reconciliação e construtores de um mundo novo, é o início de uma transformação social de grande alcance para a qual os primeiros passos já foram dados (DIÁRIO DA MANHÃ, 1962b).

A ideologia do Rearmamento Moral promovia um duplo deslocamento como método analítico dos problemas sobre os quais se

debruçava: das condições concretas de existência no sistema capitalista, transpassado pela exploração socioeconômica das classes trabalhadoras, tergiversar-se-ia para um plano transcendental, a partir do qual explicava-se que as desigualdades e a miséria seriam frutos de escolhas meramente individuais (egoísmo, avareza, cobiça), e que poderiam ser sanadas, exclusivamente, pela adoção de fundamentos cristãos na condução dos projetos políticos, sociais e econômicos. De tal modo, o próprio capitalismo, desde que revestido pelos princípios do Rearmamento Moral, apresentava-se aos leitores como alternativa suavizada e imbuída de princípios solidários.

O Departamento de Educação, Cultura e Turismo, gerido por Machado Sant'Anna, fez questão de divulgar a realização de novas atividades moralizantes levadas a cabo pelo Rearmamento e pela Campanha local, tais como encontros, exposições e a exibição de uma peça teatral (“O Condor”) em Ribeirão Preto.

Em 18 de maio de 1962, o *Diário da Manhã* divulgou que a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, em apoio aos esforços encetados pelos “movimentos moralizantes”, estava convocando diversas associações, entidades de classes, religiosos, autoridades, líderes sindicais, empresários, comerciantes, grêmios estudantis, etc., para uma reunião em prol da efetivação da Campanha Pró-Moralização dos Costumes. Enquanto eram realizadas as convocações por meio da Campanha ribeirão-pretana, as ações do Rearmamento Moral continuavam a ser realizadas paralelamente e com a colaboração daquela (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 185).

Poucos dias depois, em 22 de maio, o *Diário da Manhã* divulgou as empresas, instituições e associações (industriais, agrárias, financeiras, religiosas, estudantis, etc.) apoiadoras da dúplici campanha Rearmamento Moral e Pró-Moralização dos Costumes, sendo a maioria delas associadas às classes dominantes e conservadoras ribei-

rão-pretanas.⁷ A participação da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto no projeto refletia os esforços da agremiação em proteger e fortalecer os membros das “classes produtoras” cidadinas, contra aquilo que considerava ser o avanço do “período de desordem” no país. Para a diretoria da ACIRP, o biênio de 1960 a 1962 havia transcorrido em “clima de intranquilidade”, com o país “ameaçado por toda sorte de desordens, pela indisciplina, pelos desmandos, completamente desarvorado, como se fora frágil embarcação, sem timoneiro, sem bússola, singrando os mares ao sabor das procelas”. Acreditavam os industriais e comerciantes que “o ambiente nacional está seriamente conturbado ante um processo de desagregação que caminha no sentido de destruir as instituições vigentes” (ACIRP, 1974 apud BAGATIM, 2006, p. 49).

Contra os turvos mares da intranquilidade e da agitação, apresentavam-se os membros da família Sant’Anna, Antônio Machado e Sérgio Rubens, como providenciais “timoneiros”, preparados para conduzir a “embarcação” cidadina rumo às águas calmas da moral e da conciliação interclassista. A reunião promovida pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto para amplificar a divulga-

⁷ ACIRP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Sindicato de Turismo e Hospitalidade, Sindicato do Comércio Varejista, Associação Rural de Ribeirão Preto, Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Comercial Ribeirãopretana de Automóveis Ltda., Banco Marchesi S/A, Companhia Faigom de Comércio e Investimentos, *Rotary Club* de Ribeirão Preto, *Lions Club* de Ribeirão Preto, Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Ribeirão Preto), Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Ribeirão Preto, Movimento Familiar Cristão, ARRI (Associação Regional de Rádio e Imprensa), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (delegacia regional), Centro Nacionalista Olavo Bilac, Centro Acadêmico Laudo de Camargo (Faculdade de Direito de Ribeirão Preto), Sociedade União dos Viajantes, Centro Médico de Ribeirão Preto, Diretório Acadêmico Carneiro Leão (Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto), Diretório Acadêmico Rocha Lima (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto), A Modelar, Amin Antônio Calil & Cia, Cooperativa dos Usineiros d’Oeste do Estado de São Paulo, Aero Clube de Ribeirão Preto, Academia Ribeirãopretana de Letras, Transportadora Zanini Ltda. e Sociedade Técnica de Automóveis Ltda (Diário da Manhã, 1962).

ção do Rearmamento Moral e da Campanha Pró Moralização dos Costumes, realizada em 22 de maio de 1962, contou com a presença do prefeito, de membros da família Sant’Anna e de representantes de entidades patronais e sindicais.

Em síntese, os integrantes das comissões do Rearmamento Moral e da Campanha Pró-Moralização dos Costumes, respaldados pelos membros da família Sant’Anna e, principalmente, por seu patriarca Machado Sant’Anna, pregavam uma espécie de conciliação entre capital e trabalho, a qual pudesse, ao menos, escamotear as contradições sistêmicas inerentes ao capitalismo por intermédio de uma retórica nobilitada por valores caritativos e filantrópicos (de cima para baixo), eclipsando-se as reais causas da miséria e da exploração das classes obreiras, consideradas meras decorrências de ações individuais “egoístas” e, portanto, facilmente corrigíveis.

Contra as lutas e demandas proletárias, aplicar-se-ia o método corretivo de inoculação de uma moral cristã consoante aos interesses das classes dominantes, ou seja, imbuída por valores de “cooperação” e, principalmente, “resignação”, o que inebriaria a análise crítica da sociedade e de suas hierarquias, fazendo com que a própria noção de moral adquirisse uma implicação político-econômica específica, levando as camadas populares e médias à crença de que o sistema poderia facilmente corrigir suas “engrenagens”, desde que fosse aplicado um tipo de “óleo moral”.

Nosso intuito foi demonstrar que Antônio Machado Sant’Anna (e, conseqüentemente, boa parte de sua prole), mesmo não possuindo funções de proa à frente do complexo conspiratório IPES/IBAD, estabeleceu – muitas vezes, por mediação do movimento municipalista – estreitos laços com algumas lideranças e projetos defendidos pela “elite orgânica” da burguesia multinacional e associada.

No início dos anos 1960, a convergência de interesses entre deputados pertencentes ao grupo parlamentar municipalista e a

elite orgânica vinculada ao complexo IPES/IBAD – materializada através de apoios propagandísticos, financiamentos, organização de marchas conservadoras, elaboração de projetos conspiratórios, pressões parlamentares sobre o governo constituído e difusão do pavor anticomunista – denotava mais uma das facetas antidemocráticas do municipalismo tupiniquim, cujos vínculos político-econômicos haviam se tornado muito mais amplos e complexos.

Daí ser possível atribuímos a Machado Sant’Anna a função de “intelectual” ativo das classes dominantes, ainda que sua atuação fosse mais restrita ao nicho do “municipalismo”. Ao inserirmo-lo em um complexo conjunto de relações político-econômicas, chancelamos, primeiramente, que suas conexões diretas com o movimento municipalista foram categóricas e constantes, por meio das quais atingiu o *status* de elemento relevante nos jogos de bastidores institucionais, responsável por auxiliar a organização interna das associações municipalistas e das ações do próprio movimento, por meio de formulação de teses, participações em congressos e visitas às autoridades constituídas.

A posição privilegiada de Machado Sant’Anna, enquanto proprietário de empresas jornalísticas, trouxe aos municipalistas maior facilidade para amplificar suas mensagens político-ideológicas, conferindo ao intelectual ribeirão-pretano papel ativo no processo de capilarização das demandas dominantes, em um processo no qual os desígnios corporativos municipalistas buscavam a superação das dimensões restritas ao próprio grupo (políticos, empresários, fazendeiros e jornalistas), rumo às classes subalternas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora menos explosivo, o municipalismo ainda conserva os seus ali-
cerces aprumados no tempo presente. Inveteradas entidades, como a
ABM e a APM, se mantêm atuantes.⁸ Além disso, o “plano” governa-
mental bolsonarista, tornado público em 2018, apresentava como um
de seus programas o chamado “Mais Brasil, Menos Brasília”, segundo
o qual os “recursos devem estar próximos das pessoas: serão liberados
automaticamente e sem intermediários para os prefeitos e governado-
res. As obras e serviços públicos serão mais baratos e com maior con-
trole social”. Entre os tópicos econômicos relativos à reforma tributá-
ria, consta na referida proposta a “descentralização e municipalização
para aumentar recursos tributários na base da sociedade.”⁹

Demagogias à parte, o que temos assistido ao longo de 2022
enquanto tradicional fisiologismo político atende pelo nome de
“orçamento secreto”, “um escandaloso esquema de transferência de
recursos federais para parlamentares aliados do governo aplicarem de
forma obscura em seus redutos eleitorais, em troca de apoio político,
a despeito das reais necessidades da população” (DA REDAÇÃO,
2022). Em números: partidos aliados ao bolsonarismo foram desca-
radamente beneficiados pelos recursos do “orçamento secreto”, tais
como o PP (R\$ 2 bilhões), o PL (R\$ 1,66 bilhão), o PSD (R\$ 1,64
bilhão) e o União Brasil (R\$ 1,62 bilhão). Por sua vez o presidente da
Câmara Federal e cúmplice bolsonarista, Arthur Lira (PP), indicou
cerca de R\$ 350 milhões em emendas do “orçamento secreto” ao lon-
go dos últimos dois anos – beneficiando currais eleitorais como Barra
de São Miguel, município governado pelo prefeito Biu de Lira (PP),
pai de Arthur Lira (DA REDAÇÃO, 2022).

⁸ Disponíveis em: <http://www.abm.org.br/> e <http://www.apaulista.org.br/>. Acessos em: 20 de julho de 2022.

⁹ Disponível em: http://www.psl-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2022.

Embora em conjunturas e correlações de forças distintas, o perene apelo municipalista (em especial, o de “socorro orçamentário” para as comunas interioranas) tem sido articulado em prol de interesses que abarcam desde o fisiologismo interesseiro até o golpismo “fascistóide” – ambos profundamente corrosivos para quaisquer propostas minimamente democráticas. Estudos ligados a tais fenômenos despertam, portanto, possibilidades para o engendramento de pesquisas críticas, com vistas a descortinar suas continuidades e rupturas ao longo do processo histórico, auxiliando-nos na assimilação e compreensão de suas configurações no tempo presente e seus impactos no cotidiano de amplos segmentos populacionais.

REFERÊNCIAS

Amanhã no Pedro II a peça “O Condor”, do Rearmamento Moral, Sessão Única. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de maio de 1962.

BAGATIM, Alessandra. *Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). *Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 11.

CARNEIRO JÚNIOR, Milton. *Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

DA REDAÇÃO. “Orçamento secreto” é farra com dinheiro público para beneficiar Bolsonaro. *Esquerda online*, 12 maio 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/05/12/orcamento-secreto-e-farra-com-dinheiro-publico-para-beneficiar-bolsonaro/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

Empresas e associações apoiadoras da Campanha Pró-Moralização dos Costumes. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de maio de 1962.

Entrevista coletiva com a imprensa. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 12 de abril de 1962.

Exposição de fotografias e livros; inaugura-se hoje na “A Silhueta”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 de maio de 1962.

Falhou a sabedoria. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de abril de 1962.

Flagrantes sociais. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de abril de 1962.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Grande sucesso em Campinas da peça peruana “El Condor”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de maio de 1962.

Ideologia e co-existência, *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de abril de 1962.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis/SC: Insular, 2014.

MATSUMOTO, Carlos E. H.; FRANCHINI, Matias; MAUAD, Ana C. E. *Município, palco da vida: a história do municipalismo brasileiro*. Brasília: CNM, 2012.

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Movimento de caráter eminentemente social. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de abril de 1962.

Não é contra nem a favor de nenhuma ideologia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de abril de 1962.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

ORDEM dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo. *Biografia de Antônio Machado Sant'Anna*. Localizado em: Acervo "Machado Sant'Anna", cxs. 29-30, APHRP.

PIRES, Valdemir. Municipalismo no Brasil: origens, avanços pós-1988 e desafios atuais. *Cadernos Adenauer*, XVII, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

POLLI, José Renato. Considerações em torno das condições de trabalho no setor têxtil em Jundiá entre os anos 40 e 60. *Revista Análise*, ano XI, n. 18, 2012, p. 8.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Prestigiada intensamente "O Condor". *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 27 de maio de 1962.

Retornaram para São Paulo os líderes do Rearmamento Moral. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 15 de abril de 1963.

SANT'ANNA, Antônio Machado. O ribeirão-pretano aceitou o desafio e lutará contra a desagregação. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 29 de maio de 1962.

SEMERARO, Giovanni. Clero. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, Iliane Jesuína da. *Análise da evolução das relações de trabalho na região de Ribeirão Preto de 1945 a 1985*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001.

II

O “GRUPO DOS ONZE” E A LUTA PELAS REFORMAS DE BASE NO PARANÁ (1963 - 1964)

Luana Milani Pradela

Em outubro de 1963, Leonel de Moura Brizola, importante político trabalhista vinculado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), convoca em cadeia nacional através da Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, todos os brasileiros e brasileiras – chamados por ele de “patriotas” – a formarem os Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze Companheiros, com o objetivo de lutar em defesa das

(...) conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial da reforma agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional. (CARTILHA DE FORMAÇÃO. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131, 1963, p. 8)

Além de seu discurso de convocação, divulga também uma cartilha a qual era composta por dez páginas impressas, com as di-

retrizes gerais para a formação dos grupos, os quais deveriam enviar a ata de formação de cada grupo, cujo modelo constava no final da cartilha, e a lista com os nomes dos integrantes ao endereço da rádio, na Rua Mayrink Veiga, nº 15. Segue abaixo o modelo transcrito da ata presente na cartilha:

Modelo de Ata

Nós, os 11 brasileiros abaixo assinados, constituímos nesta data um “Comando Nacionalista” (Rua.....
.....Nº.....Tel.....)
Escolhemos para líder e comandante o companheiro.....

E, nesta data estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

.....,.....de.....de 19.....

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -
- 11 -

(CARTILHA DE FORMAÇÃO. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131, p.8).

A intenção dos grupos, de acordo com a cartilha, era canalizar as forças inconformadas dos milhões de brasileiros, que, segundo Brizola, estavam prontos para agir, mas sofriam com a inexistência de uma organização.

A cartilha é dividida em nove tópicos. O primeiro refere-se a um desfecho que se aproxima, desfecho do período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra (Segunda Guerra Mundial) e da morte de Getúlio Vargas. É neste momento que Brizola elucida os três objetivos (apresentados anteriormente). No segundo, aponta qual seria esse desfecho: o golpe e a ditadura de uma minoria, o enriquecimento de grupos em detrimento da pobreza do povo. O ponto três questiona o que fazer diante deste desfecho, apontando algumas organizações de resistência já existentes. No quarto e quinto tópico, Brizola indicava como saída a organização política do povo, por entender que o contrário correspondia à condição histórica de submissão (CARTILHA DE FORMAÇÃO, 1963).

A partir do ponto 6, Brizola inicia sua explicação sobre o que seriam os Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze Companheiros, uma organização simples, mas que permitiria “articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro às organizações existentes” (CARTILHA DE FORMAÇÃO, 1963). O ponto 7 retoma os objetivos, enquanto o 8 apresenta a denominação, e o 9 – o último elemento – apresenta esclarecimentos sobre a formação, liderança, sede, primeiras tarefas e articulação. É neste último ponto que se apresenta a ata e as descrições de como preenchê-la e para onde enviá-la, bem como a sugestão do lugar para a sede: a casa de um dos companheiros.

Brizola afirmava que a Cartilha de Formação, e os pontos defendidos nela, baseavam-se na “Carta Testamento” de Getúlio Vargas, na qual indicava a espoliação do povo brasileiro por grupos eco-

nômicos internacionais – em favor da busca pela liberdade nacional – e que diante deste impasse dever-se-ia fazer uma escolha: “Ou estaremos com o povo ou com o anti-povo”. Para Brizola, o “anti-povo” era uma “minoría de brasileiros e vendilhões da Pátria, minoría poderosa e dominante sobre a vida nacional” (Idem), vinculado ao latifúndio, à economia internacional e à finança, à grande empresa, aos controladores da política até aos negócios internacionais, associados ao processo de espoliação do povo brasileiro.

Os grupos, organizados com 11 elementos, representavam o objetivo de Brizola de se assemelharem à organização de um time de futebol, para que estivessem ao alcance da “compreensão e possibilidades de nossa gente” (Ibidem), já que o futebol era (e é) um esporte bastante difundido no país e entre as camadas mais populares. Para tanto, o grupo deveria ter um líder (capitão da equipe) e agir conjuntamente, pois uma “equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente” no enfrentamento do adversário organizado (Cartilha de Formação. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131, p. 7).

Assim se formaram os grupos por todo o país, pautados numa identificação com os discursos de Brizola, que “traduziam os anseios e necessidades da população para uma linguagem acessível” (RIGHI, 2015, p. 29) e, portanto, angariavam inúmeros seguidores.

O contexto em que Brizola convocava os grupos era o que antecedia ao golpe militar de 1964. Conforme Demian Melo, apresentava-se um

(...) quadro de efervescência social que afetou os vários níveis da vida nacional. Do esgotamento do modelo econômico, até o colapso do sistema político; da incapacidade do Estado e do regime em controlar um movimento sindical rebelde, à influência da Revolução Cubana (1959), juntamente com as rebeliões dos

subalternos das Forças Armadas e a forte mobilização dos camponeses (...) (MELO, 2009, p. 16).

No campo social, os movimentos populares se intensificavam diante da necessidade de melhores condições de vida. A luta pela terra bastante representada na constituição das Ligas Camponesas, e o fortalecimento do movimento sindical, com a constituição da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), em agosto de 1962, assustavam os setores conservadores.

Setores estes representados politicamente pelas oligarquias agrárias, organizadas no PSD (Partido Social Democrático) e pelo empresariado, ligados aos interesses do comércio internacional e vínculos com o capital estrangeiro, organizados na UDN (União Democrática Nacional), partido que atuou fortemente na oposição à herança varguista, presente no PTB e representado em políticos como Leonel Brizola e João Goulart, o que desembocaria, como aponta Melo, numa regular prática golpista (MELO, 2009, p. 39), como em 1956, na tentativa de impedirem a chapa Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice de assumirem, e também na tentativa de impedir que João Goulart assumisse a presidência em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros.

Neste sentido, para compreender a convocação dos Grupos dos Onze é imprescindível conhecer o processo de defesa da democracia iniciado por Leonel Brizola, ainda como governador do Rio Grande do Sul, seu estado natal. Este movimento teria dado impulso aos setores populares na defesa pelo cumprimento da Constituição, da “legalidade”, visto que Goulart deveria assumir a presidência com a renúncia de Quadros, mas estava sofrendo restrições por parte dos opositores vinculados à UDN e aliados. O movimento teve grande influência para que João Goulart assumisse em 1961, mesmo que num sistema parlamentarista.

Ao remetermos ao contexto da “Campanha da Legalidade”, temos Brizola então como governador do Rio Grande do Sul, cujo governo se construiu sobre o aparente binômio educação popular e desenvolvimento econômico, além de desapropriar as subsidiárias de duas grandes corporações norte-americanas e atuar em projetos de desapropriação de terras que não cumpriam sua função social, passíveis de serem melhor redistribuídas. Consolidava-se aí sua ação anti-imperialista, de oposição ao processo espoliativo que vivia não só o Rio Grande do Sul, mas o Brasil todo, por parte das empresas internacionais protegidas pelos governos de seus países de origem (BANDEIRA, 1979, p. 63).

O movimento da Campanha da Legalidade tomou grandes proporções devido ao interesse da população de defender a democracia, e Brizola foi ganhando espaço no cenário político brasileiro, para além do Rio Grande do Sul.

Garantida a ascensão e Goulart ao governo, visualizava-se também na sociedade civil a fortificação das lutas sociais, especialmente no campo. As leis trabalhistas aplicadas aos setores operários durante o governo Vargas não se estendiam ao campo, regularizando a superexploração. Os conflitos rurais já vinham acontecendo há tempos, intensificando-se a partir da década de 1940, quando passam a assumir uma “nova feição”. Tornava-se, então, um problema histórico estrutural cada vez mais ascendente advindo do processo de concentração de terras e que evidenciava o aprofundamento do abismo social existente no Brasil desde o período colonial.

Diante deste contexto, a necessidade de uma reforma agrária se tornava necessária e a mais polêmica das pautas discutidas no Congresso. Como aponta Natividade: “A crescente organização e a ação de movimentos sociais no campo funcionaram como um alerta de que mudanças imperiosas faziam-se necessárias” (NATIVIDADE, 2013, p. 31).

Espalhavam-se pelo país as chamadas Ligas Camponesas e a formação de associações e sindicatos de trabalhadores rurais, mobilizações populares que defendiam projetos diferentes de reforma agrária. Setores nacionalistas viam na reforma agrária uma possibilidade de industrialização e desenvolvimento econômico capitalista para o país. No entanto, o Congresso “reduto do conservadorismo rural”, segundo Bandeira (1979), bem como o bloco multinacional e associado, recusava-se a aprovar os projetos apresentados.

A constituição da época dificultava o projeto de reforma agrária proposto pelo presidente e aliados. Para que ocorressem desapropriações era preciso indenização em dinheiro. Goulart e o PTB defendiam uma reforma Constituição com o pagamento das indenizações em títulos de dívida agrária, mas para isso deveriam contar com a aprovação do Congresso Nacional, formado majoritariamente pela oposição latifundiária e grupos econômicos associados ao capital externo, contrários às reformas de base proposta por Goulart por interferirem em seus interesses privados. Pois, nas palavras de Natividade,

A concentração da propriedade fundiária, traço contínuo de nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparava a grande maioria da população rural, como miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infraestrutura, apenas para citar alguns” (NATIVIDADE, 2013, p. 31).

Forma-se, portanto, a concepção de que resolver a questão agrária poderia levar ao “pleno desenvolvimento capitalista”, como apontou Natividade (2013). O próprio Brizola, que no Rio Grande do Sul já havia desapropriado duas fazendas (Sarandi e Camaquã),

perante lavradores sem-terra (BANDEIRA, 1979, p. 76), pressionava Goulart para as reformas de base, especialmente a agrária.

Desde a segunda metade dos anos 1950, quando se deu início ao debate sobre as reformas estruturais, variados setores da sociedade concordavam com a necessidade da reforma agrária, visto a presença de grandes latifúndios e a necessidade de desenvolvimento econômico capitalista do país; entretanto, o ponto de divergência girava em torno da forma pela qual essas reformas seriam alcançadas e, principalmente, entre os diferentes projetos agrários existentes. Ademais, os proprietários rurais, que atravancavam as reestruturações, não estavam dispostos a renunciar a seu status quo.

O anteprojeto de reforma agrária do governo, guiado por João Goulart e aliados, apresentava:

(...) cinquenta e quatro artigos, divididos em sete capítulos e, apresentava como objetivos criar meios de acesso a terra; corrigir defeitos da atual estrutura agrária, eliminando formas 'antieconômicas' e 'antisociais' de propriedade e de uso da terra; aumentar o número das unidades agrícolas de tipo familiar através da colonização; ampliar e diversificar a oferta de produtos agrícolas com o objetivo de suprir o crescimento do mercado interno e externo." (NATIVIDADE, 2013, p.94).

Conforme o terceiro artigo, no que tange à aquisição de terras para realização da reforma agrária, havia duas possibilidades: desapropriação por interesse social e doação. Ficava a cargo da União estimular por diversos meios os proprietários rurais a realizar doações de terras, sendo uma das formas através da prioridade na concessão de crédito.

Referente à distribuição de terras para a reforma, havia três maneiras: compra, venda e arrendamento. Mas a ocupação de terras

destinadas à reforma agrária deveria ser, preferencialmente, concretizada mediante projetos de colonização, que segundo a lei, “teriam o objetivo de criar unidades agrícolas de tipo familiar” (NATIVIDADE, 2013, p.94), ou seja, “exploradas pessoalmente pelo agricultor e sua família” admitindo, não preponderantemente, o “trabalhador assalariado e que tenha capacidade de ser explorado em bases econômicas” (IBIDEM).

Neste sentido, não constava na lei a pura e simples distribuição de terra, conforme os setores oposicionistas de Goulart – especialmente políticos da UDN e os setores multinacionais e associados – acusavam.

Em grande medida, a grande diferença que se destacava dos demais projetos apresentados ao Congresso, era sobre a indenização das terras desapropriadas. Conforme o anteprojeto de Goulart, este pagamento deveria ser feito mediante indenização em títulos especiais da dívida pública.

Diante destas propostas, Melissa Natividade acredita que o que de fato “alardeava” as frações da classe dominante brasileira, não era o projeto de Goulart em si, mas sim “o crescimento dos movimentos sociais rurais, aliado ao clima de guerra fria vivido à época e o crescimento do PTB nas áreas rurais, tradicionalmente redutos da classe proprietária de terras” (NATIVIDADE, 2013, p. 96). A autora chega a esta conclusão devido ao fato de muitos elementos do projeto de reforma de Goulart terem sido anexados ao Estatuto da Terra, desenvolvido já no governo militar de Castelo Branco.

Mas no contexto de seu governo, as políticas agrárias de Goulart foram intensamente rechaçadas pelos proprietários rurais organizados na Sociedade Rural Brasileira e na Sociedade Nacional de Agricultura, conforme aponta Natividade (2013), que estavam intensamente envolvidos com o que Sonia Regina Mendonça chamou

de a “tessitura do golpe” que se consolidaria em 1964, reafirmando a participação da burguesia agrária/industrial brasileira (MENDONÇA, 2014, p. 43).

Enquanto isso, Brizola radicalizava seus discursos na tentativa de pressionar o governo a aprovar a reforma agrária e as demais reformas de base. Ele buscava, ainda conforme Righi (2015, p. 163), uma “reestruturação no campo que realmente alterasse o status quo das classes dominantes, mas que também fortalecesse o capitalismo a exemplo dos grandes países desenvolvidos”. Portanto, acreditamos que Brizola baseava seus preceitos no nacionalismo e na redistribuição dos lucros menos concentrada, visando a convocação dos grupos a estabelecer seus objetivos.

É esse contexto de instabilidade nas relações de trabalho no campo e ascensão dos movimentos de luta que o Paraná vivenciava, aliás, como um território fértil para o surgimento de conflitos sociais no âmbito rural. Destacam-se entre os conflitos ligados à luta pela terra a “Guerra de Porecatu”, envolvendo posseiros e fazendeiros no final dos anos 1940 na região Norte, e o “Levante dos Posseiros”, envolvendo posseiros e colonizadores no final dos anos 1950 no Sudoeste paranaense.

O território que abrangeu o conflito de Porecatu está localizado na região norte do Paraná, sendo mais especificamente a cidade de Porecatu, na mesorregião Norte Central do estado. A (re) colonização do território ocorre especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, durante o projeto *Marcha para o Oeste*, desenvolvido durante o governo Getúlio Vargas. Conforme Priori (2009), é nesse contexto que

(...) posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de se conseguir melhores

condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquele sertão quase que desconhecido do Norte do Paraná. (PRIORI, 2009, p. 2)

Priori alerta também sobre a presença de grileiros na região, que aos poucos foram expulsando os posseiros que ali haviam se estabelecido e passaram a estruturar suas terras com base no cultivo do café, criação de gado e plantação de açúcar, usufruindo do trabalho assalariado (IBIDEM). O embate de interesses entre posseiros e grileiros permite a eclosão do conflito.

Para que pudessem usufruir da terra que estava sob uso dos posseiros, os grileiros se utilizavam de intensa violência: polícia, jagunços e pistoleiros. A resistência dos posseiros foi inevitável e logo aderiram ao uso de armas, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. Luta armada que já vinha ocorrendo antes da intervenção dos comunistas, não sendo uma iniciativa do partido, mas sim “dos próprios posseiros resistindo à violência perpetrada por jagunços e grileiros” (PRIORI, 2009, p. 2)

Segundo Priori (2009, p. 3), o “embrião” para a resistência armada dos posseiros de Porecatu estava na formação de Ligas Camponesas na região, que tem como marco uma liga formada em 1944, quando se inicia a articulação destes posseiros com objetivo principal de legalizarem suas terras. Enquanto se encontravam numa situação difícil, fragilizados pela falta de documentos que comprovassem a legalidade das terras, eram as Ligas que “agiam em defesa dos mesmos, apoiando, organizando e incentivando as centenas de famílias que se preparavam para a luta” (IBIDEM).

Referente aos conflitos no Sudoeste do Paraná, trata-se de uma região em que houve a distribuição desenfreada de titulações sobre as terras, “com consequentes disputas judiciais” (AMÂNCIO,

2012, p. 144). Essas terras possuíam “vários donos”: União, Estado, companhias particulares e posseiros que para lá migraram durante o projeto “Marcha para o Oeste” do governo Vargas. Os posseiros, por exemplo, fixaram-se nas propriedades sem possuir documentos que comprovassem sua legalidade, e na busca por ela e pela efetividade de seus direitos, praticavam o uso da violência. Quanto aos conflitos, estenderam-se pelos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste.

A exposição desses conflitos – e de seus motivos – permitem uma maior compreensão sobre a conjuntura político social em que se formaram os Grupos dos Onze. A questão agrária era iminente para grande parte da população ameaçada pelos interesses de empresas privadas e latifundiários, sujeita às precárias relações de trabalho e a violência dos jagunços.¹

Desta forma, facilita-nos compreender por que tantas respostas ao chamado de Brizola, quando ele convoca a população para a luta, “porque sabemos que os preços sobem, que a inflação acelera, que não vem as reformas, que o nosso povo se marginaliza e tem de lutar desesperadamente para sobreviver” devido à atuação de uma

(...) minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política, até aos negócios internacionais – associou-se ao processo expropriativo. (CARTILHA DE FORMAÇÃO, 1963, p. 1)

Marli Baldissera (2003) já nos alertava sobre formação dos Grupos dos Onze na região do Alto Uruguai, onde os pequenos

¹ Para maior compreensão sobre a perseguição no campo, ler: SAUER (2015), “Comissão Pastoral da Terra: Relatório Final – Violações de direitos no campo (1946 a 1988)”.

proprietários acabaram aderindo aos chamados de Brizola por acreditarem que a reforma agrária lhes traria benefícios agrícolas como sementes, implementos, máquinas e até mesmo lotes de terras, reflexo das condições vivenciadas no campo.

Portanto, a realidade dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários no Paraná, visto o processo histórico de colonizações irregulares e interesses das classes dominantes sobrepondo-se aos interesses dos trabalhadores, incentivou muitos sujeitos a defenderem a reforma agrária como uma possibilidade de mudança para melhores condições de vida. Mesmo que não tivessem conhecimento sobre todo o seu significado (da reforma), vislumbrar a posse de terra ou a oportunidade de melhorar sua propriedade era tema caro aos sujeitos que dependiam ou tinham alguma relação com o campo neste período.

Assim, a pauta das Reformas de Base, em especial a reforma agrária, contida nos objetivos dos Grupos dos Onze, conforme a ata de formação, teve grande aceitação entre os sujeitos que se vinculariam aos grupos, possivelmente incentivados pela fama de Leonel Brizola enquanto governador do Rio Grande do Sul, onde a questão agrária foi uma das pautas de seu governo. É importante frisar que havia um grande contingente migratório do Rio Grande do Sul para o Paraná, sujeitos que tiveram influência – mesmo que de forma singela – da política trabalhista difundida por Brizola, como importante elemento de formação política.

Visto que Brizola consolidou sua carreira política na crítica ao latifúndio agrário-exportador associado ao imperialismo norte-americano (RIGHI, 2015, p. 205), em seus discursos na rádio com um linguajar acessível, dialogando com as reivindicações populares fazendo críticas à desigualdade social e à concentração de renda, compreendemos a sua importância nesta conjuntura de mazelas vividas pela maior parte da população, em especial no campo.

E foi diante deste cenário que muitos trabalhadores do campo e pequenos proprietários formaram os “Grupos dos Onze”, colocando-se à disposição de Leonel Brizola. A partir dos documentos encontrados, pudemos identificar características pertencentes aos sujeitos que atenderam a este “chamado” de Brizola. Estes documentos foram encontrados no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social, presente no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba.

Os documentos produzidos pelo órgão tinham como objetivo mapear as ações políticas dos investigados, reprimir e “levar à prisão os agentes considerados como subversivos pelo Estado” (RIGHI, 2015, p. 205). Não podemos desconsiderar que esses documentos reproduzem uma visão unilateral daquele contexto e daqueles sujeitos por parte dos órgãos de repressão; no entanto, os documentos mais do que trazer a visão da repressão, permitem acessar dados específicos sobre estes sujeitos, como por exemplo onde moravam, idade, profissão, se foram presos ou fichados, se tinham relação com movimentos sociais, enfim, dados concretos que possibilitam conhecer melhor os indivíduos e organizações analisados, especialmente quando contrapostos às fontes apreendidas pelo órgão repressor, produzidas por estes próprios sujeitos e organizações.

A partir dos documentos analisados, foram levantados aproximadamente 395 nomes ligados à formação Grupo dos Onze no Estado do Paraná, sendo que destes, 298 encontram-se fichados no DOPS. Encontram-se entre os fichados os sujeitos que tinham vínculos com o PTB, PCB, os definidos como “líderes” dos grupos, sindicalizados e os que enviavam cartas particulares para Brizola. Destes nomes, apenas nove são de mulheres, sendo cinco fichadas na DOPS/PR e três possuindo o mesmo sobrenome de pelo menos um dos homens também presentes nas listas.

Muitos sobrenomes se repetem nas listas, o que nos remete ao apontamento de Marli Baldissera (2003) de que a ânsia por formar

os grupos fazia com que muitos preenchessem as atas com nomes de membros da família, inclusive de crianças e pessoas de idade, o que segundo a autora leva ao entendimento de que os grupos “não seriam para luta armada, pois se assim o fosse, as listas seriam preenchidas apenas com nomes de pessoas que pudessem arcar com essa responsabilidade” (BALDISSERA, 2003, p. 63).

Salienta-se que muitos destes sujeitos tinham vínculos políticos com o PTB, como vereadores, prefeitos ou apenas adeptos do partido ou admiradores de Leonel Brizola. No Paraná, o PTB surgiu em 8 de julho de 1945, tendo sua origem “diretamente relacionada com o sindicalismo oficial, pois o partido surgiu da União dos Trabalhadores do Paraná (UTP) (...) intersindical que aglutinava diversas federações e sindicatos de todo o estado” (BATISTELLA, 2016, p. 44), surgindo como um partido fraco mas ganhando força ao longo do tempo e influenciando muitos trabalhadores que defendiam uma causa trabalhista e nacional, especialmente no que tange à discussão da terra e dos trabalhadores rurais, visto que grande parte dos sujeitos vinculados aos grupos no Paraná eram lavradores, pequenos proprietários de terra, e um dos principais objetivos delimitados por Brizola era a luta pela Reforma Agrária.

Foram muitas as cidades em que foi possível identificar a formação dos Grupos dos Onze. De acordo com as fontes analisadas, podemos citar: Ampére, Bandeirante, Cambara, Cambé, Capanema, Cascavel, Catanduva, Centenário do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ibaiti, Irati, Itambacara, Jacarezinho, Jaguapitã, Jataizinho, Jundiá do sul, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mangueirinha, Maringá, Medianeira, Nova América da Colina, Nova Esperança, Ourizona, Paraíso do Norte, Paranavaí, Planalto, Ponta Grossa, Porecatu, Quatingá, Querência do Norte, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rolândia,

Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Terra Roxa e Umuarama.

Abaixo, faremos uma apresentação quantitativa dos dados encontrados referentes aos sujeitos vinculados aos grupos no Paraná.

A) TIPOS DE DOCUMENTOS:

Entre os documentos encontrados, foram identificadas 20 cartas e 8 telegramas endereçadas a Leonel Brizola, nas quais são direcionadas mensagens de apoio ao político bem como solicitações de instruções. Ao todo, foram 18 atas encontradas nas quais constam os nomes dos sujeitos que compunham os grupos. A maioria seguia o modelo encaminhado por Brizola, porém, algumas possuíam textos próprios, sem deixarem de seguir os objetivos estabelecidos na cartilha de formação. A própria cartilha de formação e o modelo de ata encontravam-se entre os documentos.

Para identificarmos melhor o perfil dos sujeitos analisados, utilizamos como fontes documentos produzidos antes da formação dos grupos, como por exemplo atas e manifestos de sindicatos ou organizações as quais eram vinculados.

Estes foram os principais documentos analisados, devido ao fato de representarem mais nitidamente os interesses e objetivos dos envolvidos. Pedidos de Busca, autos de declarações, informes, relatórios, ofícios, fichas e pastas individuais, ou seja, documentos produzidos pelos órgãos de repressão também foram utilizados.

Por fim, cerca de 11 recortes de jornais, nos quais constavam especialmente notícias sobre o julgamento e absolvição dos envolvidos, nos ajudaram a construir a análise.

Essas fontes, comparadas umas com as outras, permitiram maior profundidade na análise e alcance dos objetivos estabelecidos.

B) QUANTIDADE DE NOMES ENCONTRADOS:

Foram identificados a partir dos documentos analisados – produzidos pela repressão ou apreendidos por ela – 399 nomes. Alertamos que nos pautamos na análise apenas dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná e podem existir documentos referentes aos grupos em outros arquivos não investigados.

Alertamos também que em muitos documentos oficiais (produzidos por órgãos repressivos como DOPS, SNI e departamentos policiais) não constavam os nomes de todos os membros do grupo, mas apenas daqueles que foram considerados “líderes”, responsáveis pela articulação do grupo, além de algumas cartas particulares enviadas a Brizola, em que constavam apenas o nome do assinante. Portanto, esse número pode ter sido consideravelmente maior.

Para analisarmos a quantidade de grupos por município, foi levado em consideração os nomes citados nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão, partindo do pressuposto que pelo menos um grupo foi formado a partir destes nomes. Os nomes que aparecem nas cartas enviadas a Brizola também constam como pertencentes a pelo menos um grupo, caso eles não tenham aparecido em alguma das atas completas. Por fim, consideramos os nomes citados nas próprias atas de formação, muitas das quais encontravam-se completas (com onze assinantes).

C) QUANTIDADES DE SUJEITOS E GRUPOS IDENTIFICADOS POR MESORREGIÃO GEOGRÁFICA E CIDADE:

Como já apresentado, identificamos os 399 nomes por meio dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão (pedidos de busca, relatórios, telegramas, ofícios) e produzidos pelos grupos (listas, cartas e telegramas). Junto aos documentos, foi possível identi-

ficar a localidade de 370 destes homens e mulheres, espalhados por 41 municípios paranaenses. Nos quadros a seguir, apresentaremos os municípios, a quantidade de nomes identificados neles e uma projeção de quantos grupos podem ter se formado a partir destes nomes.

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Umuarama	22	2
Cidade Gaúcha	17	2
Cruzeiro do Oeste	4	1
Santa Isabel do Ivaí	2	1
Paranavaí	1	1
Paraíso do Norte	1	1
Querência do Norte	1	1

Tabela 1. Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense.
Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Centenário do Sul	38	4
Maringá	28	3
Rolândia	14	4
Nova Esperança	12	2
Cambé:	12	2
Londrina	11	1
Ourizona	4	1
Jaguapitã	2	
Porecatu	2	1

Tabela 2. Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense.
Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Jataizinho	17	2
Santo Antônio da Platina	16	2
Ibaiti	11	1
Itambacará	8	1
Ribeirão do Pinhal	8	1
Jundiá do Sul	4	1
Jacarezinho	3	1
Bandeirantes	2	1
Quatingá	2	1
Nova América da Colina	1	1
Cambará	1	1
Wenceslau Braz	1	1

Tabela 3. Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense.
Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Telêmaco Borba	9	1
Ponta Grossa	1	1

Tabela 4. Mesorregião Geográfica Centro Oriental Paranaense.
Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Medianeira	17	2
Foz do Iguaçu	13	2
Catanduvas	11	1
Terra Roxa	2	1
Cascavel	1	1

Tabela 5. Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense.
Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Capanema	11	1
Planalto	11	1
Ampére	10	1

Tabela 6. Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense.

Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Mangueirinha	14	2
Guarapuava	4	1

Tabela 7. Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense.

Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Irati	4	1

Tabela 8. Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense.

Fonte: PRADELA (2019).

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Curitiba	7	1

Tabela 9. Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba.

Fonte: PRADELA (2019).

As mesorregiões podem ser identificadas a partir do mapa a seguir.

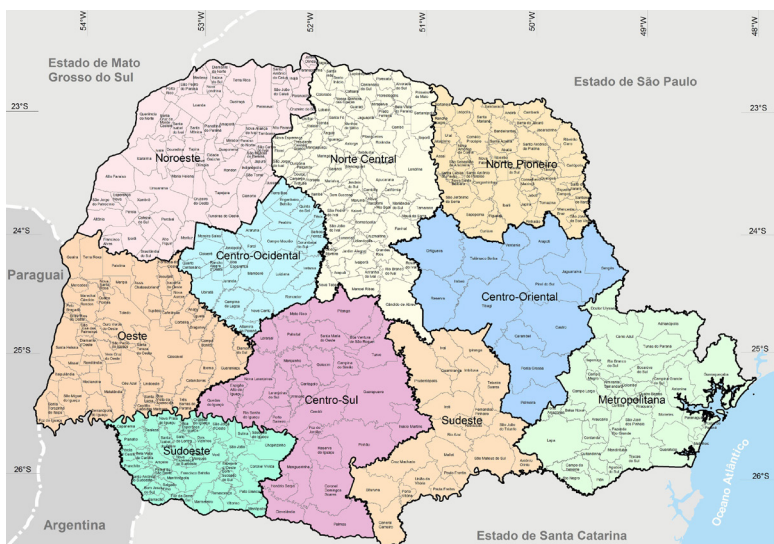


Figura 1. Mesorregiões Geográficas do Paraná.
 Fonte. IBGE – Base Cartográfica: ITCG (2010).

No entanto, estes documentos nos permitiram fazer um breve levantamento sobre a profissão, idade, vínculos sindicais e partidários dos sujeitos, ao menos os que foram fichados pelo DOPS. Os dados não são suficientemente precisos, pois muitas fichas individuais estão incompletas. Além das fichas, os demais documentos analisados também nos permitiram identificar os dados que serão apresentados, como por exemplo os autos de declaração e as próprias cartas encaminhadas a Brizola. Dessa forma, tais documentos nos ajudam a ter dimensão maior sobre o perfil desses sujeitos.

D) PROFISSÕES :

Profissões	Quantidade
Lavrador	34
Comerciante	13
Político (vereadores, prefeitos e vices)	10
Funcionário Público	7
Operário/industrial	4
Farmacêutico	2
Alfaiate	2
Carpinteiro	2
Advogado	1
Engenheiro Civil	1
Engenheiro Agrônomo	1
Policia	1
Médico	1
Padeiro	1
Mecânico	1
Contador	2
Tabelião	1
Bancário	1
Dentista	1
Sargento	1
Auxiliar de pastor	1
Veterinário	1

Tabela 10. Profissões.
 Fonte. PRADELA (2019).

Como podemos observar, a maior parte dos envolvidos (apesar de restritos os dados sobre as profissões encontrados nas fontes) eram lavradores, ou seja, tinham relação com a terra – fosse em status de posse ou de trabalhador rural assalariado. Dez envolvidos têm relação com a política (com cargos de vereadores ou prefeitos), sen-

do a participação nos grupos uma importante ferramenta de difusão de seus ideais, além de possivelmente se identificarem com as pautas estabelecidas por Brizola.

As demais profissões, por mais que sejam de âmbito urbano, não eliminam a possibilidade de vínculo com a terra. No entanto, outros pontos relevantes no discurso de Brizola – como a luta pela democracia e contra a espoliação internacional, além das demais reformas de base – podem ser justificativas para a aproximação destes sujeitos.

E) VÍNCULOS PARTIDÁRIOS E/OU SINDICAIS:

Quantidade	Característica
19	Rural
2	Construção Civil
2	Misto (urbano e rural)

Tabela 11. Sindical.
Fonte. PRADELA (2019).

Quantidade	Partido
7	PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)
1	UDN (União Democrática Nacional)
1	PTN (Partido Trabalhista Nacional)
1	PSB (Partido Socialista Brasileiro)
1	PCB (Partido Comunista Brasileiro)

Tabela 12. Partidário.
Fonte. PRADELA (2019).

F) NÚMERO DE PRESOS:

A violência era elemento comum aos acusados de “subversão”, como foram os sujeitos envolvidos com os Grupos dos Onze. A polícia política, agindo sob uma lógica de “suspeição”, em que todos

eram culpados até que se “comprovasse” o contrário. Dessa forma, os suspeitos eram levados a prestar depoimentos, no entanto, Bauer (2006) expõe que esse processo se dava muitas vezes de forma arbitrária, sem seguir critérios legais. Ao invés de convocados legalmente, eram sequestrados, pois a detenção ocorria sem que os sujeitos tivessem contatos com suas famílias, as quais não tinham conhecimento sobre o paradeiro dos detidos.

Um caso notório desta situação é o do senhor Braulino Martins dos Santos, agricultor e pequeno proprietário, preso em Cidade Gaúcha em abril de 1964. Seu depoimento foi dado à Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade em Cascavel no Paraná em 20 de março de 2014 (SILVA & BATISTA, 2016, p. 105-110). Braulino assinou uma das listas de formação do Grupo dos Onze e com o golpe, sofreu as consequências da repressão. Foi retido em Cidade Gaúcha – sem o conhecimento de sua esposa – onde posou “sentado dentro do banheiro, até amanhecer o dia”. No dia seguinte, foi encaminhado junto a cerca de 60 homens (conforme se lembra o depoente) para Cruzeiro do Oeste em uma “caçamba” e com os “pulsos *trelados*” (amarrados). A última parada foi em Curitiba, na prisão provisória de Ahú (OFÍCIO, DOPS/PR, 1963), onde foi “investigado” pelos militares (acredita-se que foi onde tomaram os depoimentos) e permaneceu por 104 dias.²

O depoimento nos alerta sobre o processo violento e arbitrário pelo qual Braulino Martins passou, sendo sequestrado e levado de forma abrupta para prestar depoimento em Curitiba, onde ficou preso. Apesar dos documentos analisados da DOPS/PR não nos revelarem o percurso pelo qual os sujeitos acusados passaram até chegarem no local onde prestavam depoimentos, não descartamos que a vivência relatada tenha sido semelhante para outros presos.

² O depoimento completo do Sr. Braulino encontra-se no livro de Carla Luciana Silva e Alfredo Batista, listado nas referências bibliográficas.

As fontes nos permitiram contabilizar outros 40 prisioneiros, identificados através das fichas pessoais e dos comprovantes da prisão provisória de Ahú, em Curitiba. No entanto, muitos dos indivíduos foram chamados a depor ou levados de forma arbitrária para as delegacias locais – como no caso do senhor Braulino – permanecendo muitas vezes detidos por horas, conforme relatórios. Nestes casos, não aparecem nas fichas individuais ou nos comprovantes de prisão, sendo possível que este número seja muito maior.

Observamos que estes dados foram identificados nas 40³ fichas individuais analisadas, nos autos de declaração e cartas que continham informações pessoais. Não são dados referentes à totalidade de pessoas identificadas como membros dos grupos dos onze. Além disso, muitas fichas individuais não apresentavam todos os dados.

Após está exposição, salientamos que vamos ao encontro da análise de Diego Pacheco (2012, p. 123), de que os membros dos grupos eram nada além de “pessoas comuns”, sujeitos que diante das condições precárias que viviam, viam na atuação política “uma estratégia para garantir e aprofundar suas conquistas sociais, dentro ou fora dos partidos políticos”, sujeitos influenciados, em grande medida, pelo projeto trabalhista, dentro de uma perspectiva reformista e nacional-desenvolvimentista, e que no período “estiveram empenhados num projeto de sociedade que valorizasse as aspirações daqueles que dependem do trabalho para viver” (PACHECO, 2012, p. 30).

Afinal, como apontando anteriormente, o Brasil passava por uma crise econômica e política que atingia a vida dos brasileiros, especialmente da classe trabalhadora, e diante do agravante da situação agrária. Não é à toa que Brizola tinha apontado a Reforma Agrária como a principal entre as lutas reformistas incluídas nas pautas de luta dos Grupos dos Onze e muitos dos envolvidos, tinham relação direta com a terra.

³ Este número se refere aos 40 sujeitos que mais se destacaram durante a leitura das fontes.

FONTES

CARTILHA DE FORMAÇÃO. Arquivo DOPS/PR. Dossiê: Grupo dos Onze. Pasta: 1084.131, 1963.

OFÍCIO. Arquivo DOPS/PR. Dossiê: Grupo dos Onze. Pasta: 1084.131, 1963.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. *A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. pp. 143-158. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os grupos dos onze?: Os grupos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS*. Dissertação (mestrado). Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2003.

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)* – Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º Andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Desconstruindo mitos*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

BRANDALISE Carla; HARRES, Marluza Marques. O “povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas: A propósito da militância. In. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Américo Freire e Jorge Ferreira (Org) 1ª edição. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2016.

FITTIPALDI, Maria Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2012.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação e história na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina. O Campo vai ao Golpe. In: MATTOS, Marcelo Badaró & VEIGA, Rubem (org.). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014, pp. 35-55.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o Trabalhismo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

PACHECO, Diego. *Ecossistemas da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PRIORI, Ângelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História* – ANPUH. Fortaleza, 2009.

RIGHI, Graziane Ortiz. *Leonel Brizola: O deputado federal da Guanabara e o Golpe civil militar (1962-1964)*. Dissertação. URGs, Porto Alegre – RS, 2015.

A ATA COMO FONTE DA PESQUISA HISTÓRICA: o pedido de intervenção federal na UFSC feita pelo movimento estudantil em 1964

Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira

O historiador ao realizar o seu trabalho parte de um referencial teórico e de determinados métodos para analisar as suas fontes e produzir o conhecimento histórico. Nosso objetivo, então, é a partir de uma perspectiva teórico-metodológica do trabalho historiográfico, brevemente situada no início deste texto, discutir a análise das atas como fonte histórica, partindo de um documento específico para melhor caracterizar esse procedimento.

Trata-se de uma ata específica do Conselho Universitário (CUUn) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC¹) datada de janeiro de 1964². A escolha dessa ata em específico se deu pela riqueza analítica possibilitada por ela, já que constava na pauta da reunião o pedido elaborado pela União Catarinense dos Estudantes

¹ Então chamada de Universidade de Santa Catarina (USC). Ao longo do artigo utilizaremos UFSC porque foi a forma como passou a ser designada após a federalização realizada nos anos 1960.

² A presente ata fez parte de um conjunto documental utilizado na minha pesquisa de mestrado sobre as universidades brasileira no período da ditadura civil-militar, a partir do estudo da UFSC (OLIVEIRA, 2018).

(UCE), ao Presidente João Goulart e ao Ministério da Educação, de intervenção federal na UFSC, ou seja, um momento no qual está transcrito no documento oficial o ápice do conflito entre o movimento estudantil e a reitoria da instituição, dirigida por João David Ferreira Lima.

Nesta ata temos a formulação por escrito do pedido da entidade estudantil; a manifestação solicitando esclarecimentos do Conselho Federal de Educação; a resposta da reitoria; e as manifestações dos conselheiros, o que nos possibilita identificar não apenas os temas e diferentes projetos em disputa, mas também seus agentes, assim como as relações entre a reitoria da universidade e o governo federal.

Portanto, abordaremos, num primeiro momento, os referenciais teórico-metodológicos que orientam o presente trabalho, buscando explicá-lo por meio do próprio caso da UFSC. Posteriormente, num segundo momento, abordaremos a análise da fonte em si mesma, e a necessidade de entendê-la enquanto um documento oficial, de compreender a dinâmica da reunião na qual foi produzida, de cotejá-la com outros tipos de fontes e com o contexto geral do período em questão.

UM REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO ADEQUADO À INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Uma primeira questão que instiga os debates presentes na extensa historiografia concernente à teoria e metodologia diz respeito ao estatuto do tempo – seu papel e lugar na história. Dentro desse campo, um escopo fundamental que passou a ser colocado sob averiguação é a relação entre o presente e passado.

Marc Bloch (2001) afirma que a história é a ciência dos homens no tempo e deve permanentemente “unir os estudos dos mor-

tos aos dos vivos” (BLOCH, 2001, p. 67). Anuncia, portanto, que o tempo e os homens do presente são o caminho para entender o passado, um “método prudentemente regressivo”, pois são os temas do presente, as nossas experiências que orientam o retorno ao passado, bem como a elaboração de hipóteses de investigação e suas respectivas problematizações.

Se o presente ajuda a compreender o passado, esse também nos ajudar a explicar o presente. Essa é a perspectiva adotada por Karl Marx, de que é partindo do mais complexo que é possível entender o menos complexo. Vai do presente ao passado e do passado volta ao presente, dessa vez mais bem analisado e conhecido. Daí a célebre referência de que a anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do macaco, sem que isso signifique fazer desaparecer as diferenças históricas de existência (MARX, 2011), sob o risco de eternizar o presente, mitologizá-lo e cometer anacronismos. Portanto, se partimos do presente para o passado, é necessário tomar alguns cuidados para não se forjar no passado uma “cópia” do presente. Se na aparência os fenômenos podem parecer semelhantes, apenas a investigação que nos possibilita entender o passado em seu próprio contexto.

Na nossa pesquisa, por exemplo, estudamos as universidades brasileiras e sua forma de estruturação, e se compararmos com as formas de estruturação das universidades atuais, elas são aparentemente as mesmas. Tanto nos anos 1960 e 1970 como em 2020, elas se organizavam com órgãos executivos (como a Reitoria) e órgãos colegiados deliberativos (como o Conselho Universitário e Conselho de Curadores). Mas em 1962 o conteúdo dessa forma de organização era diferente, tendo em vista que as próprias formas de organização das universidades ainda estavam em disputa. Universidades brasileiras como a UFSC foram criadas e federalizadas a partir da junção de

diferentes faculdades previamente existentes, e se tornaram as chamadas universidades conglomeradas³. E nelas ocorria um confronto entre a tendência de centralização política, administrativa e financeira na reitoria, capitaneada pelo Reitor, e a resistência das Faculdades em manter sua autonomia, defendida por alguns de seus Diretores. Esse confronto político é uma das questões que aparecem para análise da nossa ata de 1964. Nela, encontramos a disputa entre o reitor Ferreira Lima e o diretor da Faculdade de direito, Henrique Stodieck.

Hoje a existência do Conselho de Curadores é naturalizada, mas ela não era consensual nos anos 60, tendo sido questionada pelo conselheiro Henrique Stodieck, que propôs a sua extinção numa reunião do CUn, mas perdeu na votação (ATA DO CUn, 17/12/63, livro 2, p. 58). Na ata que separamos para a presente discussão, um dos questionamentos estudantis refere-se a este Conselho, denominado de “órgão espúrio no qual o poder econômico dirige a Universidade” e no qual não existia nenhuma representação estudantil⁴.

Nesse sentido, dizer que a UFSC dos anos 1960 se organizava tal qual a UFSC dos anos 2020, ou ainda que o desenvolvimento “natural” da UFSC levaria necessariamente à UFSC atual significa desconsiderar todas as lutas e disputas sobre os projetos de universidade ocorridas até então: das lutas do movimento educacional e dos estudantes por uma reforma universitária nos anos 1950 e 60, a implantação do projeto de “desenvolvimento com segurança” da Ditadura Civil-Militar, as lutas pela redemocratização e constituin-

³ A Universidade de Santa Catarina foi criada por Juscelino Kubitschek (Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960) a partir da junção das sete faculdades existentes em Florianópolis: Faculdade de Direito (1932), Faculdade de Medicina (1957), Faculdade de Farmácia (1946), Faculdade de Odontologia (1946), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1952), Faculdade de Ciências Econômicas (1943) e Faculdade de Serviço Social (1958). Foi criada também a Escola de Engenharia Industrial.

⁴ A composição inicial do Conselho de Curadores era de três membros, dois representantes do CUn e o reitor.

te, e assim por diante. Como afirma Marini (1977), a luta de classes também se desenrola dentro das universidades.

Encaixar a leitura do passado a partir dos desejos do presente é outro risco, como afirma Hobsbawm (2000), já que a história está indissolúvelmente ligada à política contemporânea. Por isso, reforça que a matéria-prima do historiador são as evidências e que “insistir na supremacia da evidência e na importância central da distinção entre fato histórico verificável e ficção é apenas uma das maneiras de exercer a responsabilidade do historiador” (HOBSBAWM, 2000, p. 288). A desconstrução de mitos políticos ou sociais que se travestem de história também faz parte das atribuições do historiador. Mas esta função tem suas limitações, pois sua crítica é negativa e depende de evidências para ser efetivamente demonstrada. “Quando a evidência está ausente, é defeituosa, conflitante ou circunstancial, ele não pode refutar convincentemente nem uma proposição altamente implausível” (HOBSBAWM, 2000, p. 290).

Na história oficial da UFSC há um silenciamento sobre as disputas travadas em torno dos rumos da instituição e a história é narrada “como linear, homogênea, sem conflitos e centrada na figura-chave de seu primeiro reitor, tratado como um visionário” (OLIVEIRA, 2018, p. 121). Não se apresentam as disputas entre grupos políticos, um dos quais o reitor Ferreira Lima⁵ fazia parte, acerca de questões como federalização ou estadualização da universidade, sobre a criação de uma cidade universitária ou de um conjunto universitário, do local onde seria a instituição (centro de Florianópolis ou bairro da Trindade), entre outras. Ou ainda sobre as relações da universidade com o governo federal, entre as faculdades e a reitoria, o papel dos estudantes na direção da instituição, para citar alguns

⁵ João David Ferreira Lima, que dá nome ao atual campus universitário, foi o primeiro reitor da UFSC. Seu reitorado compreendeu o período de uma década, até 1972.

exemplos. No caso da UFSC, temos inclusive dois atos inaugurais: 30/01/1961 por Henrique Silva Fontes e 12/03/1962 por João David Ferreira Lima (CMV-UFSC, 2018, p. 30-33).

Mas essa crítica só foi possível, conforme afirma Hobsbawm, por meio do uso de procedimentos científicos, partindo das discussões na bibliografia disponível, como a tese de doutorado intitulada *Ontogenia de uma Universidade* (SILVA, 2000), do recente trabalho da Comissão da Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC, 2018), do livro de memórias de Ferreira Lima (2000) e escritos de Henrique da Silva Fontes (2016), bem como pela disposição de diversos tipos de fontes da própria instituição (como as atas dos órgãos deliberativos).

Hobsbawm (2000) afirma que o fundamento da disciplina histórica são as evidências e insiste nos procedimentos científicos nos quais cada declaração é acompanhada de provas, fontes de referência e citações, ainda que ressalve a inexistência de uma verdade científica definitiva. São esses procedimentos, segundo Hobsbawm, análogos ao de um Tribunal de Justiça, que insistem na supremacia da evidência.

A crítica das fontes é essencial e é o que potencializa as possibilidades de interpretação, viabilizando a elaboração do conhecimento histórico. São as premissas teóricas que orientam o historiador sobre a sua interpretação da história e é no diálogo entre o conceito e a evidência, conduzido por sucessivas hipóteses e pesquisa empírica, que se constrói o conhecimento histórico, segundo Thompson (1981). É o procedimento que ele denomina de “lógica histórica”, um método de investigação adequado aos materiais históricos. Em suas próprias palavras:

Por ‘lógica histórica’ entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses

quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores. O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (THOMPSON, 1981, p. 49)

Assim, Thompson (1981) afirma que a lógica do historiador tem que ser adequada aos fenômenos históricos em constante movimento, e, por isso, evidenciam manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só encontram definições em contextos específicos. Além disso, as questões variam de acordo com a evidência a se interrogar, já que “assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas” (THOMPSON, 1981, p. 48). E é a partir desses referenciais que analisaremos a fonte a seguir.

A ANÁLISE DA FONTE: SUAS CONTRIBUIÇÕES E LIMITES PARA A HISTÓRIA

À luz das discussões sobre os métodos da investigação histórica, tendo como horizonte uma hipótese norteadora e a adoção de alguns conceitos, analisaremos nossa fonte histórica. Será um ponto de pauta de uma ata da reunião do Conselho Universitário da UFSC datada de janeiro de 1964. A escolha desta ata deveu-se ao fato de termos uma situação-limite a qual nos permite identificar alguns grupos, os conflitos existentes e os projetos políticos em disputa.

Trata-se sobre o pedido de intervenção federal na UFSC feito pela União Catarinense dos Estudantes (UCE).

Nossa hipótese é de que a UFSC já foi constituída numa perspectiva política autocrática, e que encontrou no projeto ditatorial, que se impôs a partir do golpe de 1964, uma concepção análoga e complementar. Foi essa identificação de projetos que permitiu com que a UFSC fosse modelo de implantação da Contrarreforma Universitária de 1968. Mas até o golpe e a consolidação da ditadura, a perspectiva tecnocrática e centralizadora capitaneada pela reitoria enfrentava resistências por parte do movimento estudantil e de grupos de oposição entre os professores. Foi somente com a repressão imposta aos setores opositores que esse projeto se impôs e consolidou.

Importa ressaltar que no contexto nacional, já no período anterior ao golpe, a sociedade brasileira estava bastante polarizada em decorrência do esgarçamento do conflito social no campo e na cidade, e em Santa Catarina a maioria dos setores empresariais, militares e políticos se identificavam com as posições golpistas⁶ ultrarreacionárias, difundindo, inclusive, elementos da Doutrina de Segurança Nacional (desenvolvimento com segurança e tecnocracia, por exemplo). Assim, a posição defendida pelo reitor Ferreira Lima que trataremos adiante não estava dissociada de um movimento político mais amplo, isto é, cujas raízes tinham origem na própria sociedade.

Retomando a nossa fonte, a ata é um documento oficial que registra as discussões e deliberações tomadas numa determinada reunião. Ainda que o rol de fontes para o trabalho do historiador tenha se expandido, não mais restrito a documentos escritos e oficiais, isso não significa que o documento oficial deixe de ter sua importância enquanto fonte de pesquisa. Se realizada a devida crítica externa e

⁶ A discussão sobre o posicionamento dos militares, empresários e políticos de Santa Catarina pode ser analisada em MAY (1998).

interna e cotejada com outros tipos de fontes e de informações, o que determina a eficácia da fonte são as perguntas que o historiador faz e a sua validade para balizar as respostas, conforme afirma Thompson (1981).

Para analisá-la é necessário primeiro verificar seu estado de conservação, sua legibilidade e sua autenticidade. No caso da nossa ata, trata-se de documento sob a guarda do Arquivo Central da instituição, já classificado, em bom estado de conservação, organizado em forma de livro, com páginas numeradas, em ordem cronológica, datilografado, legível, sem páginas faltando ou rasurado. Pela integridade do material, sequência temporal e conteúdo (temas debatidos, nomes e assinaturas, por exemplo) é possível verificar a autenticidade do documento.

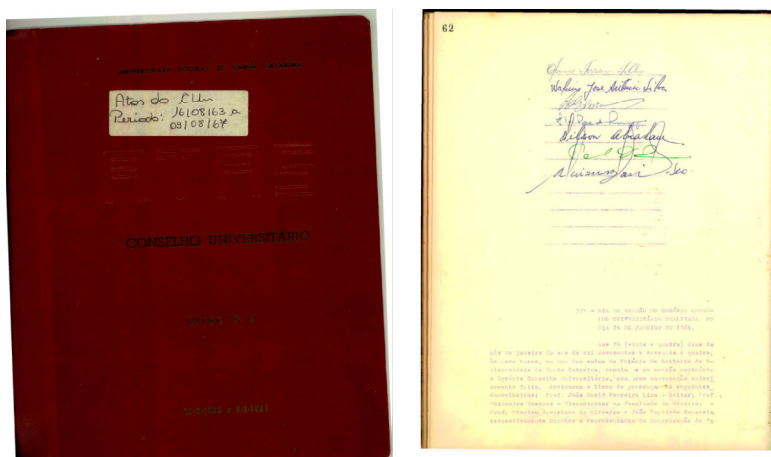


Figura 1. Capa e página 62 do Livro 2 de Atas do Conselho Universitário (CUn). Fonte. Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 2. UFSC, 24/01/64.

Feita a crítica externa, passamos a avaliar alguns aspectos formais, como por exemplo o tipo de reunião, a composição da reunião, sua periodicidade, quem fez a lavratura, sua aprovação e retificações

e em qual data foi elaborada. Essas questões são importantes porque, como alguns educadores e historiadores vêm discutindo sobre a pesquisa em atas⁷, existe uma infinidade de tipos de reunião, mais ou menos formais, institucionais ou não, com pessoa designada para sua escritura ou escolhida na hora, com aprovação do seu conteúdo ao final da reunião ou apenas na reunião posterior, se o documento tem rasuras, a linguagem utilizada (a depender do século em que foi lavrada pode ser necessário interpretação), entre outras. E a resposta a essas perguntas faz com que determinado tratamento e questões sejam mais ou menos adequadas.

No caso da nossa ata, ela foi elaborada numa universidade federal, portanto uma instituição educacional estatal. Trata-se de documento elaborado por funcionário designado para tal, portanto, um técnico especializado. Assim, a sua forma e linguagem mantêm um padrão ao longo do tempo. A ata de cada reunião só é apresentada para aprovação dos membros na reunião seguinte, portanto é possível inferir que o técnico fazia anotações durante a reunião e somente depois datilograva a versão oficial.

Dessa maneira, diferente de atas redigidas e aprovadas durante a reunião, o fato de ela ser finalizada após a reunião, nos oferece uma construção de sentenças de forma contínua, mais objetiva, em

⁷ ANDREOTTI, Azilde L. *Acervo de Fontes de Pesquisa para a História da Educação Brasileira*: Características e Conteúdo. Acessado em 15/09/22: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Azilde_Andreotti2_artigo.pdf; ESQUINSANI, Rosimar S. S. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Revista Educação Unisinos*, v. 11, Maio/Agosto de 2007, p. 103-110. Acessado em 15/09/22: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698>; MARTINY, Carina. Das presenças: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fontes de pesquisa. *IX Encontro Estadual de História Associação Nacional de História - ANPUH*. Rio Grande do Sul. 2008. Acessado em 15/09/22: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf; SANTOS, Claudia Pereira et.al. Estado de conhecimento: atas como fontes históricas. 2012. *III Seminário de Pedagogia da Unicentro*. Paraná. Acessado em 15/09/22: <https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/87.pdf>.

linguagem formal e sem rasuras. Isso faz com que o texto seja mais fluído e padronizado, apesar de significar também uma ampliação nas possibilidades de construções textuais com mais elementos do redator (ou de seu superior). De qualquer forma, o fato dela ser lida por todos os conselheiros antes de ser aprovada, podendo ser retificada a pedido de qualquer dos presentes na reunião, nos faz ter um plano geral das discussões, quem tem sua fala registrada, qual o resultado das votações etc.

Inclusive as retificações na ata, quando se referem aos conteúdos dos debates, falas, resultado das votações etc., e não a aspectos meramente formais, chamam a atenção do pesquisador não só para a importância atribuída pelos participantes da reunião para uma maior fidedignidade da sua participação em determinado assunto e votação, mas do significado em relação às disputas que ocorrem do lado de fora daquele espaço.

Nosso objetivo na análise da ata não é fazer a exegese do texto e entendemos que, como um documento oficial, a ata tende a refletir, em maior medida, a posição daqueles que dirigem a reunião, no nosso caso, a reitoria da instituição. Mas o documento, se lido nas entrelinhas, deixa transparecer outros agentes e os conflitos existentes, seja com relação ao movimento estudantil, seja entre os diferentes grupos de poder presentes na instituição, o que permite explicitar traços de continuidade na forma de funcionamento e no trato da coisa pública, sendo esse o nosso principal propósito analítico.

Importante ressaltar que essas avaliações só são possíveis de serem feitas quando se tem acesso a um *continuum* de atas, pois dessa forma podemos avaliar, através do tempo, questões como a forma de registro, a linguagem, a condução da reunião, a dinâmica das reuniões, o desdobramento de discussões e polêmicas que se estendem por diferentes reuniões, as mudanças de posições etc., verificando as-

sim a correlação de forças, as rupturas e continuidades. Desse modo, ainda que façamos uma análise de apenas uma situação-limite de uma única ata, sem o conhecimento dessa dinâmica seria inviável a crítica da fonte.

Como dissemos, as reuniões do Conselho Universitário eram presididas pelo reitor e com periodicidade mensal, portanto, ordinárias. Além dessas, também poderiam ser convocadas reuniões a qualquer tempo, a critério da reitoria, avaliada a sua urgência (chamadas extraordinárias), ou ainda sessões solenes ou especiais. Para o início de uma reunião era necessário um número mínimo de participantes (quórum), sem o qual nenhuma deliberação poderia ser tomada.

Numa primeira vista, levar em consideração a periodicidade de reuniões do Conselho ou o tipo de reunião e sua condução pode parecer irrelevante, ou mera questão burocrática, mas são esses ritos que garantiam que os assuntos políticos e acadêmicos não ficassem restritos ao grupo que controlava a reitoria e que possibilitava aos demais um espaço maior para se preparar para as disputas políticas que aconteciam dentro e fora do Conselho.

Na reunião de 29 de dezembro de 1962, um Conselheiro solicitou que as proposições sobre as quais deveriam decidir fossem feitas por escrito e justificadas, pois afirmou que os assuntos eram discutidos com muita rapidez no Conselho (ATA DO CUn, 29/12/1962, livro 1, p. 119-119v). Isso diz respeito diretamente à condução da reunião feita pelo reitor e a necessidade de maior formalidade (proposições por escrito) para garantir um maior aprofundamento e clareza acerca das propostas em discussão e posições defendidas. Isso também impacta na forma de registro da reunião, pois as formulações sendo feitas por escrito somente seriam transcritas na ata.

Outro exemplo é o pronunciamento do diretor da Faculdade de Direito, Henrique Stodieck, do grupo de oposição ao reitor,

afirmando que “em virtude de não existir mais sessões ordinárias do Conselho Universitário, somente, em seu entender, extraordinárias, disse não mais haver democracia nesta Universidade” (ATA DO CUn, 15/07/1964, livro 2, p. 154). Questionou ainda o fato de que as reuniões extraordinárias eram convocadas para discutir apenas um único assunto de interesse do reitor e logo depois encerrada.⁸

Nesse sentido, a forma da reunião não é desvinculada de seu conteúdo e por isso deve ser considerada na análise da fonte. Esses dois exemplos explicitam a dinâmica das reuniões e ao mesmo tempo, os setores que questionavam essa forma de funcionamento que privilegiava politicamente a reitoria.

um *modus operandi* na forma de deliberação dos assuntos, muitos deles incluídos na pauta durante a sessão e com reduzido tempo de discussão. Essa forma de funcionar privilegia quem controla as solicitações, ou seja, a reitoria, permitindo a escolha do que e de quando inserir na pauta, permitindo tempo para articulações de bastidores e permitindo que tenha mais condições de impor sua perspectiva e projeto de universidade (OLIVEIRA, 2018, p. 147).

Quanto a sua composição, o Conselho no início de 1964 era composto por: 1) reitor; 2) diretores das Faculdades; 3) um professor catedrático representante de cada Faculdade; 4) um professor representante dos professores livre-docentes e 5) dois representantes

⁸ A depender do objetivo da análise da fonte, essa passagem instiga a realizar a sistematização do número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas, associando aos principais temas discutidos nessas reuniões. Mas tal trabalho ultrapassa os objetivos desse artigo. Por ora, o que podemos afirmar é que entre 1º de abril até essa reunião de 15 de julho foram realizadas duas reuniões ordinárias (23/04 e 29/05) e três extraordinárias (12/06, 07/07 e 15/07), e que houve uma maior concentração periódica de reuniões extraordinárias por período. Além disso, a pauta da sessão do dia 15/07 era tomar conhecimento e se posicionar sobre o veto do reitor a uma decisão prévia do Conselho Universitário acerca do acúmulo de cargos.

dos estudantes. As reuniões ordinárias eram previamente convocadas e tinham uma pauta a seguir. Verificado o quórum e anotado os nomes e o setor representado, era dado início a reunião, cujo rito se dava primeiro com a aprovação (com ou sem retificações) da ata anterior; depois com o “expediente” (informes, comunicações etc.); então era iniciada a “ordem do dia”, ou seja, a pauta específica da reunião, que, após esgotada, terminava com os “assuntos gerais”, os quais podiam ser trazidos por qualquer conselheiro.

Outra questão importante na análise da fonte é contextualizar o Conselho Universitário na estrutura universitária, um colegiado que congregava o reitor e os diretores das Faculdades, ou seja, os ocupantes dos cargos de maior poder dentro da instituição. Também cabe ressaltar que, com exceção de um representante dos professores livre-docentes e dois estudantes, todos os demais eram professores catedráticos⁹. Apesar de restrito aos setores com maior poder dentro da instituição, era um espaço de importância política dentro da Universidade, pois estatutariamente era o órgão máximo deliberativo, cujas decisões se sobrepunham e deveriam ser cumpridas pelo reitor. Desse modo, ainda que sua composição fosse questionada pela pouca representatividade em relação à comunidade universitária (pelos estudantes, principalmente), era um espaço utilizado pelos diferentes setores, inclusive estudantil, para as disputas políticas da instituição.

Assim, vamos ao caso específico: trata-se da 37ª Ata da Sessão do Egrégio Conselho Universitário realizada no dia 24 de janeiro

⁹ Os docentes eram divididos em três classes: catedráticos, adjuntos e assistentes. Além dessas classes ainda havia as categorias dos professores contratados e dos auxiliares de ensino. Eram consideradas ainda carreiras do magistério superior as classes de pesquisador-chefe, pesquisador-associado e pesquisador-auxiliar. O catedrático, cargo mais alto na docência, tinha caráter vitalício e inamovível, sendo o responsável por uma disciplina (cátedra) e por contratar os demais profissionais docentes, a seu critério, para auxiliá-lo. Para ocupar o cargo de diretor de uma Faculdade era obrigatório ser catedrático. Uma das reivindicações do movimento pela reforma universitária nos anos 50 e 60 era a extinção da cátedra.

de 1964, cujas páginas vão da 62 até 112 do livro 2 de atas. Trata-se, pois, de reunião ordinária e extensa, na qual o primeiro item da “ordem do dia” foi a discussão sobre o pedido de intervenção federal na UFSC feito pela União Catarinense dos Estudantes (UCE).

O pedido foi encaminhado para Brasília pelos estudantes em novembro de 1963, mas foi transcrito na ata somente nessa reunião e solicitava a abertura de inquérito, intervenção federal e nomeação de reitor *pro tempore* até que as irregularidades apresentadas fossem sanadas. O Conselho Federal de Educação (CFE) encaminhou um comunicado que foi lido nessa sessão e transcrito nessa ata, informando da representação da UCE e solicitando esclarecimentos do reitor e do Conselho Universitário. Por conta dessa solicitação do CFE que a pauta foi colocada em reunião para apreciação. O reitor, depois de lido o comunicado, ainda informou que existiam outras denúncias que foram encaminhadas, inclusive pelo Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF) dos estudantes do curso de direito, mas nenhum documento foi adicionado na ata.¹⁰

O tema, um pedido de intervenção federal e nomeação de reitor *pro tempore* explicita o nível do conflito e instabilidade na instituição e mostra a resistência a um modelo de centralização política, administrativa e financeira, com cunho autoritário e que era utilizado na Universidade desde a sua fundação. Esse assunto ocupou 32 páginas dessa ata (ATA DO CUn, 24/01/1964, p. 64-96), o que é uma exceção no conjunto documental, no qual os temas têm breve descrição. Somente o aspecto do número de páginas já demonstra a importância do tema, tanto pelo tempo dedicado ao assunto em

¹⁰ Uma entrevista com o presidente do CAXIF, Eduardo Luiz Mussi, presente no jornal *Reforma*, da União Catarinense dos Estudantes (UCE), confirma tal informação. A principal questão apresentada por ele era a compra de um prédio no centro (Chácara Molenda) de Florianópolis e o boicote às obras no bairro Trindade, endereço oficial do campus (especialmente o Capítulo 2, CMV-UFSC, 2018).

reunião como pelo cuidado em registrar o máximo de informações. Além disso, nesta reunião, o próprio reitor informou que levou mais de uma semana para elaboração da resposta oficial, mobilizando vários funcionários da reitoria.

Nestas páginas estão contidas 1) a denúncia estudantil e pedido de informação do Conselho Federal de Educação; 2) a resposta, ponto por ponto, elaborada pela reitoria; 3) a manifestação dos conselheiros, inclusive estudantil e 4) três encaminhamentos de votação.

Nosso objetivo aqui não é aprofundar cada um dos itens elencados na denúncia e as respostas da reitoria, se procediam ou não, mas, a partir de alguns temas, identificar o *modus operandi* centralizador da reitoria e quais setores se opunham e o que problematizavam. Aqui é importante ressaltar: a partir da nossa hipótese e das perguntas que formulamos que podemos, ou não, encontrar as respostas nas fontes analisadas.

Na representação são elencadas questões como: o não cumprimento das deliberações do CUn por parte do reitor Ferreira Lima; a desatualização do Estatuto; nomeações sem concurso e por apadrinhamento; falta de prestação de contas; acumulação de cargo de reitor com o de diretor de uma empresa privada; cerceamento aos direitos dos estudantes nos órgãos deliberativos (direito a voto); uso da burocracia e dos recursos para tratamento desigual entre as Faculdades; e centralização das funções universitárias.

Se formalmente o CUn era o espaço máximo deliberativo e cabia ao reitor cumprir suas deliberações, o primeiro item dessa denúncia mostra que nem sempre as coisas funcionavam dessa forma e que havia uma tendência da reitoria tentar se impor aos demais setores por meio de ferramentas “administrativas”, desde a escolha da pauta, a convocação da reunião, até a postergação de decisões, ou da retomada de temas em que porventura perdesse, avançando ou recuando conforme a correlação de forças.

Um exemplo significativo sobre isso e que tem relação com o projeto de universidade em disputa diz respeito à construção da Cidade Universitária.¹¹ Essa foi uma das grandes disputas durante a criação da Universidade que o grupo de Ferreira Lima perdeu. Ele considerava que a construção de uma Cidade Universitária no bairro Trindade era um “grave erro” em decorrência da localização afastada, do problema de mobilidade urbana, dos escassos recursos, da desnecessária concentração universitária em um único local e da concepção que uma “cidade” implicava em termos de infraestrutura¹². Inclusive justificava que somente a Universidade de São Paulo (USP) tinha verbas suficientes de levar adiante tal projeto.

Assumindo como reitor em final de 1961, ainda que a construção da Cidade e sua localização no bairro Trindade já estivesse aprovada e já houvesse projeto e equipe contratada, passou a destinar verbas para comprar ou alugar imóveis no Centro da cidade para o “Palácio da Reitoria” e demais Faculdades, inclusive sob suspeita de pagamento de aluguéis superfaturados (CASO DAUX, capítulo 2 do relatório final da CMV-UFSC, 2018). E esse foi um tema de recorrente conflito com o movimento estudantil, que defendia a concepção de Universidade associada à de Cidade Universidade. Entre 1962 e 1964 temos uma sequência de atas que tratam do assunto Cidade Universitária, aos poucos se transformando em Conjunto Universitário/Centro Universitário, as quais não faltam, inclusive, moções de apoio ao reitor contra os “ataques” do movimento estudantil.

¹¹ Os documentos existentes no Arquivo Central da UFSC, num fundo denominado *Fundação Universidade de Santa Catarina* (com documentos datados de 1954 até 1960), constam legislações sobre doação de terreno pelo governo do Estado para a implantação da Cidade Universitária, destinação de verbas, minutas e projetos arquitetônicos, entre outros.

¹² Ferreira Lima leu sua exposição de motivos e solicitou que ficasse registrada em ata sua posição (ATA DO CUn de 27/11/62, livro 1, p. 101-105V).

Até então o ensino superior era composto de Faculdades isoladas, cada qual num endereço diferente e com seus cursos específicos para a formação de profissionais liberais. Como dissemos, foi da junção de sete faculdades já existentes que foi criada a própria UFSC. Mas sobre o funcionamento dessas novas universidades conglomeradas ou criação de novas universidades, existiram diferentes concepções.

Ferreira Lima não considerava necessário a concentração das faculdades num único local, o que ele defendia era a concentração burocrática, política e financeira na reitoria. Do ponto de vista político-pedagógico, não existia um projeto claro sendo defendido por seu grupo, mas uma tentativa de centralizar as decisões na reitoria, numa perspectiva tecnocrática de eficiência e racionalidade instrumental, que não se questionava sobre a função social da universidade e sua relação com a sociedade. Num momento de forte atuação do movimento estudantil reivindicando maior participação nas decisões e a democratização do acesso e do funcionamento universitário, Ferreira Lima atuava em sentido contrário, buscando centralizar as funções até então exercidas pelos diretores das faculdades, portanto diminuindo a autonomia das mesmas, o que gerou resistências, especialmente do diretor da faculdade de Direito. Por tudo isso não era um partidário da necessidade de construção de Cidade Universitária, pois tinha relação com sua concepção de Universidade.¹³

Uma outra concepção distinta era da recém-criada Universidade de Brasília, baseada num currículo flexível e na interdiscipli-

¹³ Partindo das Faculdades isoladas existentes desde o século XIX, nucleadas nas atividades de ensino e centradas na figura do professor catedrático, que a partir dos anos 1920 foram sendo formadas as chamadas universidades conglomeradas. Essas universidades eram resultado da junção de diferentes faculdades isoladas. Foi da crítica a essa forma de universidade (isolada e conglomerada) que se formou um significativo movimento social em prol da reforma universitária e foi criada um outro tipo de universidade (como a Universidade de Brasília). Sobre esse momento, ver: FERNANDES, 1975.

naridade, na convivência no mesmo espaço entre estudantes e professores de diferentes cursos, com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e a extensão. Outra questão importante era a autonomia universitária em relação ao governo e a participação dos estudantes nos espaços deliberativos. Previa ainda toda infraestrutura necessária, de uma editora, uma rádio, um museu, moradia até institutos de pesquisa, laboratórios e auditório, entre outros. E principalmente, segundo Darcy Ribeiro (1986), o entendimento de que a formação não deveria ser um ato de vaidade acadêmica ou fruição, mas com objetivo de pensar o Brasil como problema.

No panorama da educação superior brasileira do início dos anos de 1960, fortemente marcado pelas diretrizes estipuladas durante o Estado Novo – sistema de cátedras, aliado à rígida fixação, por órgãos da burocracia estatal, dos conteúdos dos cursos a serem ministrados –, as propostas contidas no projeto político pedagógico da UnB assumiam uma dimensão de vanguarda (CMV-UnB, 2015, p. 33).

Portanto, eram perspectivas distintas, e apesar da aprovação da construção da Cidade Universitária na Trindade, por sucessivas reuniões Ferreira Lima reiterava que era contrário à mudança para a Trindade, mas, sendo voto vencido, buscou convencer que seria mais adequado construir um “Conjunto Universitário” ou um “Centro Universitário”. Por meio de suas articulações políticas, a despeito da posição dos estudantes e decisões anteriores, vemos na nossa fonte o resultado dessa luta política:

Da leitura dessa Resolução, verá Vossa Excelência o que decidiu o Conselho, se construísse na Trindade, não uma “Cidade Universitária”, mas, sim, um

“Conjunto Universitário”, com o que se *abandonou o Plano Estadual*. Essa decisão foi de 19 de dezembro de 1962 (ATA DO CUn, 24/01/64, livro 2, p. 69, grifos nossos).

E esse tema continua sendo motivo de debates e conflitos inclusive depois do golpe, porque a reitoria postergou a transferência dos prédios e continuou comprando imóveis no Centro de Florianópolis mesmo após a mudança de concepção para Conjunto Universitário.

Outro tema elencado que reiteradamente é motivo de conflito e relaciona-se com o projeto de universidade diz respeito à representação estudantil nos espaços deliberativos. Até a reunião do CUn de junho de 1962 os estudantes tinham apenas um representante e com direito a voto apenas em “assuntos considerados estudantis”.

Ainda em 1962, esse tema é discutido em várias sessões, pois a reivindicação estudantil era de participação na proporção de 1/3 do total de membros, como já ocorria na Faculdade de Direito (dirigida por seu opositor) e alinhada à reivindicação nacional dos estudantes. Foi no contexto de greve nacional estudantil convocada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que houve a ampliação para dois representantes. Também foi no contexto de pressão do próprio Ministério da Educação, o qual convocou os reitores no período da greve para um Fórum de Reitores, cujo tema era a representação estudantil.

Sobre esse Fórum o reitor da UFSC fez informe em sessão do Conselho reafirmando a autonomia de cada universidade nessa questão e que não aceitariam interferência do Ministério:

[...] todos os Reitores, com base na autonomia das Universidades, ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases, não poderiam admitir a interferência, de quem quer, após decisão de seus órgãos, e que o Conselho Federal teria somente que homologar as decisões das

Universidades [...] e que ficou sabendo da disposição do Conselho Federal de Educação em aceitar a tese da homologação dos atos [...] das Universidades [...] Confirmada e ratificada a autonomia das Universidades, voltaram todos os reitores altamente satisfeitos [...] (ATA DO CUn, 31/07/62, livro 1, p.78).

A posição de Ferreira Lima em defesa da “autonomia universitária” durante o governo João Goulart, o qual deveria apenas “homologar as decisões” tomadas em cada Universidade, contrastava com a posição adesista às políticas do governo e MEC após o golpe, além de fiel cumpridora de ordens. Esse foi um dos temas elencados na representação dos estudantes em nossa fonte, tornando possível verificar tamanha controvérsia no posicionamento político do reitor a depender de quem estava no poder.

Poderíamos levantar a hipótese que essa mudança na relação com o governo após o golpe poderia ser justificada pelo receio da repressão, mas ainda que pudesse existir, não são significativamente comprovadas pelo conjunto documental. Como afirma Hobsbawm (2000) as evidências limitam o que o historiador pode dizer, e podem confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas. O que as fontes nos permitem afirmar é que as políticas efetivamente aplicadas pela reitoria demonstraram uma proximidade de projetos e uma atuação conjunta, inclusive em relação à concepção do papel do movimento estudantil.

A posição de Ferreira Lima era pela menor participação política dos estudantes na vida universitária e a mais limitada possível nos órgãos deliberativos, em número e em direitos, e contava com o apoio da maioria dos Conselheiros. Posição que variava, avançava ou retrocedia conforme as lutas travadas. Essa concepção sobre a participação estudantil entrava em choque com o movimento nacional

pela Reforma Universitária e as campanhas da UNE pela democratização das universidades, que tinha na organização e composição dos órgãos deliberativos um componente importante.

Outro exemplo de proximidade com o projeto ditatorial¹⁴ e que inspirou a Contrarreforma de 1968 era a orientação tecnocrática e a centralização política e administrativa na reitoria, que chamou a atenção do consultor estadunidense e assessor do MEC Rudolph Atcon:

O que a transforma [UFSC] num local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporcionam o Reitor e seus colaboradores, e por outro, a grande novidade que ali encontrei no que diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar. Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras [...] Em outras palavras, já é a base de um sistema, que operaria numa universidade tipo empresa privada. Por esta razão, estou convencido de que uma grande parte da problemática universitária do país seria resolvida — e o poderia ser dentro de um ano — se o sistema de Florianópolis fosse aplicado, tal qual, nas demais universidades do país (ATCON, 1966, p. 69-71).

Atcon encontrou não só um modelo, mas um colaborador em Ferreira Lima¹⁵, e em seu relatório propôs, por um lado, um sistema

¹⁴ Foi por seu alinhamento às políticas do Governo Federal que Ferreira Lima foi eleito para o Diretório Executivo do Conselho de Reitores (CRUB), do qual foi seu segundo Presidente, e que foi indicado como representante do CRUB no Grupo de Trabalho para elaboração de um Plano Nacional de Educação instituído pelo Governo em 1967. Outro exemplo foi a realização do “Vestibular Único e Unificado” em 1970, que centralizou o vestibular e acabou com a figura dos “excedentes” por meio de concurso classificatório. Foi baseado nesse vestibular da UFSC que foi fixada a forma de ingresso nas universidades em 1971 (Decreto nº 68.708/71). Segundo Leher (2019, p. 49), a Contrarreforma Universitária de 1968 foi ampla e não só composta pela Lei nº 5.540/68, mas também por sua legislação repressiva, pelas novas formas de seleção dos estudantes, pelas alterações no Conselho Federal de Educação, entre outras.

¹⁵ Atcon foi secretário-geral do CRUB quando Ferreira Lima era seu presidente.

administrativo para as universidades que seria o ideal das empresas privadas, que se baseava, de um lado, na separação entre a formulação e a execução da política universitária e, de outro, a disciplina e autoridade. Perspectiva bastante similar com a prática política do reitor.

Voltando para a representação estudantil e a centralização política, administrativa e financeira na reitoria, quando os estudantes em nossa fonte denunciam o uso da burocracia para tratamento desigual entre as Faculdades e a centralização das atividades na reitoria, eles citam o pedido de renúncia do diretor da Faculdade de Direito Henrique Stodieck, que já identificamos como de um grupo opositor.¹⁶

Na sua carta pública de renúncia, Stodieck alegou a concentração indevida de verbas na reitoria e seu uso político. Também encontramos nas atas a crítica a concentração de novos trabalhadores contratados na reitoria, em detrimento das Faculdades. Esses são temas centrais na disputa entre centralização na reitoria e autonomia das Faculdades. Nessa reunião do CUn uma das “ausências presentes” que identificamos é justamente a do diretor da Faculdade de Direito¹⁷, que fazia algumas críticas ao reitor semelhantes às dos estudantes.

Constantemente identificamos o conflito entre o grupo de Ferreira Lima e Stodieck, sendo a renúncia um dos seus pontos altos, pois ocorreu no contexto de grande conflito com o movimento estudantil, que culminaria no pedido de intervenção federal. Além do questionamento sobre a centralização de verbas na reitoria, também

¹⁶ Em outras atas temos a informação de que a renúncia não foi aceita, ele continuou como diretor da Faculdade e, portanto, como representante no Conselho Universitário.

¹⁷ Pela fonte não foi possível identificar o motivo de sua ausência: se não participou pelo pedido de renúncia e, conseqüentemente, a perda da representação como diretor da Faculdade no Conselho, se foi uma tática política ou se existiria um outro motivo (o de saúde, por exemplo). O que sabemos é que o vice-diretor da Faculdade de Direito foi o representante na reunião. Este caso é um daqueles momentos que expressam o limite que as fontes impõem ao historiador, que só poderiam ser superados pelo cotejamento com outros tipos de fontes.

acompanhamos seu questionamento sobre as reuniões extraordinárias do Conselho e a falta de democracia.¹⁸

Mas esse conflito está presente também em outros tipos de documentos, como no depoimento do reitor, logo após o golpe de 1964, na Comissão de Inquérito para investigar atividades subversivas, no qual fez acusações contra Henrique Stodiek. Anos depois, as acusações do reitor continuaram a ser feitas diretamente ao Chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), com o intuito de delatar a

atuação destrutiva que [Henrique Stodiek] vem, permanentemente, desenvolvendo, há vários anos, contra o desenvolvimento desta Universidade e, no momento, já inicia campanha tendenciosa contra a implantação da Reforma Universitária, que tanto interessa a todos nós e ao Governo [sic] da República (FUNDO SNI, AC ACE SEC 17169_69, s/p.).

Dessa forma, em 1969, no mesmo ano em que fez acusações contra o adversário político, Henrique Stodiek, ao SNI, o reitor interveio nas eleições do movimento estudantil, cuja motivação dizia respeito à aprovação da Contrarreforma Universitária, que nas palavras do próprio reitor, era um interesse comum da reitoria e ao Governo.¹⁹ Dessa maneira, além de identificar os grupos em conflito,

¹⁸ A criação da Comissão de Inquérito em decorrência do Ato Institucional nº 1 não foi discutida e nem deliberada no Conselho Universitário, tendo sido formada por ato discricionário do próprio reitor.

¹⁹ Poderíamos citar a intervenção nas eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 1969, que cassou candidaturas de uma chapa para viabilizar a vitória da chapa concorrente, ou “chapa da reitoria”. Esse foi o ano que se discutiu e aprovou a Reforma Universitária na UFSC e contou com “valiosas sugestões” dos representantes do DCE, devidamente registrada em ata. Essa intervenção pode ser considerada preventiva, pois garantiu um ambiente tranquilo, estável e colaborativo para a institucionalização da Reforma, de cima para baixo. Portanto, a repressão foi instrumental para a reitoria, inclusive várias das legislações punitivas editadas durante a ditadura já faziam parte dos dispositivos estatutários da UFSC.

são as concepções de universidade que estão sendo disputadas, fosse com o grupo de oposição dirigido por Stodieck, fosse com o movimento estudantil. E aqui também vemos a relação dos dirigentes da UFSC com o governo ditatorial, e a forma de lidar com o conflito (denúncia ao SNI e intervenção nas eleições estudantis).

Para formular as perguntas à nossa fonte (a ata de janeiro de 1964) é importante compreender o contexto no qual ela está inserida, no nosso caso, de mobilização nacional via UNE, pressionando por um projeto de reforma universitária, pela ampliação da representação estudantil, ampliação de vagas (questão do excedente) etc., visando garantir a democratização da universidade, tanto no acesso quanto no seu funcionamento. Esta luta não está dissociada desse período de ebulição política e faz parte da luta pelas reformas de base do período. Assim, os estudantes não estavam restritos aos muros da universidade e estavam associados a um projeto de democratização da universidade em consonância com um projeto nacional de desenvolvimento. Em síntese, uma mobilização nacional que também teve sua expressão localmente, pela organização e disputas realizadas pelo movimento estudantil no interior da UFSC. A situação-limite que consta na nossa fonte explicita o nível do conflito existente entre reitoria, movimento estudantil e grupo de oposição liderado pelo diretor da Faculdade de Direito.

Por outro lado, as posições do reitor não estão desvinculadas das posições dos empresários, de políticos e de militares de Santa Catarina, que majoritariamente foram contrários à posse de João Goulart e eram partidários do golpe de 1964. Luta esta que envolveu diferentes classes e setores no Brasil do final dos anos 50 e início dos anos 60. Demonstra, portanto, um conflito entre a reitoria com o MEC/CFE, relação que se modifica radicalmente após o golpe. Muitos desses conflitos se expressavam dentro da universidade atra-

vés de temas como a federalização ou estadualização da Universidade; a criação da Cidade Universitária; a localização do campus universitário; a democratização dos espaços de decisão; a participação dos estudantes; sobre um modelo de gestão centralizado na Reitoria; sobre o controle das verbas; e a falta de prestação de contas, isto é, sobre uma concepção e projeto de universidade, que não estavam desvinculados de um projeto de sociedade que, naquele período, estava em disputa.

Se algumas questões desse período já foram resolvidas, como federalização e localização do campus, outras tantas continuam postas nos dias de hoje, como a autonomia universitária em relação ao governo, a liberdade de cátedra, a democratização dos espaços de decisão, a representatividade nos espaços deliberativos, a função social da universidade, para citar alguns exemplos. Se tomarmos como referência os movimentos sociais, como o de docentes (Andes)²⁰ e o de técnico-administrativos em educação (Fasubra)²¹, são temas ainda candentes nas disputas de projetos de universidade.

Assim, são os problemas situados no presente que nos orientam na escolha do objeto e nas perguntas e hipóteses formuladas. E a partir das possibilidades abertas pelas fontes e respostas provisórias, passamos a compreender melhor a historicidade da universidade e as contradições que a atravessam, estabelecendo, portanto, a relação presente-passado e passado-presente, conforme acentuado acima a partir das contribuições de Karl Marx e Marc Bloch.

Como afirmamos, para a análise da ata como fonte é necessário explorar uma sequência de atas. Não obstante, também é preciso rea-

²⁰ *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*. Acessado em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>.

²¹ *Projeto universidade cidadã para os trabalhadores*. Acessado em: http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2018/05/revista_fasubra_02-1.pdf

lizar o cruzamento com outros tipos de fontes disponíveis, bem como contextualizar tanto as disputas internas como as relações que extrapolam o ambiente investigado. Portanto, é somente com elementos contextuais, com a análise do conjunto documental e do cotejamento com outras fontes que se torna possível realizar uma efetiva crítica das fontes, procedimento o qual acreditamos ter demonstrado.

Por fim, existe uma diferença entre o método de pesquisa e de exposição, e ainda que o manejo metodológico não fique necessariamente explicitado na apresentação dos resultados, são passíveis de avaliação no “tribunal de recursos da disciplina histórica”, como afirma Thompson (1981), podendo tomar a forma probatória (em relação a evidência) e teórica (em relação a adequação, coerência e consistência dos conceitos). É a lógica histórica que constitui esse tribunal e que permite com que o trabalho do historiador seja criticado pelos pares.

FONTES

37ª Ata do Conselho Universitário, livro 2. IN: *Livro de Atas do Conselho Universitário*, livro 2, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 24/01/64, p. 62-112.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 1, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 16/09/61 a 28/06/63.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 2, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 16/08/63 a 09/08/67.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 3, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 31/08/67 a 10/04/75.

Comissões de Inquérito, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Gabinete do Reitor/Procuradoria Geral, UFSC, 1964 a 1985.

Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Fundação Universidade de Santa Catarina, UFSC, 1954 e 1960.

Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional, Brasília/DF.

REFERÊNCIAS

ATCON, Rudolph. P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

AURAS, Marli; MAMIGONIAN, Armen. *Henrique da Silva Fontes: pensamentos, palavras e obras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. *Relatório final*. Brasília, abril de 2015. Acessado em: http://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf

Comissão da Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina. *Relatório final*. Florianópolis, abril de 2018. Acessado em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/641>

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

MAY, Patricia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 1998.

MARINI, Ruy Mauro, SPELLER, Paulo. *A universidade brasileira*, 1977. Acessado em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli F. *A UFSC na Ditadura Civil-Militar*: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UNIOESTE, 2018.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para Quê?* Brasília: Editora UnB, 1986.

SILVA, Elizabeth F. da. *Ontogenia de uma universidade*: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, USP, 2000.

THOMPSON, Edward P. A lógica histórica. In: *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

IV

A ATUAÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO PAULISTA NAS GREVES DE 1980 NO ABC PAULISTA: da burguesia “renovada” à burguesia braço da ditadura

Samuel Fernando da Silva Junior

As greves de 1980 no ABC paulista foram o apogeu de um longo período de reorganização operária iniciado entre os anos de 1972 e 1973 com as “operações-zelo” e “operações-tartaruga”. Até a eclosão do clico grevista do triênio 1978-1980 na grande São Paulo, os trabalhadores e a chamada “questão social” não entravam nos cálculos da ditadura e dos círculos parlamentares burgueses de oposição ao regime ditatorial aglutinados no Movimento Democrático Brasileiro e, em seguida, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB/ PMDB).

Os empresários vinculados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por sua vez, mantiveram-se intransigentemente contra qualquer manifestação operária nas empresas de sua base, cuja estrutura “antioperária” instalada dentro das fábricas era marcada pela vigilância e repressão que obstruíam qualquer possibilidade de organização, fosse nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), para denunciar as precárias condições de trabalho, fosse nas comissões de fábrica. Foi a partir das “greves nas

fábricas” de maio de 1978 no ABC que as comissões de fábrica passaram a existir em diversas empresas de forma clandestina, isto é, sem o reconhecimento das empresas e dos sindicatos.

As empresas multinacionais instaladas no ABC e em São Paulo (especialmente as montadoras de veículos), não só concordavam com essa estrutura “antioperária”, como também contribuíam ativamente para a sua manutenção. Existia, entre as empresas vinculadas à FIESP, uma colaboração “interfábricas” com o objetivo de compartilhar as experiências de repressão ao movimento operário (dentro e fora das empresas), como também a circulação das “listas negras” com os nomes dos operários mais avançados politicamente ou que se destacavam dentro das empresas, organizando os trabalhadores, e/ou durante as greves. Via de regra, após as greves, ocorriam as “demissões em massa” com o intuito de dismantelar a organização operária montada dentro das fábricas. Comissões de fábrica “clandestinas” eram integralmente destruídas e muitos operários “avançados” ficavam fora da produção devido à perseguição patronal. (OESP, 1974a, p. 23; OESP, 1980a, p. 11; FSP, 1980a, p. 21; EM TEMPO, 1979a, p. 5; FREDERICO, 1991, p. 128).

Entretanto, mesmo com toda a estrutura repressiva montada dentro e fora das empresas, a pressão operária das greves do triênio 1978-80 balançou toda a estrutura do regime ditatorial. Com a posse de Figueiredo em março de 1979, o regime ditatorial, pressionado pelo movimento grevista de 1978 e 1979, emplacou, em novembro do mesmo ano, uma nova política salarial semestral (o decreto-lei n.º 6.708) que, diferentemente da política então vigente (aprovada início do governo Geisel, em 1974, com o decreto-lei n.º 6.147), aumentava em 10% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) o salário dos trabalhadores que ganhavam entre um e três salários mínimos, isto é, 67% dos trabalhadores formais do país

(EM TEMPO, 1983a, p. 2). Delfim Netto, quando empossado na pasta do Planejamento, em agosto de 1979¹, chegou até a propor para os dirigentes sindicais do ABC um “pacto social”, desde que se congelasse o movimento grevista num período de dois anos (EM TEMPO, 1979a, p. 8). Foi a primeira proposta de “pacto social” desde o golpe de 1964.

A partir de 1978, o empresariado, especialmente o paulista vinculado à FIESP, que durante o período mais duro do regime estava integralmente envolvido com a ditadura, passou a soltar “manifestos” supostamente preocupados com a “questão social”, os quais exigiam “democracia”, “sociedade pluralista”, “liberdade sindical” e a “livre negociação” entre capital e trabalho sem a mediação estatal. Tal episódio pode ser consultado nos conhecidos *Documento dos Oito* (1978) – assinado por Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Cláudio Bardella (Bardella A.S.), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), José Midlin (Metal Leve), Laerte Setúbal Filho (Grupo Itaúsa), Paulo Vellinho (Springer/ Admiral), Paulo Villares (Villares Metals S.A.) e Severo Gomes (ex-ministro da Agricultura de Castelo Branco e da Indústria e Comércio de Geisel) – e no *Documento dos Doze* (1980), o qual incluiu o apoio do setor comercial, liderado por Abílio Diniz, dos banqueiros, liderados por Olavo Setúbal (Itaú) e por Mário Garnero (Brasilinvest), e do setor de elétrica e eletrônica (ABINEE), liderado por Manoel da Costa Santos.

Como podemos ver nestes sumários exemplos, a “abertura” do regime ditatorial não foi uma dádiva dos “de cima”, mas um sintoma

¹ Delfim Netto substituiu o ortodoxo Mário Henrique Simonsen, que, entre outros motivos para a sua queda, estava a sua insistência em tratar os trabalhadores durante as greves do ABC de 1979, pura e simplesmente, como “caso de polícia”, sob a justificativa de manter a “meta inflacionária”. Esta posição totalmente fechada e intransigente polarizava com as posições mais “moderadas” de negociação de Murilo Macedo e Golbery do Couto e Silva. Cabe ressaltar que, entre eles, não existia era uma diferença qualitativa sobre a repressão, mas apenas acerca do *timing* de sua deflagração.

da pressão exercida pelos “de baixo”. Ou seja, as greves deram início a constituição de um “polo proletário de pressão” (ou a organização dos trabalhadores enquanto classe social) que acelerou o processo de transição, uma vez que a concepção elitista da transição “lenta, gradual e segura” (pelo alto) da “equipe” de Golbery não previa a pressão dos trabalhadores – pelo menos não naquele ritmo, não naquela dimensão. *Adaptações foram necessárias*. Aliás, o próprio Cláudio Bardella reconheceu para o jornal *O Estado de São Paulo* que a “abertura surgiu como decorrência direta das pressões de baixo” (OESP, 1980a, p. 26).

Mas será mesmo que esse comprometimento burguês com a “abertura”, com a “questão social”, com a “liberdade sindical” e com a “livre negociação” ventilado nos referidos documentos (e até mesmo reconhecido por cientistas sociais, como veremos abaixo) era real? Ou não passava de mera ideologia visando a dissociação do regime em período de crise econômica e ascensão social dos “de baixo”? Até que ponto os chamados “novos empresários” dos documentos citados acima estavam comprometidos com a “democracia”? Que “democracia” era essa? Para responder estas questões, remeter-nos-emos à atuação empresarial durante as greves de 1980 no ABC. Pois, para nós, é na relação entre capital e trabalho, em que se encontra a chave para responder estas questões.

AS GREVES DE 1980 E A PERSISTÊNCIA BURGUESA EM ENCARAR OS TRABALHADORES ORGANIZADOS COMO CASO DE POLÍCIA²

Centralizados em São Bernardo do Campo, os 42 dias de greve foram o apogeu do processo iniciado em maio de 1978. As greves de 1980 transformaram-se numa verdadeira operação de guerra (ou guerra civil em estado latente) contra o movimento paredista dos trabalhadores. Ademais, teve notável importância na definição das linhas e correntes sindicais em disputa no processo de transição, incluindo aí suas divergências, até então encobertas genericamente sob a sigla de oposição sob o guarda-chuva da “Unidade Sindical”.³

² “Esse princípio constitui uma herança do modo de produção escravista, que identifica o escravo como inimigo público da ordem e molda a mentalidade dos proprietários dos meios de produção dentro de uma concepção de terror em relação ao agente de trabalho.” (FERNANDES, 1990, p. 177).

³ A Unidade Sindical foi criada oficialmente no 11º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado pelos dirigentes sindicais na cidade de Lins, em janeiro de 1979. Inicialmente, a “Unidade Sindical” era composta pelas três principais forças do movimento sindical brasileiro: os sindicalistas “autênticos” do ABC, aglutinados em torno da defesa de um sindicalismo classista e independente a partir da disputa no interior da estrutura sindical; os setores sindicais do PCB, PCdoB e MR-8, como Arnaldo dos Santos (dos Metalúrgicos de Santos) e Ivan Pinheiro (dos Bancários do Rio de Janeiro), chamados de “reformistas”. Esse setor da Unidade Sindical avaliava que o esgarçamento da luta de classes na “abertura” favorecia o fechamento do regime. Ao fim e ao cabo, balizados por essa avaliação, acabavam adotando uma linha “imobilista”, de “acomodação” e “boicote” às lutas dos trabalhadores no processo de transição; por fim, havia uma outra força sindical conhecida pelos trabalhadores como o “arquipélago Ari Campista”, isto é, todos os dirigentes sindicais conservadores e “pelegos” comprometidos, aberta ou tacitamente, com o regime e com a estrutura sindical. Entre eles, podemos citar o “Joaquinzão” do Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), o Argeu Egídio dos Santos, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo (FMSP), o João Lins, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul (SMSCS), o Arnaldo Rodrigues Paixão, dos Metalúrgicos de Guarulhos, o Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco etc., e os demais dirigentes das federações e confederações dos trabalhadores. As conflitantes avaliações sobre a tática de luta a ser adotada pela classe trabalhadora na conjuntura da transição precipitaram um rompimento na Unidade Sindical que foi consumado com a criação do PT, no início de 1980. A partir deste momento, os “autênticos” passaram a se aproximar das oposições sindicais, fato observado nos congressos organizados por ambas as correntes, como o ENTOES (1980) e a ANAMPOS (1982). Por seu turno, os “reformistas” do PCB, PCdoB e MR-8 passaram a compor politicamente com os “pelegos” e conservadores.

As greves do ABC e de alguns sindicatos do interior (São José dos Campos, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, Sertãozinho, Santa Bárbara d'Oeste etc.), unidos na mesma data-base, eclodiram no período de negociação do dissídio da categoria, entre março e abril de 1980. As principais reivindicações dos metalúrgicos eram: a correção inflacionária de 39,5% do INPC mais 15% de produtividade; reajuste trimestral; piso por função e mínimo salarial de Cr\$ 12.000; 100% de adicional nas horas-extras; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reconhecimento do delegado sindical e livre acesso dos diretores sindicais nas empresas. Do lado patronal, a contraproposta do Grupo 14⁴ da FIESP foi: 39,5% do INPC mais 5% de produtividade; reajuste semestral; piso único de Cr\$ 5.904; adicional de 5% nas horas-extras, até o limite de 50% nos dias úteis e 100% nos domingos e feriados. Não à redução da jornada; não ao reconhecimento do delegado sindical e ao livre acesso da diretoria sindical nas empresas.

Seguindo a mesma plataforma política de atuação formulada nas greves de 1978, o empresariado só aceitava negociar as reivindicações estritamente econômicas, recusando-se a discutir qualquer proposta de cunho político, como a de delegado sindical. A ideia de delegado sindical surgiu no Congresso de Lins, em janeiro de 1979, como uma forma de bloquear o avanço das comissões de fábrica clandestinas surgidas a partir das greves de 1978 (algumas delas, controladas pelas oposições sindicais), pois representavam uma ameaça à direção do sindicato sobre os trabalhadores. Não obstante, o delegado sindical proposto em Lins, ao invés de ser eleito pelos trabalhadores seria indicado pelo sindicato. Apesar do intuito dos

⁴ Formado em 1979 para representar as empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico nas negociações com os sindicatos dos trabalhadores. Era composto por 22 sindicatos patronais. De início, foi coordenado por Paulo Francini, Mauro Marcondes e Alberto Villares e, após 1981, por Roberto Della Manna.

dirigentes sindicais em bloquear a organização das comissões, a proposta de delegado sindical foi intransigentemente rechaçada pelo empresariado paulista nas greves de 1979 e 1980. Nas greves posteriores, a proposta deixou de aparecer na pauta de reivindicações, uma vez que a maioria das comissões clandestinas foi desarticulada pelas demissões.

José Mindlin (considerado amiúde como um empresário inovador e aberto à “questão social”), embora não pertencesse ao Grupo 14 e tampouco tivesse empresa na região do ABC, fez questão de comparecer às tentativas de negociação que antecederam as greves do ABC de 1979 para manifestar-se contrário ao delegado sindical, pois era “um assunto que demandava amadurecimento entre o empresariado e a necessidade de mediação do governo”. A existência do delegado sindical era entendida como uma espécie de “co-gestão” e “segunda ingerência” dentro das empresas, algo inaceitável para o empresariado brasileiro (FSP, 1979a, p. 22).

Teobaldo de Nigris, presidente da FIESP, afirmou, também em 1979, que a “figura do delegado sindical é inoportuna no momento”, completando que “não é aceitável que pessoas menos esclarecidas queiram dar palpites na administração de uma empresa.” Por sua vez, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, sucessor de Teobaldo de Nigris na presidência da FIESP, comentou que “nem patrões nem empregados estão preparados para a criação do delegado sindical. **A estrutura da sociedade brasileira não está amadurecida para essa etapa do sindicalismo.**” (grifo nosso) (FSP, 1979b, p. 32). Paulo Francini, coordenador do Grupo 14, comentou que não sabia se o delegado sindical “seria a fórmula ideal de o operário ter um representante na indústria.” (JB, 1979a, p. 29). Tal postura intransigente manteve-se intacta nas tentativas de negociação que precederam às greves de 1980 no ABC. Na ocasião, o empresário e membro do Grupo

14, Roberto Della Manna, afirmou que o “**brasileiro não tem nível para ter delegado sindical.**” (grifo nosso) (FSP, 1980a, p. 17).

Com os exemplos acima, percebemos o nível da resistência do empresariado brasileiro a qualquer interferência externa e a possibilidade de maior organização dos trabalhadores dentro da empresa, apesar de o delegado sindical, por si só, não significar automaticamente avanços políticos para os trabalhadores, já que a princípio seria controlado pelos dirigentes sindicais. Contudo, apenas a possibilidade de o despotismo burguês na empresa ser questionado, já era o suficiente para o empresariado rechaçar a proposta de delegado sindical como ponto de pauta nas mesas de negociação.

No primeiro dia da greve em São Bernardo, dia 31 de março, ocorreu uma tentativa de negociação do dissídio entre os dirigentes dos metalúrgicos do ABCD e o Grupo 14 na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a 1ª instância das negociações entre capital e trabalho. Nesta negociação, apesar dos dirigentes sindicais reduzirem mais da metade o índice de produtividade exigido (de 15% para 7% escalonados por faixas salariais), tiveram, mais uma vez, sua proposta recusada pelos representantes patronais, que ofereceram os mesmos 5% da contraproposta original, a qual, aliás, não foi alterada em nenhum ponto para a negociação na DRT.

No dia seguinte, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou o dissídio. Nas oito horas de audiência de instrução e conciliação, não se chegou a nenhum acordo entre as partes, cabendo o julgamento aos juízes classistas. Numa decisão apertada, de 13 votos contra 11, o TRT declarou-se incompetente para julgar a legalidade da greve e decidiu por um reajuste escalonado de produtividade: de 7% para os metalúrgicos que ganhavam de 1 a 3 salários mínimos e 6% para as demais faixas salariais a partir da data do julgamento. Em Santo André, no dia do julgamento no TRT, dos

60 mil metalúrgicos, 54 mil estavam parados; em São Bernardo, estavam parados 127.800 dos 142 mil; e, em São Caetano, 17.500 dos 25 mil metalúrgicos. Ou seja, exitosos 87% de paralisação total. (OESP, 1980a, p. 27.)

Após a sessão, o presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, criticou a omissão do TRT por ter se declarado incompetente para julgar a legalidade da greve. Uma demonstração pública de como o empresariado representado pelo Grupo 14 desejava a intervenção estatal e a repressão do movimento o quanto antes, ratificando, mais uma vez, a ideia que: *ruim com a ditadura, pior sem ela*. O Grupo 14 também ficou insatisfeito com a determinação de um índice de produtividade escalonado, entre 7 e 6 por cento, maior que o índice de 5% defendido pelo empresariado.

Entretanto, para acelerar os desfechos repressivos, no dia 2 de abril, após um jantar com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, os integrantes do Grupo 14 resolveram acatar os índices de produtividade determinados pelo TRT, negando, em contrapartida, a proposta dos metalúrgicos em reabrir as negociações. Em clara demonstração de intransigência, a Comissão de Negociação Salarial do Grupo 14 foi dissolvida e a posição empresarial era de que os metalúrgicos aceitassem a decisão do TRT. Alberto Villares afirmou que “**não há mais o que conversar sobre a greve**”, concluindo que qualquer tentativa de negociação com os dirigentes sindicais seria “**um desrespeito à Justiça**” (grifos nossos). Pedro Eberhardt, vice-presidente do Sindipeças, comentou que “não acredita mais em negociações” (OESP, 1980b, p. 28). Ou seja, na prática, ao contrário do “empresário renovador”, com capacidade de negociação e elasticidade diante da pressão social, tal como deu a entender o *Documento dos Oito*, tínhamos um empresariado pendurado no braço da ditadura, a reboque da “Justiça” e balizado pela repressão policial. Em

suma, pendurados no Estado, querendo desesperadamente saber até onde podiam ir nas negociações com os trabalhadores.

No dia 2 de abril, mais de 50 mil trabalhadores em assembleia no estádio da Vila Euclides (São Bernardo do Campo), decidiram pela continuidade da greve, uma vez que o TRT rejeitou os outros itens da pauta de reivindicação, como a jornada de 40 horas, estabilidade no emprego, acesso dos dirigentes sindicais às empresas e delegado sindical. A partir da determinação do TRT, os outros sindicatos do interior foram paulatinamente convencendo os trabalhadores a voltarem ao trabalho durante as assembleias. Entre os dias 4 (sexta-feira) e 8 de abril (terça), os primeiros sindicatos que terminaram com a greve foram os de São José do Rio Preto, Jundiaí, Lorena, Guaratinguetá, Sorocaba, Araraquara e Campinas.

Durante a assembleia em São Bernardo, dois helicópteros da FAB transportando soldados sobrevoaram o estádio, gerando um clima de forte tensão e intranquilidade entre os grevistas diante de clara intimidação. Nos rasantes e voos de baixa altura, era visível que os soldados portavam metralhadoras, “como se se tratasse de um território inimigo ocupado!” (FERNANDES, 2007, p. 175). O barulho dos motores atrapalhou a assembleia, dificultando a fala dos membros da diretoria. No período da tarde, quatro helicópteros sobrevoaram a sede do Sindicato de São Bernardo e de Santo André. Questionado, o II Exército comentou que se tratava apenas de um “exercício militar de rotina”.

Antevendo as possibilidades de forte repressão e intervenção nos sindicatos, logo se estruturou o Fundo de Greve e o recolhimento de alimentos com o apoio da Igreja católica. Estruturou-se também, tendo em vista a experiência acumulada do ano anterior, um Comando de Greve para dar continuidade ao movimento (e bloquear a influência de outros movimentos políticos da esquerda), caso a diretoria fosse cassada.

A estrutura do Comando era complexa: no topo, encontrava-se a diretoria do Sindicato, com Lula à frente. Abaixo da diretoria, dezesseis operários, que substituiriam, um a um, os membros da diretoria. Abaixo desse patamar, um escalão intermediário, com cerca de 45 trabalhadores, que se encarregavam de transmitir as diretrizes da “direção” à “Comissão de Salário e Mobilização”, composta por 446 membros. Estes, distribuídos pelas fábricas e pelos bairros, constituindo, segundo Ricardo Antunes, um elo entre a base e o comando (ANTUNES, 1988, p. 71).

Após a tentativa malograda de negociação no TRT e com a recusa de negociação por parte do Grupo 14, ocorreram várias assembleias no ABC para averiguação do “ânimo” dos trabalhadores em greve. Nas maiores empresas metalúrgicas, com exceção da GM de São Caetano do Sul, o índice de comparecimento ao trabalho era demasiadamente baixo: 17% na Volkswagen, 15% na Scania; 8% na Mercedes; 6% na Ford; 7% na Chrysler. Em todas as assembleias, especialmente nas de São Bernardo, a decisão pela continuidade da greve era massiva e unânime e com alto comparecimento, variando entre 60 e 70 mil trabalhadores (FSP, 1980b, p. 19). Nas pequenas e médias empresas, entretanto, já se percebia uma movimentação em sentido à normalização, confirmada integralmente no dia 11 de abril. Em São Caetano e Santo André, contudo, iniciou-se uma constante desmobilização do movimento percebido pelo gradual esvaziamento das assembleias. João Lins (dirigente do SMSCS), depois de anos trabalhando pela promoção do imobilismo e da despolitização, afirmou que o esvaziamento do movimento não era “culpa minha, ocorre que os trabalhadores não estão preparados para aguentar a guerra psicológica dos patrões através das rádios, TVs e jornais” (FSP, 1980b, p. 20).

Um dia depois dessa declaração, no dia 9 de abril, em uma assembleia polêmica, encerrou-se a greve de São Caetano. João Lins,

defendendo o fim da greve sob a argumentação de “recuo tático” era fortemente vaiado, chegando a perder totalmente o controle da condução da assembleia. Colocou em votação o fim da greve a qual foi rechaçada praticamente por unanimidade. A partir deste momento, apareceu a “figura de autoridade” para dar continuidade aos trabalhos da assembleia: José Ferreira da Silva, metalúrgico da Confab e irmão de Lula. Com a autoridade que dispunha diante do movimento operário, conseguiu colocar ordem na assembleia e evitar que João Lins fosse escorraçado pelos trabalhadores ali reunidos. Com o argumento de que “a volta ao trabalho não é uma derrota”, conduziu a assembleia em cinco votações sucessivas, até conseguir a decisão pelo fim da greve (OESP, 1980c, p. 38). Um dia após o retorno ao trabalho, no entanto, o Sindicato denunciou as diversas demissões que ocorreram nas empresas. Outras não pagaram os salários dos trabalhadores que participaram da greve. Desmobilizados e sem o apoio real do sindicato, os trabalhadores recorreram às mobilizações isoladas nas empresas (facilmente desbaratadas e reprimidas), sem grandes repercussões posteriores (OESP, 1980d, p. 11).

Depois de vários dias em compasso de espera, no dia 14 abril, o TRT, a pedido da FIESP, voltou a julgar a greve dos metalúrgicos do ABC. O argumento dos empresários no recurso impetrado era que os sindicatos dos trabalhadores do ABC não cumpriram a sentença do TRT, que, no julgamento de primeiro de abril, estabeleceu os índices do dissídio coletivo da categoria. Na realidade, a manobra da FIESP, com o apoio do regime, era dar a oportunidade ao TRT revisar sua posição de declarar-se incompetente para julgar a legalidade da greve, uma vez que dois juízes patronais não participaram do primeiro julgamento. E assim foi feito: por 14 votos a 12, o Tribunal julgou-se competente para apreciar o movimento grevista de São Bernardo e Santo André e, por 15 votos a 11, decretou a ile-

galidade da greve (FSP, 1980c, p. 21). Nessa altura do movimento paredista, apenas os Sindicatos de Santo André e São Bernardo continuavam com a greve.

Após a decisão do TRT pela ilegalidade da greve, os metalúrgicos reuniram-se em assembleias para avaliar e deliberar acerca da continuidade do movimento. Em São Bernardo, mais de 40 mil metalúrgicos aclamaram pela continuidade da greve com vigília na sede do Sindicato em São Bernardo. A mesma decisão foi tomada em Santo André por 12 mil metalúrgicos (o maior comparecimento em Santo André desde o início da greve daquele ano). A partir daquele momento, Benedito Marcílio (dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André) mudou sua postura diante da greve, promovendo inclusive piquetes na porta das fábricas para aumentar a adesão ao movimento (JB, 1980a, p. 8). Com a decretação da ilegalidade da greve, a avaliação de Murilo Macedo e do Grupo 14 era que o movimento sangraria gradualmente até a sua desmoralização total. A partir do julgamento, iniciou-se uma virulenta campanha patronal (e governamental) de intimidação aos grevistas, publicizando na mídia em geral (jornal, rádio e TV) os valores a serem descontados de uma só vez pelos dias paralisados, a possibilidade de demissão por justa causa e a iminente intervenção nos sindicatos (FSP, 1980c, p. 21).

Sob o pretexto de impedir piquetes, as forças policiais transformaram as regiões fabris de São Bernardo e Santo André em verdadeiras frentes de batalha, prendendo dezenas de operários por dia. Somente no dia 16, a polícia prendeu 34 trabalhadores em São Bernardo. O DEOPS passou a intimidar a Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (responsável pelo Fundo de Greve), obrigando todos os 15 responsáveis pela Associação a depor na delegacia. Um dos advogados do Sindicato dos Metalúrgicos de

São Bernardo disse não entender “se essa intimação é uma providência jurídica ou uma coação política” (FSP, 1980d, p. 23).

O cenário de “guerra civil” para forçar o fim da greve evidenciava que a intervenção nos sindicatos seria questão de tempo, pois, ao contrário dos prognósticos do governo e do Grupo 14, a ilegalidade da greve mais a repressão aos trabalhadores e aos piquetes não estavam desmoralizando o movimento. Ao contrário, em algumas empresas o movimento grevista foi engrossado. A própria FIESP (que possivelmente subestimou os dados) reconhecia isso: previa-se, na Scania, um comparecimento de 28,5% no dia 17, mas caiu para 25,6%; o mesmo na Chrysler que baixou de 10 para 9% (FSP, 1980d, p. 23). Na Mercedes, a greve continuava estável, com o comparecimento de 8%, o mesmo na Volkswagen, 19%, na Ford, 12%, na Karmanguia, 18%, na Brastemp, 19,5% e Gemmer com 21%. Em Santo André: a Gemmer com 82% de comparecimento; a Confab com 68%; a General Electric com 55,5%; a Pierre Saby, com 50%; a Isam com 46,7; a Nordon com 40%; a Cesfoncom 30%; a Philips com 26%; a Físchet com 20%; a Chrysler com 19%; e a Mollins com 8,9%, dando uma média de 40% de comparecimento ao trabalho (FSP, 1980e, p. 16). Em São Bernardo e Diadema: “a greve nas 670 empresas metalúrgicas atingiu seu maior índice, 95%. A Volkswagen informou que o comparecimento caiu, ficando em 21% no turno do dia e 13% no da noite. [...] As indústrias automobilísticas amanheceram ontem [dia 17] totalmente paralisadas” (JB, 1980b, p. 15).

Malogradas as perspectivas de volta à normalidade, no mesmo dia 17 ocorreu uma reunião entre os ministros Delfim Netto (do Planejamento) e Murilo Macedo (do Trabalho) com o Grupo 14 da FIESP. Nesta reunião, ficou decidida a posição de intervenção nos dois Sindicatos como a forma mais efetiva de acabar com o movimento, já que a ilegalidade e a intimidação patronal e policial não

estavam surtindo os efeitos desejados. Após essa reunião, 42 dirigentes foram afastados dos cargos com base na Lei de Segurança Nacional (LSN). A posse do interventor do SMSBC, Osvaldo Pereira de Aguiar Batista (inspetor do Ministério do Trabalho), ocorreu sob proteção de um contingente policial, incluindo efetivos do DEOPS, Tropa de Choque, PM e bombeiros. Nos arredores do Sindicato de São Bernardo, um cenário guerra: cerca de mil operários entraram em enfrentamento com a Polícia Militar que tinha o apoio de helicópteros da Força Aérea para vasculhar a região, resultando em 19 operários presos (FSP, 1980f, p. 18). No dia 19, Lula e mais 14 pessoas, entre lideranças sindicais e juristas, foram presos também com base na Lei de Segurança Nacional por “incitamento coletivo à desobediência da lei”.

Se o objetivo era desmobilizar os trabalhadores, mais uma vez a tática não funcionou e pegou de surpresa os diferentes setores envolvidos, uma vez que mais de 40 mil trabalhadores reuniram-se no Vila Euclides para aclamar pela continuidade da greve. O DEOPS, por sua vez, redigiu uma “nota oficial” proibindo, a partir do dia 21, a realização de assembleias ou comícios de trabalhadores no estádio da Vila Euclides e no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, bem como no estádio da Vila Joaçaba, em Santo André (FSP, 1980g, p. 6). Diante do quadro, a CNBB passou a ser a principal apoiadora nacional da greve, promovendo os comícios e assembleias dos trabalhadores em frente às igrejas católicas de São Bernardo e Santo André. Em mais uma assembleia, no dia 23 de abril, os operários que compareceram no largo da Igreja Nossa Senhora de Boa Viagem, Matriz de São Bernardo do Campo, e no pátio interno da Igreja do Bonfim, em Santo André, decidiram pela continuidade da greve.

Diante da insistência dos trabalhadores pela continuidade da greve, mesmo após a intervenção e a prisão de dirigentes sindicais, o

presidente da ANFAVEA, Mario Garnero, no dia 28 de abril, mostrou-se disponível ao “diálogo”, desde que os trabalhadores voltassem ao trabalho, assegurando que não ocorreriam demissões em massa. Essa proposta de Garnero, acertada primeiramente num telefonema com Teotônio Vilela (senador pelo PMDB), foi rechaçada em assembleia, a qual reafirmou a disposição dos trabalhadores pela continuidade da greve até que fosse reaberta as negociações e mediante a soltura dos líderes presos (FSP, 1980h, p. 16). Enquanto isso, o advogado da FIESP, Benjamin Monteiro, alertava que “a partir do dia 30 não haverá mais grevistas, haverá desempregados” por conta do “abandono de emprego” (FSP, 1980h, p. 16). Murilo Macedo, por sua vez, via o dia 30 de abril como o “Dia D” para a greve, pois acreditava que, sob ameaça de demissão em massa pelo abandono de emprego, os trabalhadores voltariam ao trabalho, sendo que em Santo André já se tornava perceptível o gradual esvaziamento do movimento com o retorno maciço dos metalúrgicos da Confab.

Não obstante, durante a intervenção, centenas de “prisões relâmpago” aconteciam nas regiões fabris do ABCD. Elas consistiam em aprisionar os trabalhadores por cerca de uma a duas horas e espancá-los com cacete nos Distritos Policiais ou mesmo dentro dos camburões (JB, 1980c, p. 14). Todas as assembleias na praça da Igreja Matriz em São Bernardo e na Igreja do Bonfim de Santo André foram massivamente ocupadas pela polícia como forma de intimidação e controle do movimento (FSP, 1980i, p. 19). Durante a intervenção, Santo André e São Bernardo transformaram-se em cidades sitiadas contra os “agentes da subversão”, uma forma eufemística de se referir aos trabalhadores politicamente organizados. Todos os dias, a Polícia Militar prendia, em média, cerca de 20 grevistas nas ruas da região do ABCD.

O empresariado, ancorado na ditadura, mantinha-se fechado pelo sangramento e desmoralização do movimento. Pelo lado dos

trabalhadores, a avaliação da continuidade da greve seria realizada pelo Comando de Greve em São Bernardo e em Santo André na terça-feira, dia 6 de maio. Enquanto em São Bernardo (sitiado) ocorreu um rápido inchaço de trabalhadores em volta da Igreja Matriz, facilitando a eclosão de mais um conflito violento com a Tropa de Choque, em Santo André, numa assembleia esvaziada e tumultuada (com cerca de 500 pessoas), decidiu-se pelo retorno ao trabalho. Benedito Marcílio não compareceu à assembleia, sendo criticado por trabalhadores e membros do Comando de Greve: “mais uma vez na hora ‘H’ ele some, quando mais a categoria precisa de sua presença” (FSP, 1980j, p. 21).

Em São Bernardo, a assembleia, que não aconteceu, transformou-se num campo de batalha, com um saldo de 30 presos e 54 feridos. Segundo relato da FSP, em São Bernardo do Campo, “a greve dos metalúrgicos **havia sido transformada numa batalha campal**, que ninguém sabe **quando nem como** vai acabar.” (grifos nossos) (FSP, 1980j, p. 21). O prefeito de São Bernardo, Tito Costa (PMDB), afirmou que o “**estado de emergência já existe de fato na cidade, e que sua decretação oficial é apenas uma questão de formalização.**” (grifo nosso). O Grupo 14, por seu turno, continuava com a mesma posição intransigente de não aceitar qualquer negociação antes que os trabalhadores voltassem ao trabalho: “**o que decidimos antes da greve não se alterou. Não haverá negociação em nenhuma hipótese ou circunstância**” (grifo nosso), afirmou Benjamim Monteiro, assessor jurídico da FIESP (FSP, 1980k, p. 21). A posição predominante na FIESP de “resistência sociopática à mudança” – como disse certas vezes Florestan Fernandes para caracterizar o comportamento político da classe dominante brasileira –, era pela desmoralização total do movimento, parecido com o que ocorreu nas greves de 1979. Em Santo André, no primeiro dia de re-

torno ao trabalho, a “lista negra” entrou em ação e 590 trabalhadores foram demitidos por justa causa (FSP, 1980k, p. 21).

A intransigência do empresariado escancarou para os trabalhadores que de uma ditadura “arcaica” não se sucederia uma “democracia moderna”, e que certa oposição empresarial à ditadura não passava, quando considerado os trabalhadores politicamente organizados, de simples recurso retórico. O empresário e jornalista Samuel Wainer, em coluna na FSP, demonstrou sua perplexidade diante da intransigência e da “omissão” empresarial diante da greve. Comentando sobre uma conversa entre Teotônio Vilela e Teobaldo de Nigris, revelou-se surpreso diante da posição do presidente da FIESP: **“nada de negociações. A ordem é de cima”** (WAINER, 1980, p. 2, grifo nosso).

Criticou a “imperdoável omissão” de Olavo Setúbal, “empresário, banqueiro, homem público e fundador de um partido que se pretende popular [referindo-se ao PP], o ex-prefeito de São Paulo”, detinha as “condições ideais para mediador do conflito. Ou, pelo menos, estimulador do reinício de um diálogo que os trabalhadores parecem ansiosos por reabrir.” Segundo o cálculo de Wainer, dado o primeiro passo em sentido à negociação, Setúbal teria, “logo a seu lado, a companhia útil e honrosa de um José Mindlin, Dílson Funaro, Abílio Diniz, Laerte Setúbal, Paulo Cunha, Cláudio Bardella, Paulo Villares” (WAINER, 1980, p. 2). O que Wainer chamava de “omissão” e “capitulação” era, na realidade, a posição de classe da burguesia brasileira; era uma colaboração consciente do grande empresariado na repressão e desmoralização dos trabalhadores que ousaram *falar politicamente de forma independente*. Em outras palavras, o “veto organizado” contra a possibilidade de os trabalhadores adquirirem peso e voz na sociedade civil. Isto é, a democracia que a autocracia burguesa historicamente repeliu, fosse na figura dos em-

presários individuais, fosse na figura dos empresários enquanto classe social, por intermédio de suas entidades de classe e pela atuação concentrada do Estado, dínamo da dominação burguesa.

Até setores do PCdoB, aglutinados em torno da revista *Debate*, ficaram surpresos com a postura repressiva dos “setores monopolistas nacionais” que, até então, eram vistos como “liberais”:

Quanto ao patronato [...], mostrou-se incapaz de praticar os mais elementares princípios da democracia burguesa, sendo radicalmente intransigente nas negociações. E isto não deixou de ser um pouco **surpreendente**, pois se era esperado que os setores não-monopolistas se colocassem docilmente a reboque do Estado e dos monopólios que ele representa, **o mesmo não era esperado de setores monopolistas nacionais (estilo José Mindlin & Cia.), que vinham fazendo pomposos discursos liberais e não hesitaram em manter a orientação repressiva e intransigente do governo (CARVALHO, A; BATISTA R., 1980, P. 19-20, grifos nossos).**

Guilhon Albuquerque, também na FSP, no dia 28 de abril, demonstrou sua insatisfação frente à postura do grande empresariado paulista nos desdobramentos da greve. Comentou, perplexo, tamanha facilidade de os empresários acatarem pacificamente a ordem “para não negociar”, assistindo de camarote, e, “passivamente à substituição de um conflito tipicamente industrial por uma confrontação entre governo e sindicatos, rapidamente transformada em confrontação entre o Exército e os operários.” Guilhon, apesar de confundir colaboração com passividade, conclui de forma elucidativa: **“A aparente vitória do empresariado paulista, obtida à custa da tentativa de esmagamento e humilhação do setor mais moderno e organizado da classe operária, aponta para a perma-**

nência de um capitalismo selvagem, sob o escudo protetor das armas” (ALBUQUERQUE, 1980, p. 3, grifo nosso)

Na prática, a democracia (mero biombo da autocracia burguesa, pois excluía – e ainda excluí – a possibilidade de os trabalhadores se organizarem enquanto classe social independente) que o empresariado prestigiava, conforme as experiências dos triênio 1978-1980, era aquela composta por sindicatos subalternos e passíveis de serem incorporados à ordem. Daí as negociações pelo alto com os sindicalistas “pelegos” e o elogio à despolitização do movimento sindical. Em suma, quanto mais desmobilizados e desorganizados se encontravam os trabalhadores, mais (retoricamente) democratas era o empresariado e o governo. Em outras palavras: “o objetivo do governo é apenas o de quebrar os operários, tratá-los na lei do chicote. E depois de domesticá-los, passar a mão na cabeça dos ‘mais bonzinhos’. Como se fazia com os escravos” (SADER, 1980, p. 2). Sintetizada nas palavras de Murilo Macedo, a greve, para a classe dominante, continuava “pondo em risco” a “democracia” idealizada pelos militares e seu biombo civil (FSP, 1979c, p. 5). Por aí percebe-se o tipo de democracia idealizada.

No dia 8 de maio, o juiz auditor da Justiça Militar, Nelson da Silva Machado Guimarães decretou, sob o enquadramento da LSN, a prisão preventiva de Lula e de mais nove membros da diretoria do Sindicato de São Bernardo, que, até então, estavam detidos, temporariamente, no DEOPS. O SMSBC, por sua vez, permaneceria sob intervenção durante um ano. Nessa altura do movimento paredista, o isolamento da greve de São Bernardo diante do boicote da “Unidade Sindical” à proposta de uma greve geral de solidariedade, a diária pressão psicológica patronal na grande mídia e a repressão policial nas ruas contribuíram para o esboroamento lento, mas constante, da greve.

Diante do desfecho, os dirigentes sindicais presos iniciaram, no dia 9, nas dependências do DEOPS, uma greve de fome para contribuir com a reabertura das negociações entre trabalhadores e patrões. E, na assembleia realizada no dia 11 de maio, num domingo, os metalúrgicos de São Bernardo decidiram voltar ao trabalho mantendo o movimento através de boicotes à produção, como a diminuição do ritmo de produção e a não realização de horas extras, de forma a pressionar a reabertura das negociações e a libertação dos dirigentes sindicais.

O Grupo 14 rapidamente se posicionou diante das deliberações da assembleia afirmando que a “operação tartaruga” poderia resultar em demissão por justa causa. Valter Sacca, porta-voz do Grupo 14, ainda sinalizou para a possibilidade de os grevistas encontrarem suas vagas já preenchidas na manhã de segunda-feira. Sacca também elogiou o governo na figura de Murilo Macedo: **“pelo esforço como mediador do movimento. Agora que a greve terminou, o ministro Macedo merece apenas elogios”** (FSP, 1980l, p. 7, grifo nosso). Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, à época, candidato à presidência da FIESP, comentou que os trabalhadores “perderiam muito mais, caso aderissem à ‘operação tartaruga’, tal como ocorreu na greve” (JB, 1980d, p. 16). Murilo Macedo, por sua vez, garantiu que não haveria mais negociações: “os entendimentos já terminaram” (OESP, 1980e, p. 32).

Dois dias após o retorno ao trabalho, acumulavam-se, em São Bernardo, mais de 700 demissões por justa causa. Em Santo André, o número total de demissões chegava a 965 metalúrgicos. A alta procura do departamento jurídico do Sindicato de São Bernardo pelos demitidos que buscavam alguma orientação acabou assustando o interventor, Osvaldo Pereira d’Aguiar Batista. Sua reação imediata foi pedir reforço policial no sindicato e a suspensão dos atendimentos.

(FSP, 1980m, p. 18). Nas greves de 1980, tal como ocorreu em 1978 e 1979, o que predominou entre o empresariado foi a truculência, a intransigência e a persistência histórica em encarar os trabalhadores organizados como caso de polícia.

*

A partir da publicação do *Documento dos Oito*, em 1978, do *Documento dos Doze*, em 1980, e da eleição de Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho para o comando da FIESP, também em 1980, a propagada fisionomia de um “empresariado” aberto à negociação e supostamente acolhedor da chamada “questão social” desaparece quando adota-se como parâmetro de análise as greves do triênio 1978-1980. Ou seja, conforme vimos acima, a *democracia* e a *questão social* defendidas pelo empresariado em pronunciamentos e manifestos transformavam-se, na luta de classes, em *autocracia burguesa* e em *contenção social*. Em outras palavras, *os novos empresários defensores da democracia eram, na realidade, os velhos empresários patronos da autocracia burguesa*.

Essa percepção de uma “burguesia renovada” não passou de uma construção ideológica que buscava dissociar a burguesia (sociedade civil) da imagem ditatorial (Estado): os ventos mudaram. Essa “performance” “oportunista” caracterizada por Sebastião C. Velasco e Cruz (CRUZ, 1988, p. 264; CRUZ, 1995, cap. 7), por Alvaro Bianchi (BIANCHI, 2010, p. 149-154), e Maria Hermínia Tavares de Almeida (ALMEIDA, 1985) de renovação ou “sopro de renovação”, não passou de uma armadilha. Segundo Maria Hermínia, ocorreu uma “renovação” entre as lideranças empresariais “de proporções não desprezíveis”:

É necessário considerar que uma renovação de proporções não desprezíveis ocorreu entre as lideranças empresariais, no transcurso da abertura política. **Novas lideranças surgiram e afirmaram a presença do empresariado como ator político na liberalização do regime. Uma atitude mais aberta e negociadora no terreno das relações trabalhistas constituiu dimensão importante dessa renovação.** O ressurgimento dos conflitos trabalhistas e das manifestações coletivas de protesto, a partir de 1978, encontro uma liderança empresarial capaz de compreender a inevitabilidade desse fenômeno, e **de privilegiar a negociação em detrimento do apelo ao uso da coerção governamental** (ALMEIDA, 1985, p. 20, grifos nossos).

A não ser que se elimine o critério da luta de classes e da relação entre capital e trabalho da análise, o que temos é o exato inverso. Mais que um desejo de “renovação empresarial”, os poucos, mas importantes avanços conquistados pelos trabalhadores derivaram da sua capacidade de interferir politicamente na correlação de forças do período, inaugurando, a duras penas, um processo histórico de consolidação do polo proletário de pressão na sociedade civil.

Álvaro Bianchi, buscando demonstrar as renovações pelas quais atravessaram a FIESP a partir da posse de Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, cuja atuação política “ultrapassaria as fronteiras de uma hegemonia restrita e se voltaria sobre toda a sociedade”, o fez ressaltando a “emergência da ‘questão social’ nos **pronunciamentos**” de Luís Eulálio (BIANCHI, 2010, p. 154, grifo nosso). Os trabalhadores de São Paulo, comparando a atuação de Luís Eulálio e Teobaldo de Nigris diante do movimento dos trabalhadores na grande São Paulo, chegaram à seguinte conclusão: “o que mudou foi apenas a forma de dizer não, mais maneira e menos contundente. De resto, a safadeza continua” (EM TEMPO, 1980a, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a imagem de um empresariado “democrático”, “renovado” e afeito à “questão social”, nada mais justo que deixar os próprios trabalhadores organizados se manifestarem. Após as greves de maio de 1978, a revista *Cara a Cara*, promoveu um debate entre membros das oposições sindicais de São Paulo e dos sindicalistas “autênticos” do ABC para discutir, entre outros temas, a viabilidade de uma “frente ampla” com o empresariado e políticos burgueses aglutinados na “frente pela redemocratização”, visando à eleição presidencial de 1978. Sobre o tema, os trabalhadores se posicionaram da seguinte maneira:

(Zé Pedro. Oposição de Osasco). O que os patrões fizeram no sentido de evitar que essa “revolução” viesse fazer tanto mal assim para a classe trabalhadora? Não fizeram nada. Eu me assustei esses dias quando peguei a *Folha de São Paulo* e vi um capitão de indústria, como é o **sr. Ermírio de Moraes**, criticando o sistema e dizendo que ele tem que mudar e patati-patata. Eu fui funcionário desse homem e **sei como é carrasco na Aluminium**, em Sorocaba. Esse homem, uma vez quando 55 trabalhadores, no tempo do governo Médici, paralisaram as máquinas e ficaram junto delas, num movimento igual ao que está se fazendo hoje, esse mesmo capitão de indústria não quis nem saber o que os trabalhadores queriam. O que ele fez foi dizer aos trabalhadores que eles **tinham cinco minutos para ligar as máquinas, ou eles seriam demitidos sem direitos. Eles não ligaram e ele mandou o pessoal embora, sem direitos.** Agora, na hora que ele faz uma palestra no Ruth Escobar, tem dirigente sindical que pergunta para ele por que ele ficou calado esses 14 anos e só agora volta a falar. Aí ele diz que os operários também ficaram

calados e também se acovardaram. Mas por que eles se acovardaram, sr. Ermírio de Moraes? Se acovardaram porque o sr. e outros colegas seus, que pertencem a sua mesma classe, deram toda uma cobertura e até dinheiro para a Operação Bandeirante fornicar os trabalhadores e toda a força viva da nação. **Hoje, se ele está falando em democracia e criticando o regime, é porque seus interesses econômicos foram para o espaço. Então, analisando a sua prática no passado, a gente vê que ele ajudou esse sistema a esmagar a gente. Ajudou a pisar a bota firme em cima da gente.** Por que é que agora nós vamos abrir mão e querer negociar com esse pessoal? Amanhã ou depois, quando esse regime cair, quando os interesses dele forem novamente restabelecidos, quem me garante que ele não volta a fazer a mesma coisa e dar condições da Operação Bandeirante e da repressão baixar em cima dos trabalhadores?

Devemos abrir o olho, porque o que está havendo é um **descontentamento porque os interesses dos patrões não estão sendo mais atendidos como antes.** Eles estão brigando entre si. É importante que eles briguem, mas nós não podemos ficar esperando que isso vá ser por toda a vida. **E para mostrar que o empresário nacional não é mais bonzinho do que o outro, teve uma empresa nacional, a Mecânica Santos, lá de Osasco, que mandou 28 trabalhadores embora por causa da greve.**

Zé Pedro: Quando se coloca que os patrões nacionais lutaram por essa abertura na qual nós podemos até fazer greve hoje, eu discordo. **O Vidigal, lá em Osasco, é um desses que anda dando uma de liberal por aí.** Sabe o que aconteceu quando a Cobrasma parou? **Telefonaram para a casa do pai dele e o velho quase desmaiou.** Dizem que o velho ficou doente na hora porque soube que a empresa tinha parado. Aí ficou aquela briga lá e o **Luizinho batia no peito e dizia: “Não, pai, deixa que eu vou lá**

resolver”. “Mas cuidado, meu filho, olha 68, esses operários...” E colocou os operários num nível de bicho. Eles ficaram com um medo terrível.

Baixinho (Oposição de Osasco): Há muitos empresários aí que estão posando de liberais e que mandaram gente embora por causa do movimento grevista ou pela participação na oposição sindical. É o caso do **Bardella, Mindlin, os empresários da Cobrasma e das Máquinas Piratininga. Eles se dizem liberais, porém querem liberdade só para eles. Para nós o que sobra é um chute na bunda para ir para rua.**

Hélio (Oposição de São Paulo): É isso aí. **Tem muito empresário nacional que é a favor da greve. Desde que não seja na fábrica dele** (CARA A CARA, 1978, p. 41-42 e 50-51, grifos nossos).

A democracia nunca foi, em lugar nenhum, uma dádiva de políticos profissionais, de liberais diligentes (que oscilam entre os braços da ditadura e os comícios de praça pública) e dos “conservadores mudancistas”. Em toda parte, ela sempre foi produto da luta de classes e da pressão popular (FERNANDES, 2007, P. 158). E, nesse sentido, com a eclosão das greves, começaram a cair, uma a uma, as diversas máscaras de todos os personagens envolvidos pela crise da ditadura empresarial-militar durante o processo de abertura. Os ministros e os empresários garantiam, em coro, que a política salarial não poderia ser alterada para além daquilo definido pelo regime; o Tribunal Regional do Trabalho que, ao fim e ao cabo, não passava de um braço do Poder Executivo, cumpria com sua função de decretar a ilegalidade da greve, abrindo as portas para a repressão. Tentando atemorizar os trabalhadores, tropas da Polícia Militar devassavam as organizações operárias, fosse nos piquetes, fosse nos sindicatos.

Enquanto isso, os mesmos empresários que faziam críticas à ditadura, colocando-se como “renovadores”, “democratas”, “nego-

ciadores” etc., revelaram-se, por outro lado, inaptos em suportar a “democracia” que ventilavam, especialmente por sua incapacidade histórica em lidar com trabalhadores organizados politicamente, como classe social. As greves que marcaram todo o processo de transição, foram lapidares em mostrar para os trabalhadores que a democracia necessária (*falar e agir politicamente enquanto classe social independente*) não se relacionava com a “democracia” defendida pelo empresariado, isto é, um biombo da autocracia burguesa. Era uma “novidade histórica” que fugia do *script* das “democracias rituais”, nas quais os “sujeitos políticos” ou os “cidadãos” reduziam-se a uma restrita camada da sociedade civil.

Em outras palavras, conforme os trabalhadores avançavam em sua organização política, logo se introduziu nos debates políticos e intelectuais do período a necessidade de uma Constituinte, da “nova CLT”, da “negociação”, do “pacto social”, das “eleições diretas”, do “parlamentarismo” etc. O fato era que tanto a burguesia enquanto classe como o dispositivo militar incrustado no Estado não dispunham mais do “excedente de poder” que lhes conferissem a possibilidade de continuar lançando mão dos métodos mais brutais de dominação utilizados nas décadas de 1960 e 1970. Daí que surgiu a necessidade de se forjar a imagem de uma burguesia que prestigiasse a “negociação”; de uma ditadura disposta a “abrir” etc. Ou seja, como dizia Florestan Fernandes, os trabalhadores *precisaram colocar a chaleira em fogo alto e fazer a água ferver*.

FONTES

Em Tempo

São Paulo, n.º 92, 29 de novembro a 5 de dezembro de 1979a.

São Paulo, n.º 116, 23 de outubro a 5 de novembro de 1980a.

São Paulo, n.º 165, 3 a 23 de fevereiro de 1983a.

Folha de São Paulo

São Paulo, n.º 18.241, 13 de março de 1979a.

São Paulo, n.º 18.242, 14 de março de 1979b.

São Paulo, n.º 18.453, 11 de outubro de 1979c.

São Paulo, n.º 18.625, 01 de abril de 1980a.

São Paulo, n.º 18.633, 09 de abril de 1980b.

São Paulo, n.º 18.639, 15 de abril de 1980c.

São Paulo, n.º 18.641, 17 de abril de 1980d.

São Paulo, n.º 18.642, 18 de abril de 1980e.

São Paulo, n.º 18.643, 19 de abril de 1980f.

São Paulo, n.º 18.645, 21 de abril de 1980g.

São Paulo, n.º 18.652, 28 de abril de 1980h.

São Paulo, n.º 18.655, 01 de maio de 1980i.

São Paulo, n.º 18.660, 06 de maio de 1980j.

São Paulo, n.º 18.661, 07 de maio de 1980k.

São Paulo, n.º 18.667, 12 de maio de 1980l.

São Paulo, n.º 18.668, 13 de maio de 1980m.

Jornal do Brasil

Rio de Janeiro, n.º 338, 16 de março de 1979a.

Rio de Janeiro, n.º 370, 16 de abril de 1980a.

Rio de Janeiro, n.º 372, 18 de abril de 1980b.

Rio de Janeiro, n.º 385, 01 de maio de 1980c.

Rio de Janeiro, n.º 34, 12 de maio de 1980d.

O Estado de São Paulo

São Paulo, n.º 30.366, 26 de março de 1974a.

São Paulo, n.º 32.224, 02 de abril de 1980a.

São Paulo, n.º 32.225, 03 de abril de 1980b.

São Paulo, n.º 32.232, 10 de abril de 1980c.

São Paulo, n.º 32.233, 11 de abril de 1980d.

São Paulo, n.º 32.257, 13 de maio de 1980e.

São Paulo, n.º 32.309, 12 de julho de 1980a.

Revistas

Cara a Cara: São Paulo, ano I, n.º 2, julho a dezembro de 1978.

Artigos autorais em jornais e revistas

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. Os Grandes derrotados do ABC. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n.º 18.652, 28 de abril de 1980.

CARVALHO, A; BATISTA, R. A grande greve de abril. *Debate*, n.º 35, agosto de 1980.

SADER, Eder. Operário continua sendo 'caso de polícia'. *Em Tempo*: São Paulo, n.º 106, 15 a 28 de maio de 1980.

WAINER, Samuel. A amarga capitulação". *Folha de São Paulo*: São Paulo, n.º 18.648, 24 de abril de 1980.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Sindicalismo Brasileiro e pacto social. *IX Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho - o confronto operário no ABC paulista*: as greves de 1978-1980. São Paulo: Ensaio; Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1988.

BIANCHI, Álvaro. *Um ministério dos industriais*: a Federação das Indús-

trias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2010.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira*. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1995.

_____. “Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil”. In: REIS, Fábio Wanderley; O’DONNELL, Guillermo (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* 2ª edição. São Paulo: Globo, 2007.

_____. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990.

FREderico, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário (1964-1984): a reconstrução*. Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1991.

LUDWIG VON MISES E MURRAY N. ROTHBARD: uma análise do surgimento do “anarco” capitalismo

Raphael Almeida Dal Pai

O presente artigo busca detalhar a trajetória de Ludwig von Mises e Murray N. Rothbard, procurando evidenciar os financiadores e afiliações dos dois intelectuais ao longo de suas ações de disseminar o pensamento (neo) liberal e arregimentação de outros às suas fileiras.

Para tanto, se recorreu à artigos biográficos sobre os dois autores publicados por “*think tanks*” no Brasil, entre outras obras que abordem e tragam elementos para a compreensão da atuação de Mises e Rothbard ao longo de suas carreiras. Dentre estes aparelhos, é clara a reivindicação destes intelectuais como influenciadores em suas análises, bem como sua importância para a chamada Escola Austríaca de Economia.

As trajetórias de Mises e Rothbard são pertinentes na medida em que, na atual conjuntura nacional, os autores em questão ganham cada vez mais evidência nos últimos dez anos, conforme aparelhos e intelectuais “libertarianistas”¹ ganham espaço nas redes sociais,

¹ Optou-se por usar “libertarianista” e “libertarianismo” ao invés de “libertário” para evitar a incorreta associação entre “anarco”capitalismo e a tradição anarquista. Uma vez que libertarianismo não possui relação com o movimento libertário anarquista.

veículos midiáticos mais tradicionais – jornais e canais televisivos, por exemplo – organização de eventos das mais variadas naturezas (seminários, debates, manifestações, cursos, palestras, entre outros) e na comunidade acadêmica, seja por meio de inserção entre os quadros docentes e discentes das universidades brasileiras, ou mesmo criando e mantendo cursos de pós-graduação.

No detalhamento de suas carreiras, também é possível perceber suas afiliações e desvelar algumas informações sobre o próprio surgimento de fundações e financiadores do pensamento neoliberal, uma vez que Mises é um dos primeiros economistas a reivindicar uma retomada do pensamento liberal no pós-Primeira Guerra Mundial, enquanto Rothbard é considerado o “pai” do pensamento “libertarianista”.

QUEM FOI LUDWIG VON MISES?

No site do Instituto Ludwig von Mises Brasil, um artigo do campo “Sobre nós” trata da biografia do economista que lhe confere nome, e outro de Murray N. Rothbard – associado ao Mises Institute (LMI) desde sua fundação e um dos principais intelectuais do aparelho estadunidense². Compreender a trajetória de vida destes dois intelectuais pode indicar caminhos sobre suas defesas e até mesmo sobre a criação do LMI, instituto que se auto proclama como sendo o “epicentro mundial do movimento da economia austríaca” (MISES INSTIUTTE, S/d), como mostra a Figura 1, retirada do campo “Sobre”³ de sua página oficial na internet:

² O LMI mantém um seminário permanente para alunos de graduação chamado *Rothbard Graduate Seminar*, também sendo mantenedores da biblioteca pessoal de Rothbard.

³ Tradução de *About*.



Figura 1. Imagem da página “Sobre” do Mises Institute.
Fonte. página oficial do *Mises Institute*.

Mises teria nascido em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lemberg na Galícia. Seu pai era engenheiro e trabalhava nas ferrovias da Áustria. Segundo o artigo de Rothbard, ambos, pai e mãe de Mises, vinham de “proeminentes famílias vienenses; o tio de sua mãe, Dr. Joachim Landau, serviu como deputado pelo Partido Liberal no Parlamento austríaco” (ROTHBARD, 2008, s/p.).

O liberal ucraniano ingressou na Universidade de Viena (UV) onde entrou em contato com a obra de Carl Menger⁴, “Princípios de Economia Política”. Até então, Rothbard ressalta que Mises era um “esquerdista intervencionista”, passando a “enxergar a importância de uma economia de livre mercado” (ROTHBARD, 2008, s/p.).

Em 1906, Mises conclui o doutorado, recebendo o título de Doutor em Leis Canônicas e Leis Romanas pela Universidade de Viena. É durante seu pós-doutorado que entra em contato com as ideias de Eugen von Böhm-Bawerk⁵, por meio de seus seminários

⁴ Carl Menger (1840-1921). Considerado fundador da Escola Austríaca de Economia. Cf. <http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Menger.html>. Acesso em: 20 out. 22. 2015.

⁵ Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914). Segundo a breve biografia disponibilizada pelo IMB, ele teria sido um economista austríaco da Universidade de Viena e ministro das finanças. Teria desvendado a moderna teoria intertemporal das taxas de juros; tornou-se famoso por ser o primeiro economista a supostamente “refutar” de forma completa e sistemática a

na Universidade de Viena. Neste período, Mises escreve sua obra “A Teoria da Moeda e do Crédito”, em 1912. Trabalho em que, do ponto de vista de Rothbard, teria resolvido uma tarefa até então impossível: “integrar a teoria da moeda na teoria geral da utilidade marginal e dos preços (o que hoje seria chamado de integrar a ‘macroeconomia’ na ‘microeconomia’)” (ROTHBARD, 2008, s/p.). Porém, Böhm-Bawerk, entre outros colegas de Mises, não teriam aceitado sua teoria, fundando então a escola ‘neo-austríaca’ (ROTHBARD, 2008).

De 1906 a 1912, Mises lecionou Economia na “Academia Comercial Vienense para Garotas” e trabalhou por um ano (1907-1908) para a Câmara Austríaca do Comércio. Em 1913 é designado *Privatdozent* (conferencista não-assalariado) na Universidade de Viena. “Durante a Primeira Guerra Mundial, Mises serviu como capitão da artilharia na cavalaria Austro-Húngara”; e nos anos finais da guerra, “trabalhou com problemas econômicos do Estado-Maior do Exército, em Viena” (ROTHBARD, 2008, s/p.). Lecionou para uma classe de oficiais em 1918 na Academia de Exportações Vienense, posteriormente chamada de Instituto para o Comércio Mundial. No mesmo ano tornou-se diretor da Liga da Comissão de Reparações Austríacas das Nações, cargo que ocupou até 1920. Reassume também posição que tomara antes da guerra na Câmara Austríaca do Comércio até 1938 (ROTHBARD, 2008).

teoria da mais-valia e da exploração capitalista. Disponível em: <http://www.mises.org.br/SearchByAuthor.aspx?id=375>. Acesso em: 20 out. 22. O IMB possui também um artigo que trata da biografia de Böhm-Bawerk em mais detalhes, Cf. GARRISON, Roger W. **Biografia de Eugen von Böhm-Bawerk**. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=87>. Acesso em: 20 out. 22. A suposta refutação de Böhm-Bawerk já foi amplamente discutida por Reinaldo Carcanholo ao expor a concepção de Marx sobre valor e preço de produção. Para mais detalhes Cf. CARCANHOLO, Reinaldo. Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção). In: _____. **Capital: essência e aparência**. vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

A primeira vez que Mises vai para os EUA é a partir de um *tour* de conferências pelas universidades estadunidenses patrocinado pela Fundação Laura Spelman (FLS), em 1926 – instituição que leva o nome da esposa de um dos fundadores da *Standard Oil Company*, John D. Rockefeller (THE ROCKEFELLER FOUNDATION, S/d). No ano seguinte, o liberal ucraniano fundou o Instituto Austríaco para a Pesquisa dos Ciclos Econômicos, que contou com a participação de Frederich August von Hayek como gerente desde a sua fundação até 1931, data em que Hayek migrou para a Inglaterra (ROTHBARD, 2008).

Sobre a FLS, Jörg Guido Hülsmann, talvez o principal biógrafo de Mises, dedica algumas breves passagens sobre a fundação e seus investimentos em intelectuais (HÜLSMANN, 2007). Seus comentários demonstram a influência que a família Rockefeller passa a exercer no campo das Ciências Sociais. Influência esta que também está referenciada em uma publicação de um breve apanhado histórico das ações da FLS.⁶

No que tange a relação de Mises e a família Rockefeller, parece haver um esforço dos intelectuais que reivindicam o pensamento dele em relativizar os laços de Mises com a família. Em uma postagem de sua página de *podcast* (*The Tom Woods Show*), Thomas Woods⁷, membro sênior do LMI, mostrou que Mises foi financiado

⁶ SMITH, James Allen. **Leditimizing the Social Sciences: The Laura Spelman Rockefeller Memorial in the 1920s**. 2022. Disponível em: <https://resource.rockarch.org/story/history-of-laura-spelman-rockefeller-memorial-legitimizing-social-sciences-1920s/>. Acesso em 13 ago. 2022. O site em questão (RE: source), segundo a sua descrição, é ligado ao *Rockefeller Archive Center* (RAC).

⁷ Segundo o IMB, Thomas Woods é um membro sênior do *Mises Institute*, especialista em história americana. É o autor de nove livros, incluindo os *bestsellers* da lista do *New York Times*: *The Politically Incorrect Guide to American History* e, mais recentemente, *Meltdown: A Free-Market Look at Why the Stock Market Collapsed, the Economy Tanked, and Government Bailouts Will Make Things Worse*. Dentre seus outros livros de sucesso, destacam-se: *Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental*, *33 Questions About American History You're Not Supposed to Ask* e *The Church and the Market: A Catholic Defense of the Free*

pela *Rockefeller Foundation* (RF)⁸, porém, defendeu ser infundada a questão de que o financiamento de Mises o colocaria na posição de intelectual da elite financeira (WOODS, 2012). Para tanto, Woods utilizou as considerações de Guido Hülsmann, que baseia tal defesa em dois pontos: 1) a RF teria parado de financiar Mises no momento que ele mais precisava, inclusive, não o ajudando a alcançar uma posição de prestígio em nenhuma das universidades estadunidenses; 2) suas posições permaneceram sempre as mesmas de antes de ter sido financiado pela RF. Partindo destes dois pontos, Hülsmann coloca que a única interpretação viável é:

A RF começou a financiar Mises por ele já ser um grande representante da vida intelectual vienense. Mises fazia parte da elite intelectual europeia antes mesmo de receber apoio financeiro da aristocracia financeira estadunidense. Como toda nova instituição de pesquisa privada, a RF primeiramente tentou “deitar-se” com a elite científica já existente para elevar a sua reputação. Apenas em um segundo passo a RF (e organizações similares) tenta conduzir o pensamento científico de acordo com suas prerrogativas políticas e filosóficas. Ao passar do primeiro para o segundo passo, não houve mais lugar para Mises precisamente por seus ideais serem inaceitáveis para a RF (WOODS, 2012, s/p.).

Mises é colocado como um homem íntegro que não trai suas convicções por apoios financeiros, não importando a proeminência

Economy (primeiro lugar no 2006 *Templeton Enterprise Awards*). Cf.: <http://mises.org.br/SearchByAuthor.aspx?id=88&type=articles>. Acesso em: 20 out. 22. É bacharel em História pela *Harvard University* e fez mestrado e doutorado na *Columbia University*. Para mais informações sobre o autor, Cf.: <http://tomwoods.com/about/>. Acesso em: 20 out. 22

⁸ De acordo com a descrição em seu *site*, a RF foi criada em 1913 para promover o bem-estar da humanidade pelo mundo. Cf. <http://www.rockefellerfoundation.org/about-us/>. Acesso em: 20 out. 22.

de tais financiadores, contribuindo também para a construção de sua imagem como intelectual distinto. No entanto, 18 anos depois (1944) de sua ida aos EUA, já morando no país desde 1940 (quando saiu da Europa em virtude do avanço dos nazistas no continente, pois era de origem judaica), o liberal ucraniano escreveu dois livros (*Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War e Bureaucracy*) com recursos da RF e da *National Bureau of Economic Research*⁹ (NBER).

É interessante notar que, apesar do debate que os predecessores de Mises fazem em relação a suas ligações com o mercado financeiro, pouco, ou nada dizem, sobre as condições de escrita destas duas obras dele. Por exemplo, Rothbard ao falar da obra *Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War*, em seu artigo biográfico sobre Mises, não leva em consideração os financiadores da obra como algo que pode ter influenciado sua escrita. Pelo contrário, apenas tece elogios dizendo que “foi o primeiro livro a desafiar a então padronizada visão marxista que dizia que o fascismo e o nazismo foram impostos sobre as nações pelas grandes corporações e pela ‘classe capitalista’”. Em seguida, escreve que o livro *Bureaucracy*, “fez uma análise ainda não superada de por que uma operação governamental deve necessariamente ser ‘burocrática’ e sofrer de todos os malefícios da burocracia [sic]” (ROTHBARD, 2008, s/p.).

Aliás, de acordo com a mesma biografia utilizada por Woods, é possível encontrar passagem em que Mises mantinha contato com a RF desde, pelos menos, 1929, inclusive indicando outros intelectuais para tornarem-se associados (HÜLSMANN, 2007, p. 367).

⁹ De acordo com a descrição que consta no *site* da NBER, ela é uma organização de pesquisa privada, sem fins lucrativos e apatidária, dedicada a promover um maior entendimento sobre como a economia opera. Foi fundada em 1920. <http://www.nber.org/info.html>. Acesso em: 20 out. 22. Em atividade atualmente, a NBER tem entre os doadores de 2014, entidades como: *Bank of America, Bank for International Settlements, Google, Goldman Sachs, Freddie Mac Foundation, General Motors Foundation*, entre outros. Cf.: <https://www.nber.org/about-nber/support-funding>. Acesso em: 20 out. 22.

A questão dos financiadores de Mises vai se tornando cada vez mais interessante conforme se avança no artigo escrito por Rothbard. Segundo o autor, durante todo o período que o economista ucraniano foi professor na *New York University* (NYU), ele foi financiado, já que ele não possuía um cargo pago nas universidades estadunidenses (ROTHBARD, 2008). Portanto, quem financiou Mises inicialmente foi a *William Volker Fund* – fundação onde Rothbard também irá trabalhar – até 1962, “e depois disso por um consórcio de fundações e executivos pró-livre mercado” (ROTHBARD, 2008, s/p.).

Um desses financiadores de Mises foi o empresário e publicitário Lawrence Fertig. Pouco há de informações sobre ele, o que foi possível encontrar é que ele era *Board of Trustees*¹⁰ do jornal mensal – intitulado *The Freeman*¹¹ – da *Foundation for Economic Education* (FEE) e da NYU, tendo pago do próprio bolso parte do salário de Mises¹² enquanto foi professor desta universidade. Infelizmente, não foi possível obter maiores informações sobre quem seriam os outros financiadores de Mises durante sua carreira nos EUA, no entanto, uma questão se torna mais elucidada: para um intelectual “neutro” e livre de juízos de valores, o economista ucraniano parece ter muitos “empregadores” aos quais precisava “prestar contas”.

Antes de dar continuidade a análise da trajetória de Mises no pós-guerra, é de extrema importância tecer algumas considerações sobre o período em que Mises trabalhou para governo austríaco, mais especificamente, sobre suas relações com o regime fascista de Egelbert Dollfus. Segundo a biografia escrita por Hülsmann (2007),

¹⁰ Conselho de Curadores.

¹¹ Fundado em 1920 e adquirido pela FEE em 1950, quatro anos após Leonard Read ter fundado a FEE. É considerada o “carro-chefe” das publicações da fundação. Extraído de: <https://fee.org/the-freeman>. Acesso em: 20 out. 22.

¹² Cf.: https://en.wikipedia.org/wiki/Lawrence_Fertig. Acesso em: 20 out. 22.

o economista ucraniano Mises começa a trabalhar para o governo austríaco três anos após a publicação de “Liberalismo”, em 1930:

Em 1930, o governo austríaco pede para Mises juntar-se a Comissão Econômica em caráter ad hoc, para estudar as causas das dificuldades que assolavam o país: desemprego permanente alto (em 1929, uma soma de 200.000 ou 14 por cento dos trabalhadores da indústria e comércio estavam desempregado), numerosas falências, instalações produtivas paradas, e a falta de rentabilidade de muitas empresas austríacas. Mises era um dos três membros anônimos do Comitê Editorial que acabou publicando o relatório final de dezembro de 1930. Os outros dois membros eram Edmund Palla, um líder sindical e Secretário da Câmara do Trabalho, e Engelber Dollfuss, um líder em ascensão do Partido Cristão-Socialista que mais tarde se tornaria chanceler da Áustria (HÜLSMANN, 2007, p. 614).

Este parece ser o primeiro encontro – pelo menos profissionalmente – de Mises com o futuro chanceler da Áustria. De acordo com sua biografia, Mises teria assumido como membro da Câmara de Comércio e Indústria da Baixa Áustria [*Lower Austrian Chamber of Commerce and Industry*], ainda em 1909, cargo que ocupará até 1940, quando se evade da Áustria. (HÜLSMANN, 2007, p. 187) A posição de Mises na Câmara não é muito clara; porém em uma das fontes citadas por seu biógrafo, Mises ao descrever sua posição, afirma ser algo como o “economista do país” (Idem, p. 190).

Importante aqui fazer algumas breves considerações sobre o austro-fascismo. São poucas as pesquisas traduzidas, ou mesmo encampadas no Brasil sobre a história e características do fascismo austríaco. Segundo Michael Mann (2008), a Áustria teria sido o único país a contar com dois partidos fascistas: a Frente Patriótica (partido

de Engelbert Dollfuss e seu sucessor Kurt Schuschnigg, fundado em 1933) e o Partido Nazista Austríaco. Este teria surgido muito antes do alemão, ainda em 1903.

Muito embora os dois partidos sejam de orientação fascista, possuíam projetos e bases um pouco distintas. Enquanto o Partido Nazista fazia clara referência ao regime alemão, a Frente Patriótica possuía uma forte ligação com os social-cristãos, marcadamente conservadores e católicos com tendências autoritárias (IBIDEM, p. 283):

Em seu desejo de modernizar e mobilizar, ao mesmo tempo contando com o poder das hierarquias tradicionais, ele começou semiautoritário, evoluindo para um autoritarismo semi-reacionário e ainda além dele. Embora haurisse certas doutrinas do fascismo italiano, assemelhava-se mais aos regimes de Franco e Salazar: autoritário, corporativista, tradicionalista, uma vertente católica da ideologia fascista isento do paramilitarismo de massa violento e turbulento, característico do fascismo alemão e italiano (IDEM).

Uma das formas de compreender a ligação entre os social-cristãos e a Frente Patriótica é o fato de antes de sua fundação, Dollfuss e Schuschnigg haviam sido líderes do Partido Social-Cristão Austríaco.

Segundo o biógrafo de Mises, Jörg Guido Hülsmann, o economista teria ingressado na Frente Patriótica em março de 1934, apenas um ano após a fundação do partido. Muito embora procure justificar que o ingresso provavelmente tenha sido em caráter obrigatório aos funcionários do governo, Hülsmann não apresenta evidências que apontem para uma filiação obrigatória de Mises (HÜLSMANN, 2007, p. 677). Inclusive, o biógrafo de Mises afirma que o economista não interpretava a Frente Patriótica como um partido fascista. Mises de fato evade da Áustria quando o país passa pela anexação alemã:

Mises mais tarde disse que foi o crescente poder do partido Nazi na Áustria que o levou a deixar o país. Com esta observação, ele não se referia ao governo de Engelbert Dollfuss, que havia reintroduzido corporativismo autoritário na política austríaca para resistir ao socialismo de ambas as variedades marxista e Nazi. Mises referia-se ao ramo austríaco do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que possuía um forte apoio de Berlim e lutava uma batalha diária para conquistar as ruas de Viena. As políticas autoritárias de Dollfuss eram, em sua visão, apenas uma solução provisória para garantir a independência da Áustria – não sendo apropriada a longo prazo, especialmente se não houvesse mudanças na mentalidade política geral (Idem, p. 683-684).

Observa-se aqui a relação entre seus escritos sobre o fascismo em 1927 e a forma como Mises encara o governo de Dollfuss. Em sua obra “Liberalismo”, Mises procura justificar a violência fascista como resultante da reação contra o comunismo, os considerando “salvadores” da civilização europeia. Assim Mises finaliza suas breves considerações sobre o fascismo:

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando o estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é o tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal (MISES, 2010, p. 77).

Muito embora seja um pouco forçoso afirmar que Mises tenha sido fascista, é impossível não deixar de notar a simpatia e gratidão demonstradas por ele ao fascismo por conter movimentos contestatórios do capitalismo na Europa do pré-Segunda Guerra. Outro ponto importante de frisar é o papel histórico de “último recurso” do capitalismo. Ante a “ameaça” do comunismo e do nazismo alemão, o programa da Frente Patriótica oferecia uma saída que manteria a Áustria independente, o que é confirmado pela trajetória de vida e escritos de Mises da época.

Nota-se também o fato do biógrafo de Mises comentar que ele não interpretava a Frente Patriótica e o governo Dollfuss como fascista. Michael Mann comenta brevemente que há autores que lançam dúvidas sobre caracterizar a Frente Patriótica de fascista; porém, é importante também destacar que o austro-fascismo teve vida curta, aproximadamente de 1934, quando Dollfuss já no cargo de chanceler, teria fundado o partido, até a anexação da Áustria pela Alemanha em 1938. Outro ponto importante é a participação de seus membros no regime nazista alemão e a formação de milícias:

Ao contrário dos casos ibéricos, contudo, o austro-fascismo associava corporativismo, organizações paramilitares violentas e nacionalismo antisemita. Certamente pretendia tornar-se um movimento de massa violento e implacável, embora não dispusesse dos meios para tal. Depois do Anschluss [anexação], a maioria de seus militantes participou entusiasticamente do regime nacional-socialista do Grande Reich Alemão. Estavam perfeitamente preparados para o fascismo, ainda que não pudessem chegar a ele por seus próprios esforços (MANN, 2008, p. 286).

Mesmo não sendo possível precisar maiores informações sobre o envolvimento de Mises com o austro-fascismo e seus membros, é

possível tirar algumas conclusões sobre o assunto. Primeiramente, fica claro que Mises não era completamente avesso ao fascismo. Muito embora não reconhecesse a Frente Patriótica enquanto tal, foi filiado a ela e chegou a trabalhar junto com um de seus fundadores, pessoa esta que se tornaria chanceler da Áustria.

Ao relacionar seus escritos sobre o fascismo com alguns aspectos de sua trajetória na Áustria da década de 1930, percebe-se que, ao contrário do que procuram desautorizar aqueles que veem em Mises uma influência intelectual, seu envolvimento com o fascismo não foi meramente momentâneo, defendendo sua existência como recurso emergencial e interpretando o governo de Dollfuss como uma solução, mesmo que momentânea.

Em 1942, já residindo nos EUA, Mises é nomeado Professor Visitante da *Escuela Nacional de Economia da Universidad Nacional Autónoma de Mexico* (UNAM); ano este que também adquiriu cidadania estadunidense. Passados três anos após ter conseguido cidadania (1945), o economista ucraniano ocupou a posição de Professor Visitante na Escola de Pós-Graduação de Administração da NYU, cargo que manterá até 1969 (ROTHBARD, 2008).

No ano seguinte em que se tornou Professor Visitante, Mises começou a adquirir posições mais significativas. Começando por virar membro da Comissão de Princípios Econômicos na Associação Nacional de Industriais dos EUA; sendo também nomeado conselheiro da FEE¹³ de 1946 a 1973. Segundo sua página na internet, a

¹³ A referida fundação está em atividade atualmente. É considerada pelo IMB e outras páginas da *internet* como sendo o primeiro aparelho privado – eles usam o termo *think tank* – “libertário” dos EUA, amplamente responsável pelo renascimento da tradição liberal no pós-guerra, tendo Leonard Read como seu fundador. Cf.: <http://www.mises.org.br/Search-ByAuthor.aspx?id=237&type=articles>. Acesso em: 20 out. 22. Read possui cinco artigos e um vídeo publicados no IMB. Além de fundador da FEE, Read também foi gerente geral da Câmara do Comércio de *Los Angeles* em 1939, na época, a maior dos EUA. Cf.: LEONARD E. READ: A PORTRAIT. Disponível em: <http://fec.org/freeman/detail/leonard-e-read-a-portrait>. Acesso em: 20 out. 22.

FEE teria como missão inspirar, educar e conectar futuros líderes¹⁴ com os princípios econômicos, éticos e legais de uma sociedade “livre” (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, S/d).

Em 1947, Mises participa da fundação da *Mont Pelerin Society* (MPS)¹⁵, que tem como objetivo promover o fortalecimento do projeto neoliberal em escala internacional. A conferência teria durado dez dias e abordado uma série de temáticas que abarcaram questões mais econômicas como reforma monetária e tributação à historiografia moderna, educação política, pobreza, entre outros assuntos (GROS, 2008, p. 07). Dada a grande importância da MPS no surgimento de aparelhos como o IMB ao redor do globo, a questão será tratada de forma específica em linhas posteriores.

No mesmo ano da fundação da MPS, Mises lança mais um livro, intitulado *Planned Chaos*. Após a participação na conferência de fundação de MPS, Rothbard elenca poucas informações relevantes sobre a trajetória de Mises. Entre elas estão: um *tour* de conferências no Peru a convite de Pedro Beltrán, Presidente do Banco Central peruano, em 1950; na mesma década (1954-1955), o economista ucraniano ocupa o cargo de Conselheiro da Associação Nacional de

¹⁴ Sobre sua capacidade de “conectar futuros líderes”, durante pesquisa para maiores informações no *site* da FEE, foi encontrado um artigo escrito por Lawrence Read que apresenta o brasileiro Kim Kataguirí como um importante defensor da “liberdade” no Brasil. O artigo cita também trechos de uma fala de Hélio Beltrão, presidente do IMB sobre a atuação de Kataguirí no Brasil. Para mais detalhes Cf.: READ, Lawrence. *Millions in Brazil Follow a Teen Leader to Freedom* [Milhões no Brasil seguem um líder adolescente para a Liberdade]. Disponível em: <http://fee.org/freeman/detail/millions-in-brazil-follow-a-teen-leader-to-freedom>. Acesso em: 20 out. 22.

¹⁵ Segundo a informação que consta na página da MPS, “seu único objetivo foi de facilitar a troca de estudiosos com pensamentos semelhantes na esperança de fortalecer os princípios e práticas de uma sociedade livre e estudar os feitos, virtudes e defeitos de sistemas econômicos orientados pelo mercado”. Cf.: <https://www.montpelerin.org/event/429dba23-fc64-4838-aea3-b847011022a4/websitePage:d0c34bd9-1aa4-48df-a55e-4be50dfb57ec>. Acesso em: 20 out. 22.

Indústrias nos EUA; em 1958, Mises retorna ao México para participar de um seminário juntamente com outros membros da MPS financiado pelo *Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas* (IISE); e em 1959 vai à Buenos Aires apresentar seis palestras – posteriormente organizadas em um livro póstumo conhecido no Brasil pelo título de “As Seis Lições”¹⁶ – a convite do *Centro de Estudios sobre la Libertad* (LIBRE) (ROTHBARD, 2008, s/p.).

Na década de 1960, Mises ganha a Medalha austríaca de honra pela ciência e pelas artes, em reconhecimento por suas atividades nos campos da ciência política e econômica (1962); Doutorado honorário em Direito pela NYU, como homenagem às suas considerações sobre livre mercado e defesa de uma sociedade livre (1963); Doutorado honorário em Ciências Políticas pela Universidade de Friburgo (1964); e o título de Membro Distinto do Ano pela *American Economic Association*. A década de 1960 apresenta os anos finais da carreira de Mises, pois ele falece em 1973, nos EUA (ROTHBARD, 2008, s/p.).

Sobre os posicionamentos de Mises, Rothbard ainda expõe informações interessantes. Em um trecho de seu artigo, o economista estadunidense escreve que Mises não se considerava uma pessoa conservadora, mas sim um liberal nos mesmos moldes dos do século XIX. Porém, culturalmente e socialmente Mises era um “firme conservador”:

[...] atacava o igualitarismo, e denunciava ferozmente o feminismo como sendo um aspecto do socialismo. Em oposição aos muitos conservadores que eram críticos do capitalismo, *Mises manteve sua posição de que a moralidade pessoal e o núcleo familiar eram am-*

¹⁶ O livro é disponibilizado para download gratuito no site do IMB no link: <http://mises.org.br/Ebook.aspx?id=16>. Acesso em: 20 out. 22.

bos não apenas essenciais para um sistema de capitalismo de livre mercado, como também eram estimulados por ele [grifos nossos] (ROTHBARD, 2008, s/p.).

A constatação de que a “moralidade pessoal e o núcleo familiar” são peças essenciais para o “capitalismo de livre mercado”, levanta sérias dúvidas sobre a cientificidade do trabalho de Mises. Ora, este trecho induz que o capitalismo é um sistema baseado em aspectos morais, em direta contradição ao que Rothbard escreve nas primeiras linhas do artigo biográfico de Mises.

No primeiro parágrafo, o economista estadunidense afirma ser a teoria econômica de Mises, livre de “juízo de valor”, “no sentido de simplesmente descrever as coisas, dizer como elas são, sem defender nenhum ponto de vista em particular”. E agindo desta forma, Rothbard afirma que Mises teria chegado à conclusão de que “a única política econômica viável para a raça humana seria uma política de *laissez-faire* irrestrito, de livre mercado e de respeito total aos direitos de propriedade privada”, sendo o Estado limitado “a defender a pessoa e a propriedade dentro de sua área territorial” (ROTHBARD, 2008, s/p.). Se Mises chega às suas conclusões isento de qualquer “juízo de valor”, a afirmação de que a moralidade e a família são essenciais para - ou melhor, “não apenas essenciais [...]”, como também estimulados por – um sistema de livre mercado capitalista, a concepção de ciência, bem como de tudo considerado como “científico”, se torna muito duvidosa.

Ao longo da carreira de Mises, podemos perceber que ele teve considerável papel na disseminação do projeto neoliberal pelo mundo, atuando de maneira mais incisiva na América. Mesmo antes da fundação da MPS, Mises já participava de conferências em outros países do continente. Apesar de não ter ocupado cargos importantes

no meio acadêmico, lecionou por muitos anos em uma universidade de grande importância dos EUA (NYU), bem como recebeu várias honorárias de universidades, mostrando que, o discurso de seus seguidores acerca de que Mises não recebeu o devido reconhecimento em vida, é relativo. Certamente, Mises não ficou conhecido como Hayek ou mesmo Friedman, mas ele não parece ter sido uma figura tão obscura assim no meio acadêmico. Soma-se a isto, o fato de que o economista ucraniano teve sua carreira financiada por importantes aparelhos de consenso e formação de intelectuais para o grande capital. Destes aparelhos, alguns ainda estão em atividade, bem como possuindo proeminentes corporações de escala mundial que lhes dão sustentação.

MURRAY N. ROTHBARD E O “LIBERTARIANISMO”

Ao contrário de Mises, Rothbard era conhecido como “libertário”. Na introdução do livro de Rothbard, intitulado *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, escrita por Llewellyn H. Rockwell Jr. (mais conhecido por Lew Rockwell), *chairman* e CEO do LMI, consta que Rothbard foi o criador do chamado “libertarianismo moderno” (ROTHBARD, 2013, p. 11). Já Mises, em seu livro, “*Liberalismo*” (MISES, 2010) não dá indícios que permitam uma interpretação de pensamento “libertarianista”. O economista ucraniano é considerado mais como referência do chamado “libertarianismo” por conta de sua crença na necessidade de um “retorno ao liberalismo clássico”.

Rothbard teria nascido no *Bronx*, Nova York, em março de 1926 (PORTAL LIBERTARIANISMO, S/d). De acordo com o

artigo escrito por David Gordon (2008)¹⁷, Rothbard entra em contato com os postulados da Escola Austríaca de Economia, e Ludwig von Mises, por meio da *Foundation for Economic Education* (FEE). A oportunidade se apresentou quando Rothbard cursava uma disciplina sobre teoria dos preços na *Columbia University* (CU), ministrada por George Stigler¹⁸.

Segundo o artigo biográfico (POWELL, S/d) publicado na página do *site Portal Libertarianismo*, Stigler teria recrutado Rothbard, lhe convidando a conhecer a FEE:

Pouco depois de Stigler ter colaborado com Milton Friedman em *Roofs or Ceilings* [‘Telhados ou tetos’], um ataque ao controle de aluguéis publicado pela FEE. Stigler sugeriu que Rothbard poderia se interessar em visitar o lugar [a FEE] (POWELL, S/d; s/p.).

Uma vez na FEE, Rothbard teria entrado em contato com outros intelectuais “libertários” e, eventualmente, ouvido falar de Ludwig von Mises, participando então de suas palestras e seminários. Segundo o IMB, passado um tempo, Rothbard teria notado que o mercado poderia também ofertar serviços de monopólio do Estado:

¹⁷ Segundo o IMB, David Gordon é membro sênior do *Mises Institute* e analisa livros recém-lançados sobre economia, política, filosofia e direito para o periódico *The Mises Review*, publicado desde 1995 pelo *Mises Institute*. É também o autor de *The Essential Rothbard* (livro biográfico sobre Murray N. Rothbard).

¹⁸ Ganhou o Nobel de economia por seus trabalhos sobre organização industrial e as causas e efeitos da regulação; foi professor da *Columbia University* (1947–1958) e *University of Chicago* (1958–1991). Extraído de: <http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Stigler.html>. Acesso em: 20 out. 22; foi presidente do *History of Economics Society* de 1976 – 1977. Extraído de: <https://historyofeconomics.org/about-the-society/governance/past-presidents/>. Acesso em: 20 out. 22. Segundo biografia publicada no *site* do Instituto Ordem Livre, “Stigler aceitou o convite de F. A. Hayek para reunir-se com Friedman e dúzias de outros amigos da liberdade, que estavam lançando o grupo que viria a ser conhecido como *Mont Pelerin Society*”. Extraído de: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1982/stigler/biographical/>. Acesso em: 20 out. 22.

À medida que ele aprofundou seus conhecimentos em economia *laissez-faire*, ele se viu em um dilema. *Os argumentos para a provisão de bens e serviços pelo mercado eram aplicáveis para todas as categorias. Sem restrições. Sendo assim, não deveriam a proteção e a defesa ser ofertadas pelo mercado ao invés de coercivamente através de um monopólio?* Rothbard percebeu que ou ele abandonava o *laissez-faire* ou se entregava completamente ao anarco-individualismo [anarcocapitalismo](GORDON, 2008, s/p., grifos nossos).

No trecho acima é possível perceber como o IMB – a partir do artigo de David Gordon – “demarca” os limites entre liberalismo e “libertarianismo”. Ao evidenciar o raciocínio de Rothbard sobre o chamado “monopólio da violência legítima” não ser algo que deva ser de uso exclusivo do Estado, também está definindo os limites entre liberalismo e “libertarianismo”. Neste sentido, o rompimento com o Estado se dá quando o mesmo – na interpretação “libertária” – não é necessário para a manutenção da dominação de classe.

Dando seguimento à trajetória de Rothbard, ainda jovem, o economista “logo despertou atenção da *William Volker Fund* (WVF), o principal grupo de apoio aos estudantes do liberalismo clássico dos anos 1950 e início dos anos 1960” (GORDON, 2008). Neste período, Rothbard também começou a trabalhar, no fim da década de 1940, como consultor para a *National Book Foundation* (NBF) – uma subsidiária da *Volker Fund* – e para a FEE, de acordo com Roberta Modugno (MODUGNO, 2009, p. 04).

Inicialmente, a WVF financia Rothbard para escrever um livro que explicasse de forma mais simples o conceito de “ação humana” de Mises (GORDON, 2008). Segundo Modugno (2009, p. 03), Rothbard teria começado a trabalhar na WVF com 26 anos “como analista sênior, e pelo período de 10 anos, aproximadamente, revi-

sou livros, jornais, artigos e manuscritos a procura de aliados intelectuais com inclinações libertárias” (MODUGNO, 2009, p. 03).

Sua atuação na WVF parece semelhante à de um recrutador; esquadrinhando publicações em busca de outros possíveis intelectuais no intuito de montar quadros para espalhar os ideais da Escola Austríaca de Economia. O livro citado anteriormente é uma série de textos e pareceres que Rothbard escreveu enquanto trabalhava na WVF¹⁹.

Após o início de seu trabalho na WVF, Rothbard parece ter se dedicado mais à produção de obras aplicando os postulados da EAE na história. Um exemplo disso é seu livro sobre a Grande Depressão de 1929 (ROTHBARD, 2000) nos EUA. Nesta obra, Rothbard, de acordo com Gordon, afirma que a crise econômica, tendo como marco o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, “longe de ser uma evidência das falhas de um capitalismo desregulamentado”, é justamente o contrário, expondo “os perigos da interferência governamental na economia. O colapso econômico veio como uma *correção necessária para o boom artificial* induzido pela expansão monetária feita pelo FED [*Federal Reserve System*, sistema de atuação do Banco Central dos EUA] durante os anos 1920”. Chegando à conclusão de que “as tentativas do governo de curar o declínio apenas serviram para piorar as coisas” (GORDON, 2008).

Outra obra de Rothbard, destacada por Gordon, procura apresentar “os antecedentes libertários da Revolução Americana” (GORDON, 2008), sendo composta por cinco volumes e intitulada

¹⁹ Estes seriam escritos não publicados do Rothbard. Porém, junto a estes escritos, estão pareceres de Rothbard sobre artigos, palestras, e demais publicações em geral. Deixando a impressão de que seriam relatórios sobre possíveis nomes que abraçariam a causa “libertarianista”. Em outro livro publicado pelo Mises Institute constam todos os “escritos” de Rothbard durante seu tempo. Para mais detalhes, Cf. GORDON, David. *Strictly Confidential: the private Volker Fund memos of Murray N. Rothbard*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2010. Disponível em: <https://mises.org/library/strictly-confidential-private-volker-fund-memos-murray-n-rothbard>. Acesso em: 20 out. 22.

da de “*Conceived in Liberty*” [Concebido em Liberdade]. Segundo Gordon, Rothbard interpretara que “os Artigos da Confederação [documento relativo à união das 13 colônias britânicas na América] não eram um arranjo excessivamente fraco que precisava ser trocado pela Constituição, que tinha um foco mais centralizador”. Concluindo que “os Artigos em si permitiam um controle central em excesso” (GORDON, 2008).

Outra questão importante a ser frisada no artigo de Gordon é a divergência entre Mises e Rothbard. Segundo o biógrafo, “Mises afirmava que julgamentos éticos eram subjetivos: os fins supremos não estão sujeitos a uma avaliação racional”. Rothbard era contrário, “sustentando que uma ética objetiva poderia ser fundada baseando-se nas exigências da natureza humana” (GORDON, 2008). Em outras palavras, Rothbard usa do chamado Direito Natural – também conhecido como *jusnaturalismo* – na tentativa de estabelecer uma base calcada no que se entende como componente da natureza humana, com a intenção de fundamentar o direito e defesa da propriedade como questões inatas de uma natureza humana: neste sentido, todo cidadão tem o direito de defender sua propriedade por quaisquer meios necessários. Como consequência deste raciocínio, o monopólio do Estado sobre as formas de defesa da propriedade privada não é capaz de garantir a ampla e irrestrita defesa, pois estas só poderiam ocorrer dentro dos padrões fixados pelo Estado (visto, obviamente, como uma entidade isolada que julga partindo de interesses próprios) (ROTHBARD, 2010, p. 22-24).

Ao longo de sua trajetória, Rothbard criou dois periódicos para a disseminação do pensamento “libertário”: *Journal of Libertarian Studies* criado em 1977 em atividade atualmente, considerado por Gordon “[...] como o mais importante periódico hospitaleiro a ideias libertárias” (GORDON, 2008, s/p.); e o *Review of Austrian*

Economics, também em atividade, apenas tendo mudado de nome em 1997 para *Quarterly Journal of Austrian Economics*. Foi criado por Rothbard em 1987, com o objetivo de “[...] fornecer um veículo erudito de ideias para economistas e outros interessados na teoria austríaca”; também considerado por Gordon como o principal periódico de sua área de especialidade (GORDON, 2008, s/p.).

Um de seus últimos trabalhos no campo do revisionismo foi publicado postumamente, em 1995: a obra em dois volumes intitulada de *Economic Thought Before Adam Smith and Classical Economics* [Pensamento Econômico antes de Adam Smith e Economia Clássica]. Nela, Rothbard teria se empenhado em construir uma história da teoria econômica. Segundo artigo biográfico de Gordon, Rothbard demonstra que não foi Adam Smith o fundador da economia moderna. Nas palavras de Gordon sobre o livro, Smith na verdade teria levado a economia para o lugar contrário:

Sua [Adam Smith] defesa da teoria do valor-trabalho, modificada e continuada por seus sucessores ricardianos, desviou a economia para o caminho errado. Os heróis do estudo de Rothbard foram os escolásticos espanhóis - que bem antes de Smith já haviam desenvolvido a teoria do valor subjetivo -, e outras figuras, tais como Cantillon, Turgot e Say (GORDON, 2008, s/p.).

O trecho do artigo revela que Rothbard procurou revisar a história da teoria econômica com o fim de deslocar a base do chamado liberalismo clássico. Desta forma, a EAE não apareceria como uma ruptura do pensamento liberal clássico, mas sim como a corrente teórica que realmente dá continuidade às bases do “verdadeiro liberalismo”. Desta forma, Rothbard conseguiria apresentar o “libertarianismo” como algo mais antigo do que realmente é, naturalizando

sua existência assim como faz o IMB em sua “visão sobre si” (DAL PAI, 2017, p. 32).

A partir da breve explanação da trajetória de Rothbard é possível identificá-lo como intelectual chave para a criação do chamado “libertarianismo”. Várias de suas obras “históricas” parecem buscar inserir a perspectiva da EAE sobre questões importantes para a sustentação do capitalismo, tais como a chamada Grande Depressão; ou mesmo reforçar os princípios do capitalismo ao apresentar um revisionismo da história da fundação dos EUA em que o “libertarianismo” é algo enraizado entre os estadunidenses desde a criação das 13 colônias britânicas na América.

No campo do revisionismo, sua última publicação procurou inserir a EAE na história, como algo presente há séculos:

A história da Escola Austríaca começa no século XV, quando os seguidores de São Tomás de Aquino, que escreviam e lecionavam na Universidade de Salamanca, na Espanha, procuraram entender e explicar toda a completa extensão da ação humana e da organização social” (ROCKWELL, 2008, s/p.).

Neste sentido, Rothbard parece ter sido o primeiro intelectual da EAE a sistematizar e historicizar seus autores e postulados. Apesar do livro de Mises procurar estabelecer os princípios do liberalismo clássico, Rothbard inseriu o “libertarianismo” na História do pensamento econômico.

Outro ponto merecedor de destaque foi sua participação no WVF, atuando como recrutador e “olheiro” sendo responsável por “recrutar uma vasta, ativa e interdisciplinar gama de adeptos da Escola Austríaca” (ROCKWELL, 2008, s/p.) mesmo não tendo a possibilidade de orientar trabalhos quando era professor da Universidade de Las Vegas (ULV) (ROCKWELL, 2008).

Suas divergências com Mises também reforçam a questão de como a ideal “libertário” é uma construção recente, pois, como colocado em linhas anteriores, para Rothbard defender e sustentar uma noção de “ética objetiva”, ele teve que retornar ao pensamento *jusnaturalista*, justificando assim parte de sua escolha pelo retorno à leitura dos chamados Escolásticos Tardios (escolásticos espanhóis). Soma-se a isto o fato de que Ludwig von Mises nunca ter sido considerado “libertário”, nem mesmo por aqueles que se intitulam como tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se notar que a trajetória de Rothbard está imbricada com a própria construção da EAE como corrente de pensamento teórico sobre economia. Afinal, muitas de suas obras têm claro objetivo revisionista de processos mais ou menos estabelecidos. Ao contrário de Mises, o economista estadunidense possuiu um papel mais estreito com os aparelhos que lhe davam suporte e financiamento.

Outro ponto merecedor de destaque é como a carreira dos dois intelectuais revelam alguns elementos acerca do surgimento de uma rede de aparelhos, nos EUA, com o objetivo de financiar autores comprometidos em elaborar teorias que venham de encontro com seus interesses de domínio mundial, com ênfase no continente americano. Neste sentido, a atuação de Mises se mostra como proeminente na América Latina, com grande conveniência aos interesses da burguesia estadunidense no sub-continente.

Entre o período em que Mises trabalhou para o governo austríaco e a escrita de sua obra “Liberalismo” é possível constatar o papel de “linha auxiliar” que o fascismo possui, especialmente no combate ao pensamento comunista. Neste sentido, fica clara que

esta é uma relação histórica entre neoliberalismo e fascismo, datando desde o surgimento dos primeiros escritos (a obra em questão de Mises) sobre a necessidade de uma “volta” ao chamado “liberalismo clássico”. Muito embora aqui consideramos precipitado caracterizar Mises como fascista, é inegável sua estreita relação com personagens importantes do chamado “austrofascismo” de Dolfuss, bem como foi membro da Frente Patriótica, partido de orientação fascista da Áustria antes da anexação pela Alemanha. Portanto, não se torna grande a surpresa da adesão de organizações de extrema-direita na atualidade com o pensamento de intelectuais “libertarianistas” e suas pautas.

Por fim, o artigo demonstra que o estabelecimento do Neoliberalismo enquanto pensamento dominante, demandou – e ainda demanda – grande esforço na esfera do convencimento, seja no financiamento de intelectuais, como também na manutenção de suas posições na academia, questão evidente na medida em que Mises e Rothbard não recebiam seus salários pelas universidades em que lecionaram, mas sim por parte de institutos, fundações e/ou membros da elite decididos em lhes manterem. O suporte fornecido aos dois intelectuais, demonstram os primórdios de uma rede de “mecenato” moderno, onde a classe dominante sustenta e financia diretamente intelectuais conforme a necessidade.

FONTES

GARRISON, Roger W. *Biografia de Eugen von Böhm-Bawerk*. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=87>. Acesso em: 20 out. 22.

GORDON, David. *Murray N. Rothbard (1926 – 1955)*. 2008. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=37>. Acesso em: 20 out. 22.

POWELL, Jim. *Biografias: Murray Rothbard*. S/d. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org.br/biografias-murray-rothbard/>. Acesso em: 20 out. 22.

ROCKWELL, Lew. *O que é a Economia Austríaca?* 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=35>. Acesso em: 20 out. 22.

ROTHBARD, Murray N. *Ludwig von Mises (1881-1973)*. 2008. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=33>. Acesso em: 20 out. 22.

WOODS, Thomas. *Was Mises Bankrolled by the Financial Elite?* Disponível em: <https://mises.org/blog/was-mises-bankrolled-financial-elite>. 2012. Acesso em: 20 out. 22.

Sites consultados

CENTRO DE ESTUDIOS LIBERTAD Y RESPONSABILIDAD - <http://fundacionlibre.org.ar>

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION – <https://fee.org>

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL – <http://mises.org.br/>

INSTITUTO ORDEM LIVRE - <http://ordemlivre.org>

LIBRARY OF ECONOMICS AND LIBERTY – <http://www.econlib.org/>

LUDWIG VON MISES INSTITUTE – <https://mises.org/>

PORTAL LIBERTARIANISMO - <http://www.libertarianismo.org.br>

THE FREE CAPITALIST NETWORK – <http://freecapitalists.org/>

THE MONT PELERIN SOCIETY - <https://www.montpelerin.org>

THE NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH – <http://www.nber.org>

THE ROCKEFELLER FOUNDATION – <https://www.rockefeller-foundation.org/>

THE TOM WOODS SHOW – <http://tomwoods.com/>

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Reinaldo. Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção). In: _____. *Capital: essência e aparência*. vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DAL PAI, Raphael Almeida. *Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo*. 2017. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon, 2017.

GORDON, David. *Strictly Confidential: the private Volker Fund memos of Murray N. Rothbard*. [Estritamente confidencial: os memorandos privados da Fundação Volker de Murray N. Rothbard.] Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2010. Disponível em: <https://mises.org/library/strictly-confidential-private-volker-fund-memos-murray-n-rothbard>. Acesso em: 12 set. 2015.

GROS, Denise. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. In: *Ensaio FEE [Online]* 29 out. 2008. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2188>. Acesso em: 09 jun. 2015.

HÜLSMANN, Jörg Guido. *Mises: the last knight of liberalism*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

MANN, Michael. Austro-fascistas, nazistas austríacos. In: _____. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MISES, Ludwig von. *Liberalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MODUGNO, Roberta A. *Rothbard vs. the philosophers: unpublished writings on Hayek, Mises, Strauss, and Polanyi*. [Rothbard vs. os filósofos: escritos não publicados sobre Hayek, Mises Strauss e Polanyi.] Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009.

ROTHBARD, Murray N. *A ética da liberdade*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. *America's Great Depression*. [A Grande Depressão da América]. Au-

burn: Ludwig von Mises Institute, 2000. Disponível para baixar em: <https://mises.org/library/americas-great-depression>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

AUSTERIDADE, ULTRAINDIVIDUALISMO
E REDUÇÃO DO ESTADO:
O “neoliberalismo libertário” do Movimento Brasil Livre

João Elter Borges Miranda

O Movimento Brasil Livre (MBL) foi criado durante as Jornadas de Junho de 2013 pelo Estudantes Pela Liberdade (EPL), com o objetivo de ser o braço político deste nas manifestações. Após as Jornadas, o MBL foi deixado de lado, sendo retomado em 2014, diante do resultado das eleições presidenciais. Quadros do EPL participaram dessa nova fase do MBL. Passaram a integrar a organização novas pessoas também, como Kim Kataguiri, Renan Santos, Fernando Holiday, dentre outros.

O MBL herdou uma série de elementos do EPL, tais como as formas de atuação, organização, financiamento, formação de seus participantes, além dos marcos ideológicos. No presente trabalho, procuramos nos debruçar na discussão sobre as bases ideológicas do MBL e seus marcos programáticos. Um dos documentos produzidos pelo MBL que adotamos para refletir a respeito disso é o seu *Manual de Instruções para filiais municipais*, no qual em sua introdução este partido se coloca como *antissistema*, no sentido de contrário ao que definem como o “projeto de poder petista e ao *status quo*

de mentalidade estatizante que impera no Brasil”. Sobre os marcos programáticos, adotaremos também o relatório das propostas aprovadas no primeiro congresso do MBL, realizado em 2015 (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 2-10).

Embora já se tenha passado alguns anos após a produção desses documentos, o MBL continua até hoje a adotar como norte os marcos ideológicos e programáticos ali definidos, que localizamos como neoliberais, contribuindo até hoje para a manutenção da hegemonia do neoliberalismo.

MARCOS IDEOLÓGICOS

Ainda na introdução do *Manual*, o MBL identifica que existe uma série de ações de resistência ao projeto de poder petista e a égide estatizante – em especial, ações no mundo internético – contudo, tal atuação “ocorre ainda de uma forma um tanto anárquica e desarticulada, não representando uma ameaça real” e, por isso, o MBL “busca fazer seu papel ao trazer o embate político baseado em ideias e valores liberais para o âmbito municipal, onde o estado [vale observar que o uso do termo Estado com letra minúscula tem o sentido de menosprezar a sua relevância] pode ser provocado e transformado com maior eficácia”.

Busca de maneira deliberada organizar a defesa da agenda neoliberal, com enfoque na atuação nas redes sociais, mas também presente na sociedade política, em Câmaras legislativas, por exemplo. Para tanto, segundo o MBL, o seu objetivo é “recrutar e formar a nova massa crítica que irá transformar o cenário político do país”. O que, apontam, só será realizado através “de um trabalho de base consistente e organizado”, através do qual serão “capazes de conter

o gigantesco estado cleptocrático brasileiro, que perpetua injustiças históricas e impede o progresso material e cultural da nação” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 9-10).

O MBL, dessa maneira, procura formar uma vontade coletiva, atuando como organizador e expressão ativa desta vontade. Age, assim, como um partido político no sentido gramsciano, para o qual o partido tem duas grandes tarefas fundamentais: a formação da vontade coletiva e a reforma intelectual e moral, através da qual seria constituída uma nova concepção de mundo (GRASMCI, 2007).

Segundo o Manual, o MBL procura realizar um trabalho de base a partir dos seguintes princípios: “todo indivíduo tem direito (a) à vida, origem de todos os outros direitos; (b) à liberdade de agir e buscar sua felicidade como lhe convier; e (c) à propriedade, fruto legítimo de sua vida e sua liberdade”. E, continua, colocando que “para que esses direitos sejam respeitados, é essencial que nenhum indivíduo ou grupo inicie o uso de força ou fraude contra outrem”. Em seu programa ideológico, defende o “liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil”. Para tanto, propugnam “a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa”. Dentre os valores, se propõe a defender: “liberdade e responsabilidade”, “paz e proteção a direitos individuais”, “livre iniciativa e empreendedorismo”, “incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada”, “igualdade perante a lei”, “democracia” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 9-10).

Em nenhum momento do documento adotam o uso do termo “neoliberalismo”. Segundo um dos membros do MBL, o advogado e doutor em direito Luis Felipe Panelli, “o chamado neoliberalismo é um conceito falso, criado pela esquerda para criticar de uma só vez todos os seus adversários, que foram forçados a se unir para comba-

tê-la devido à sua hegemonia no período do pós-guerra”. Para Panelli, o termo neoliberalismo é “ardiloso em que cabe todos os que se opõe à esquerda”. Foi criado também, ainda segundo Panelli, “sob diversa roupagem, por outros intelectuais de esquerda”, com o intuito de “desacreditar o nascente movimento de direita no Brasil” (PANELLI, 2021). Mas, a afirmação de que o MBL não é defensor do chamado neoliberalismo é falsa, haja vista os princípios defendidos, os quais são: “autonomia do indivíduo e liberdade contratual”, “livre iniciativa”, “primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado”, “livre mercado”, “respeito à propriedade privada”, “eficiência”, “inovação”, “transparência”, “meritocracia”, “Estado de Direito”, “Democracia representativa”, “federalismo”, “visão de longo prazo” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 13).

Os marcos ideológicos do MBL estão, deste modo, em consonância com os princípios ideológicos neoliberais, quais sejam: defesa do ideário do livre-mercado, da livre-iniciativa e a crença no *laissez-faire* (auto regulação do mercado) e na ideologia meritocrática, gestão empresarial do Estado (ou defesa da inexistência do Estado), flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, desregulamentação financeira, defesa maximizada da propriedade privada. As pessoas que integram o MBL podem, então, até se auto-intitular em liberais, mas o ideário ideológico dessa organização e, como veremos, seus marcos programáticos, estão alinhados com a agenda neoliberal. O que chamam de “liberalismo” é, assim, neoliberalismo.

No seu balanço do neoliberalismo, Perry Anderson apontará que este “nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo”. Os primeiros fundamentos têm como texto de origem, ainda segundo Anderson, a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. No livro, Hayek ataca “qualquer limitação dos mecanis-

mos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

Três anos mais tarde, em 1947, Hayek convocou aqueles que partilhavam dos seus ideais para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Nela estiveram nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Juntos formaram a Sociedade de *Mont Pèlerin*, a qual, de forma dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos, estabeleceu como propósitos combater o avanço do socialismo e o *New Deal* norte-americano e o Estado de bem-estar europeu, além de qualquer solidarismo reinante e keynesianista (ANDERSON, 1995, p. 1-9).

Fica, portanto, popularmente conhecido como “neoliberalismo” esse arcabouço programático e teórico político-econômico que se formou para combater o Estado de bem-estar social, a partir da ressignificação das ideias derivadas do capitalismo *laissez-faire*, expressão símbolo do liberalismo, segundo o qual o mercado deve funcionar livremente sob a égide da mão-invisível.

O entendimento aqui é de que a Sociedade de Mont Pèlerin teve o papel de dar maior organicidade e propagação a um conjunto de princípios teóricos, ideológicos, político-econômicos que já vinham muito antes sendo forjados, constituindo correntes teóricas que, em seu conjunto, são tradicionalmente denominadas de neoliberais.

Tais correntes se diferenciam a partir, dentre outros critérios, dos princípios epistemológicos e metodológicos de interpretação da realidade histórico-social e proposição ideológica de programas político-econômicos – o que dificulta realizarmos uma espécie de “arqueologia” ou genealogia do pensamento liberal e neoliberal, pois exigiria a leitura de uma série de autores, principalmente, do século

XVIII ao XX. Tal análise comparativa (e comparar autores de diferentes épocas é sempre um procedimento metodológico arriscado) se daria, assim, entre pensadores do chamado liberalismo clássico, do século XVI ao XIX, e pensadores do neoliberalismo, do século XX.

Apesar das dificuldades epistemológicas, identificamos que as maiores influências literárias do liberalismo clássico incluem autores tais como: John Locke, Frédéric Bastiat, David Hume, Alexis de Tocqueville, Adam Smith, David Ricardo. Enquanto do lado do neoliberalismo poderíamos citar os seguintes: Rose Wilder Lane, Lysander Spooner, Milton Friedman, David Friedman, Ayn Rand, James McGill Buchanan Jr., Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Hans-Hermann Hoppe, Murray Rothbard e Walter Block. No que concerne as escolas e correntes neoliberais, formaram-se no século XX, dentre outras, as seguintes: Escola Austríaca, Ordoliberalismo alemão, Escola de Chicago, Nova Escola Institucional, Economia Novo Clássico, Social Liberalismo e Libertarianismo.

Existem outras correntes, mas, consideramos que estas são as mais importantes por conta da capacidade de propagação de suas ideias nos meios intelectuais, assim como nos programas político-econômicos dos governos, especialmente aqueles formados a partir da crise estrutural do capital. Apesar de haver diferentes correntes no neoliberalismo, identificamos que todas partem de princípios epistemológicos comuns, com desdobramentos político-econômicos e ideológicos.

A principal origem desses desdobramentos político-econômicos está nos princípios epistemológicos, isto é, no procedimento teórico-metodológico de abordagem, estudo e reflexão da realidade, dos quais parte as correntes neoliberais. Identificamos que esse conjunto de correntes partem do pressuposto de que a sociedade é uma “associação ou agregado de indivíduos” cujo único conectivo é

o mercado. Pressuposto este que não é novidade dos neoliberais, mas é herdado do liberalismo clássico, mais especificamente, de sua ética individualista e naturalista.

O desdobramento disto é, por exemplo, de que um determinado bem ou serviço só tem valor para seu consumidor direto. Neste sentido, somente este consumidor direto é quem deve assumir os custos do uso deste bem ou serviço. Tendo em vista que o Estado, no caso do Brasil, por exemplo, tem como primazia na Constituição Federal oferecer educação pública para toda a sociedade brasileira, aquela ou aquele que opta por não usufruir diretamente dela, buscando a educação oferecida pelos setores privados, deve, na linha do pensamento neoliberal, ser ressarcido pela fração de seus impostos que vai para aquele serviço. Como o Estado não realiza este “reembolso”, entendem que ele seria incapaz de reunir e processar informação dispersa com eficiência, sendo o único instrumento capaz disso o mercado, que o faz, supostamente, de forma espontânea, através de uma ordem que emerge da competitividade.

O mercado é um termo que carece de uma maior precisão conceitual, mas, concordando com o assistente social Rodrigo Castelo, o mercado não seria somente, na perspectiva neoliberal, o espaço de troca e alocação de recursos, mas sim uma instituição social e econômica de alocação de recursos que se caracteriza pela ausência de um mecanismo centralizador e planificador da produção, da distribuição e do consumo das mercadorias. “De acordo com a anarquia da produção, a concorrência adquiriria um papel central e acabaria por exercer, por vias não-convencionais, o papel de uma instância permissivamente reguladora” (CASTELO, 2011, p. 15).

A competitividade, assim, é o *telos* da relação entre indivíduos na perspectiva neoliberal. Interpretam isto como uma condição *a priori* da condição não só humana, mas como de ser vivo. Disto

emerge o chamado “darwinismo social”, o qual aponta que são os mais fortes na sociedade que sobrevivem – e que devem sobreviver. O mercado, assim, comportaria um equilíbrio “que aliaria eficiência e bem-estar social, respeitada a condição de que a mão invisível do mercado operasse livremente”. No curto prazo, haveria desigualdades sociais, mas, “a mão invisível do mercado geraria o bem-estar geral a partir do casamento do interesse individual egoísta com o interesse coletivo” (CASTELO, 2011, p. 15). Por isso, a ação Estatal, no sentido de reparar os antagonismos sociais, não tem lugar e importância. Por isso, o Estado intervencionista é entendido pelos neoliberais como um ataque não só a liberdade econômica, como também política. Através da ação individual, competitiva, que deve emergir a ordem. Esta ação se dá no mercado, no qual as liberdades humanas podem ser realizadas plenamente. Algumas correntes chegam a apontar a ação estatal, mas sempre no sentido de permitir esta liberdade à competitividade.

Este princípio epistemológico comum às correntes neoliberais impede que os intelectuais que o fomentam e o propagam compreendam que na sociedade possa haver efeitos sociais complexos. Ao partirem do pressuposto de que a única complexidade é o mercado, simplesmente, estão impedidos de compreenderem a complexidade inerente a inter-relação e conexão a qual estamos submetidos enquanto sociedade. Por estarmos conectados, o que fazemos têm consequências reais e imediatas a quem está a nossa volta, assim como indiretas em todo o restante da sociedade, do planeta. Diante disso, é um benefício para toda a sociedade que as pessoas recebam do Estado, por exemplo, educação pública de qualidade. Contudo, entender a sociedade como um agregado de indivíduos gera um ponto-cego, impedindo que os intelectuais neoliberais percebam os efeitos indiretos e as vantagens coletivas advindas de uma grande quantidade de

peças terem direito ao acesso a um determinado bem ou serviço financiado, via Estado, pelo conjunto do todo da sociedade.

Além da resultante político-econômica, essa velha razão do mundo que optamos no presente trabalho subcategorizar como neoliberal, tem como consequência a constituição de procedimentos teórico-metodológicos que têm como ponto em comum o pressuposto de que a sociedade é um agregado de indivíduos, e que se desdobram em análises que a tudo particularizam e a tudo podem entender como “verdade”.

Edmundo Dias, a partir de Gramsci, aponta que a possibilidade de uma classe (subalterna ou dominante) de constituir a sua hegemonia decorre de sua capacidade de construir uma visão de mundo, uma nova *civiltà*, uma nova civilização. Esse processo é a “síntese de múltiplas determinações”, e não um *a priori* efeito da estrutura. A organização (ou organizações) dessa classe deve ser o porta-voz para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular na realização dessa reforma intelectual e moral que deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica. Enquanto representante de uma vontade coletiva, a organização de classe deve construir uma nova visão do mundo, que se coloque no lugar da anterior como novo horizonte. Para tanto, deve organizar e mobilizar as vontades, dando-lhes homogeneidade e sentido. Isso passa necessariamente pelo conhecimento da estrutura, através de uma análise que leve a compreensão correta das práticas classistas estruturais no interior de uma conjuntura, distinguindo na estrutura os movimentos orgânicos e os estruturais. Atuar na sociedade implica, assim, fazer constantemente a avaliação desses movimentos em sua totalidade, identificando como se combinam os elementos orgânicos e os conjunturais (DIAS, 1996, p. 10-12).

O MBL realiza essa atuação doutrinária, no sentido de defender uma determinada visão de mundo, de caráter neoliberal, e fomentá-la constantemente em sua atuação partidária. Contribuiu, assim, na construção de um contexto em que se eleva o ódio a quem de alguma forma depende mais diretamente da proteção social do Estado – o que, por sua vez, eleva o histórico ódio aos pobres, o racismo, a xenofobia, o anticomunismo, enfim, a qualquer grupo identificado como de alguma forma dependente do Estado. Não por acaso o MBL e os grupos que o inspirou e o fortaleceu, seja os nacionais, como o Estudantes Pela Liberdade, ou estrangeiros, como a *Atlas Network*, afirmam agir em defesa da “liberdade”, a qual é identificada com um mundo sem Estado, liberto do mesmo em que todos agem por si mesmos.

É possível visualizarmos isso em diversas passagens, como em um artigo de 2015 para a *Folha de S. Paulo* assinado por Renan Santos, coordenador nacional do MBL, e Kim Kataguirí, uma das principais lideranças da organização, no qual ambos caracterizam a atuação do MBL como uma missão, uma cruzada pela “liberdade”.

Segundo os autores, “atrás de seu escudo está a República, acuada pelos cínicos mandatários que hoje enfrenta. E a ponta de lança está afiada pela liberdade, que anseia desbravar esse território no qual nunca esteve presente”. Salientam que a missão só estará cumprida quando atravessarem a suposta blindagem constituída por corrupção, como um encouraçado que envolve um navio, sendo a embarcação o Estado. Ainda segundo a liderança do partido, “o Movimento Brasil Livre quer perfurar esse portentoso e aparentemente indestrutível elmo que dissocia corrupção de modelo de Estado”. E continua: “elmo este que foi forçosamente colocado na cabeça dos brasileiros por incontáveis burocratas ao longo dos séculos”. Entendem que “quanto maior for o Estado, maior será o poder dos cana-

lhas que o controlam e maior será a oferta para aqueles que querem comprar sua influência”, pois, afirmam, “mesmo que possuíssemos um computador milagroso que detectasse todos os burocratas mal-intencionados e os prendesse de pronto, o problema ainda não estaria resolvido” (KATAGUIRI; SANTOS, 2015).

É interessante como a liderança do MBL associa a solução para a corrupção dos “incontáveis burocratas”, com o mantra neoliberal de “redução do Estado”. Neste ponto esse partido se aproxima não só do neoliberalismo em sentido amplo, mas especificamente do libertarianismo. Não nega o Estado por completo, como a variante anarcocapitalista dessa corrente. Ao invés disso, entende que o *leviatã* não pode ser poderoso, deve ser reduzido, o que o aproxima de certa maneira de um libertarianismo miniarquista *laissez-faire*, que concebe com funções do Estado a garantia da segurança, defesa do poder da polícia e da justiça, em benefício da propriedade privada dos meios de produção. Defendem o que, não raro, se intitula como o Estado enquanto “guarda-noturno”, embora na realidade a aplicação da agenda neoliberal, o seu projeto de poder, vai para além disso, englobando a vida em todos os seus aspectos, não se limitando a seu aspecto coercitivo.

Diante disso, o principal objetivo do MBL naquele contexto, segundo os autores, é “derrubar o PT, a maior nêmesis da liberdade e da democracia que assombra o nosso país”. Mas, alertam, “o leitor que não se engane: uma vez derrubado esse colosso do estatismo, ainda haverá muito trabalho a fazer”, pois, afirmam, “querendo ou não, o Estado continuará gigantesco, e isso não é culpa apenas do PT”. Origina-se, na visão de Kataguiiri e Santos, de séculos em que “nossa sociedade dorme em berço esplêndido”, sendo que “sua babá sempre foi o Estado”. Afirmam, então, que “enquanto existir a mentalidade de que precisamos de um governo que seja nosso pai, nossa

mãe e nosso neném, o Movimento Brasil Livre manterá sua lança afiada”. Ao final do texto, convocam para o ato do dia 15 de março de 2015 “para defender a República desse bando de saqueadores instalados no poder”. Conclamam dizendo: “às ruas, cidadãos!”. E continuam dizendo: “resgatemos não apenas nossos mais profundos valores liberais, herdados de Tiradentes e Joaquim Nabuco, mas, acima de tudo, nossa própria sanidade após anos de mentiras, truques e falsas ilusões” (KATAGUIRI; SANTOS, 2015).

Dessa maneira, o MBL, segundo Lorena Porto, retrata a sociedade “a partir de uma abordagem maniqueísta”, descrevendo “um cenário dividido entre a direita e a esquerda do espectro político”, entre defensores do Estado e do neoliberalismo e não defensores. No entanto, “apesar de tratar-se de um conflito essencialmente político, os critérios de separação dos ‘lados da guerra’ são majoritariamente deslocados para os campos moral e tático” (PORTO, 2022).

Essa suposta defesa da “liberdade” propagada pelo MBL, foi herdada do EPL, sua matriz ideológica, que também realizava um discurso neste sentido. No documento de fundação do EPL, escrito por Fabio Ostermann, Juliano Torres e Pedro Menezes, intitulado *I Manual de Embaixadores*, afirmam que o objetivo da organização que criou o MBL era organizar os chamados “libertários”, defensores dessa variante neoliberal ultraradical. Segundo o manual, pessoas adeptas a isso “em geral tendem ao isolacionismo no que diz respeito à participação e ao engajamento político por características próprias à sua visão de mundo”. Dentre estas, destacam “a crença no individualismo e o ceticismo em relação a formas coletivas de cooperação”, o que estaria dificultando a criação e desenvolvimento na “universidade de grupos de estudos, pesquisa e debates focados nas ideias libertárias” (OSTERMANN; TORRES; MENEZES, 2012).

O libertarianismo se trata de uma expressão “guarda-chuva” para um conjunto de teorias e filosofias políticas que têm como eixo central os referenciais neoliberais enquanto programa político-econômico, radicalizando-os a tal ponto de alcançar um ultraindividualismo. Segundo o historiador Flávio Casimiro, o libertarianismo interpreta que, dada a “natureza humana” essencialmente individualista, o suprassumo da liberdade tem como condição básica para ser alçada a supremacia do mercado, sendo necessário, em consequência, o desprezo por tudo aquilo que é público. A ideologia é difundida sobre os mais variados temas políticos, econômicos e sociais. Um dos principais autores do libertarianismo, Walter Block, defende em suas obras – plenamente difundidas por institutos como o Instituto Mises Brasil – a abominação do “homossexualismo”, da “bestialidade”, da prostituição e desses comportamentos, segundo ele “degenerados”, que em outros tempos “afugentavam os cavalos”, e que hoje não são proibidos pelo Estado – por isso, o libertário, no uso devido de sua liberdade individual, deve expressar as suas preferências (CASIMIRO, 2018b, p. 29-30).

No interior do libertarianismo, há uma série de outras variantes. Em geral, os libertários defendem a propriedade privada, com a alegação de que o indivíduo possui o direito natural de apropriar-se de quantidades desiguais de parte do mundo exterior: trata-se da liberdade individual de auto propriedade. Além disso, o libertarianismo defende vigorosamente o livre mercado e o modo de produção capitalista. Existem três grandes correntes no libertarianismo, dentre outras: anarcocapitalismo, libertarianismo miniarquista *laissez-faire* e libertarianismo vulgar. O anarcocapitalismo defende a completa eliminação do Estado, entendendo que a proteção do indivíduo é conquistada através do livre-mercado e da propriedade privada. O libertarianismo miniarquista *laissez-faire* defende que a única fun-

ção do Estado é garantir os direitos básicos da população, que para os seus defensores seriam a promoção da segurança pública, defesa do poder da polícia e da justiça. O libertarianismo vulgar seria o uso da retórica do livre mercado para defender implicitamente o capitalismo corporativo e a desigualdade social.

O libertarianismo originou-se na década de 1960, com Murray Rothbard (1926-1995) e o seu orientando, Hans-Hermann Hoppe (1949-), identificados como precursores dessa corrente que ficou conhecida, popularmente, como anarcocapitalismo. Tem como princípio-mor, acima de tudo, a defesa irrestrita da liberdade individual, que enseja na redução ou eliminação do Estado. Rothbard e Hoppe, por sua vez, pertenciam, respectivamente, à quinta e sexta gerações da Escola Austríaca¹, outra corrente neoliberal.

Além de uma doutrina, o neoliberalismo se materializa em marcos programáticos, defendidos pelo MBL, sobre os quais abordaremos a seguir.

MARCOS PROGRAMÁTICOS

No seu *Manual para filiados*, o MBL já delimita determinados marcos programáticos. A partir dos seus princípios e valores, o mesmo busca na prática defender contrarreformas pautadas na austeridade, tais como: “redução e simplificação da carga tributária”, “federalismo político e descentralização administrativa em respeito ao princí-

¹ A Escola Austríaca, também conhecida como Escola de Viena, possui uma série de gerações, sendo os seus precursores Frederic Bastiat, Juan De Mariana e Richard Cantillon. A primeira geração é composta por Carl Menger, o qual, em 1871, em sua publicação do *Grundsätze*, deu início a esta escola. Entretanto, ficará conhecida de fato a partir da década de 1930. Diante do contexto da Revolução Russa de 1917, do projeto keynesianista que vinha sendo implementado pós a crise de 1929, nascerá a terceira geração da Escola Austríaca, tendo como principal figura Ludwig Von Mises – a segunda geração é composta por Eugen Von Vöhm-Bawerk e Friedrich Von Wieser.

pio da subsidiariedade”, “autonomia contratual para o trabalhador”, “livre concorrência e livre iniciativa”, “fim do fundo partidário e do voto obrigatório”, “liberdade para a criação de partidos políticos, inclusive regionais”, “fim do alistamento militar obrigatório”, “fim das verbas de publicidade estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública”, “revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão”, “progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros”, “fim dos monopólios estatais e privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista”, “fim do BNDES e outros bancos públicos de fomento que servem apenas para gerar distorções no mercado e corromper agentes públicos”, “fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero”, “livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos” (CASTELLO, 2011, p. 14).

Será no contexto do seu primeiro congresso nacional, realizado em 2015, que os seus intelectuais irão melhor delimitar os marcos programáticos do partido. Para tanto, receberam um conjunto de documentos que compunha a plataforma colaborativa, o qual trazia propostas para uma série de temas, dentre eles: justiça, sustentabilidade, economia, política, cidade e serviços públicos.

As propostas foram na ocasião do Congresso debatidas e, a partir disso, foi construído uma síntese, a qual foi organizada a partir dos seguintes temas: educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. As propostas presentes neste documento compõem a base dos marcos programáticos do MBL para estes temas, a qual será adotada nos anos seguintes.

O eixo norteador das propostas baseia-se em pressupostos-chave neoliberais, dentre eles, destaca-se a desestatização da economia, retirando do controle do Estado um conjunto de empresas e responsabilidades, entregando-as para o setor privado. A procedência da esfera privada sobre a pública é uma das ideias-chave neoliberais, defendendo a máxima privatização de todos os setores da economia nacional. Como apontou Casimiro, trata-se de um mecanismo discursivo sempre afirmado e operacionalizado pelo conjunto da burguesia, de maneira que o setor privado é caracterizado como “sendo o espaço da ‘eficiência’, do ‘moderno’, da ‘racionalidade’ e do ‘dinamismo’ em oposição ao público, sempre apresentado como ‘atrasado’, ‘ineficiente’ e ‘patrimonialista’ (CASIMIRO, 2018a, p. 247).

Isto se materializa e se expressa nos marcos programáticos do MBL no caso da educação, por exemplo, através da criação do sistema de *vouchers*² para a educação. A legalização do *homeschooling*, ou, noutras palavras, ensino doméstico, é outra proposta do MBL para a educação que segue nesse caminho de desestatização e promoção do indivíduo livre no mercado (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b). A legalização do *homeschooling* foi negada no passado recente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois a Constituição Brasileira reconhece apenas o modelo de ensino público ou privado, cuja matrícula é obrigatória. Além de ser fruto da matriz neoliberal comentada anteriormente, com desdobramentos ampliadores da desigualdade social, comprometeria ainda a socialização das crianças, além de prejudicar a sua subjetividade.

² Durante o processo de enraizamento do neoliberalismo na América Latina, o sistema de *vouchers* foi implementado em alguns países latino-americanos. É o caso do Chile, no qual, durante a ditadura de Augusto Pinochet, em 1981, foi realizado uma reforma educação, através da qual, dentre outras medidas, implementou-se esse sistema. Isto provocou um grande aumento de instituições privadas, as quais estavam interessadas nas verbas públicas. Muitas escolas privadas cobravam mensalidades complementares aos *vouchers*, o que ampliou significativamente a desigualdade no país, provocando um verdadeiro “apartheid educacional”.

Já no que concerne as propostas para a saúde, a desmontagem de serviços públicos se expressa pela desburocratização de operadoras de planos de saúde, ampliando o campo de possibilidades de tais operadoras; extinção de tributos que incidam em produtos de origem privada para a saúde; e, uma das propostas mais agressivas, a substituição do Sistema Único de Saúde por um modelo similar ao alemão. O seguro saúde alemão é composto por um sistema duplo, em que parte dele é composto pelo seguro de saúde estatal (*Gesetzlicher Krankenversicherung*) e a outra parte pelo seguro saúde privado (*Privater Krankenversicherung*) (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

Apesar de o MBL defender em última instância a liberdade do indivíduo, ao mesmo tempo estabelece como proposta que no Brasil seja promovido um sistema de saúde similar ao da Alemanha, no qual é obrigatório que todas e todos tenham um plano de saúde. Isto evidencia não só a prevalência do setor privado sobre o público, como também o conceito de liberdade defendido por neoliberais como os intelectuais do MBL, em que a mesma só deve se materializar enquanto liberdade ao setor privado, ou, no linguajar neoliberal, liberdade de empreender.

Para as outras temáticas, a ideia-chave de desmonte de serviços públicos e privatização das empresas também se expressa. No que tange as propostas para a o tema “sustentabilidade”, o MBL defende privatizar e transformar em parcerias público-privadas (PPPs) os serviços de saneamento básico dos municípios, além de incentivos fiscais para indústrias ecoeficientes (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

O discurso da “sustentabilidade” é apropriado de diferentes maneiras, seja por aparelhos diretamente protagonizados pela burguesia, por conglomerados de mídia, empresas, ou por aparelhos pro-

tagonizados por intelectuais a serviço da burguesia. Concordando com Casimiro, “o argumento da sustentabilidade configura-se como arma simbólica na luta de classes entre as diferentes concepções de mundo em disputa e mecanismo de naturalização no conjunto dos valores e padrões de sociabilidade do capital”, de forma que seus defensores ressignificam “os conflitos em torno da apropriação territorial e da utilização de recursos naturais, em medidas adaptativas” e corretivas, as quais são “convertidas em noções como a de ‘empresa ambientalmente responsável’ ou de ‘consciência ambiental’ do indivíduo” (CASIMIRO, 2018a, p. 378).

A consagração de termos como “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” atendeu ao quesito de legitimação dos padrões de sociabilidade do capital. Tais relações de produção estabelecem que todos os recursos ambientais, culturais e humanos devem continuar sendo incorporados à lógica mercantil e concorrencial, através da qual as coisas valem pelo retorno que podem gerar e pelo potencial de exploração e expropriação. Contudo, traz consigo o discurso da sustentabilidade de que a lógica da anexação, da incorporação, da integração em favor de suposto “desenvolvimento” deve ser promovida de modo a fazer “melhor uso” dos chamados “recursos naturais”, desde que os lucros não sejam afetados.

Ainda no que diz respeito a defesa da prevalência do privado sobre o público, se vê propostas neste sentido para as outras temáticas, como reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. Defendem, por exemplo, a incorporação de programas sociais, como o bolsa família, para plataformas abertas, através das quais poderiam ser oferecidos e disponibilizados por quaisquer bancos, sejam eles públicos ou privados (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b). Defendem o fim da função social da propriedade, assegurando ainda mais a sua concentração.

No que concerne as propostas para transporte, defendem o fim de oligopólio de transporte urbano coletivo, promovendo a concorrência e o transporte alternativo, através da diminuição de impostos e pela desregulamentação (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

A desproteção de capitais nacionais também é uma das ideias-chave neoliberal, a qual está conectada ao princípio da liberdade de empreender, entendendo que através da competitividade a coesão emergiria via o fortalecimento dos grupos com melhores condições de oferecer um determinado produto que alcance um maior número de consumidores. Seus defensores entendem que os capitais nacionais devem concorrer livremente com os estrangeiros. Esta medida, no Brasil, foi aplicada de forma vertiginosa primeiramente no governo de Fernando Collor no início dos anos 1990. Isto levou a falência de uma série de indústrias brasileiras, com destaque para as do setor automobilístico.

As propostas que mais se enquadram nesta ideia-chave estão no campo da economia, para o qual o MBL defende que deve ser posto fim ao limite de 30% de participação de capital estrangeiro em veículos de imprensa, defende que o capital estrangeiro deve ser possibilitado investir em empresas de telecomunicação, além da defesa pela realização da inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, desregulamentando o mercado nacional para tanto (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

A desproteção do mercado nacional também faz junção ao ideário da privatização, o que se expressa pela extinção de tributos para produtos de origem estrangeira para a área da saúde, além da desburocratização da importação dos produtos, como medicamentos, aparelhos e materiais médicos e, acima de tudo, abertura do mercado hospitalar a empresas estrangeira.

A concepção de *liberdade de mercado*, isto é, ausência de empecilhos à, dentre outras coisas, relação capital/trabalho também se expressa nas propostas do MBL. É o caso, por exemplo, da proposta para a temática da economia que põe fim à seguridade estabelecida pelas Leis Trabalhistas, defendendo que estas deveriam ser alteradas de modo que o trabalhador pudesse ter o direito de renunciar aos benefícios assegurados por lei e aceitasse a negociação estabelecida pelo empregador.

Além disso, a remoção de direitos históricos e arduamente conquistados pela classe trabalhadora se materializa na proposta, também da temática economia, que defende o fim da suposta “insegurança jurídica” durante o processo de execução fiscal e trabalhista, isto é, fiscalização das condições de trabalho, por exemplo. Esta “insegurança jurídica”, na perspectiva dos intelectuais do MBL, não facilita o investimento nacional e internacional. Ou, noutras palavras, a garantia de vida às trabalhadoras e trabalhadores é algo que prejudica o investimento do capital nacional e estrangeiro (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

Existem ainda outras ideias-chave de origem neoliberal expressadas nas propostas do MBL, tais como a noção e aceitação de democracia apenas e tão-somente se ela possibilitar a aplicação da liberdade individual de empreender e o livre-mercado. Isto fica evidente com as propostas de redução da maioria penal, aumento do calibre do armamento das forças ostensivas do Estado, principalmente, da polícia (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b), dentre outras propostas que vão no sentido de criminalizar as regiões mais empobrecidas da sociedade, como as periferias.

É possível verificar, também, a aliança entre o conservadorismo e o pensamento neoliberal defendido pelo MBL na proposta de Escola Sem Partido, projeto que tem como objetivo, segundo os

seus protagonistas, inibir “a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

Vem sendo discutido há alguns anos, mas tomou grande alcance, principalmente, a partir de 2015 – mesmo ano em que ocorre o primeiro Congresso do MBL que aprovou este conjunto de propostas –, a apresentação do projeto Escola Sem Partido na forma de leis municipais, estaduais e federais. Esta institucionalização da censura tem como principal medida a obrigatoriedade da fixação nas classes de um cartaz com seis deveres dos professores, entre eles o de não “promover suas próprias preferências ideológicas”. Trata-se de uma medida oriunda da concepção de que as escolas e universidades foram tomadas pelo pensamento de esquerda, sendo necessário, diante disso, inibir uma suposta doutrinação realizada por parte das educadoras e educadores. Gabriel Paiva, por exemplo, observa que o Escola Sem Partido não é só um projeto por si só, mas também um Movimento que difunde as suas pautas e práticas como fundamentais para a organização da atual educação brasileira, no sentido de realizar combate à “doutrinação ideológica”, à “manipulação ideológica” e à “ideologia de gênero” (PAIVA, 2021).

A presença desta proposta nos marcos programáticos do MBL evidencia a influência do EPL sobre ele, considerando que o EPL foi criado, dentre outras razões, para combater a suposta hegemonia da esquerda nas universidades e escolas. Evidencia ainda a presença de pautas morais na agenda do MBL já em 2015, o que irá se arraigar nos anos posteriores, em especial, no contexto pré-eleitoral de 2018, quando se viu este aparelho realizando, dentre outras ações, o combate a uma exposição *queer* em um museu promovida pelo Banco Santander.

Outras propostas também estão diretamente relacionadas com o contexto de 2015: é o caso da medida, presente na temática economia, que propõe um limite para a dívida bruta do governo federal (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b). Neste ano, por uma série de fatores, a chamada dívida pública superou o número histórico de 50% do PIB, subindo 21,7% comparado ao ano anterior. Dentre outros fatores, isto origina-se do grande gasto realizado pelo então governo federal, presidido por Dilma Rousseff, com juros, os quais, por sua vez, foram oriundos do aumento na emissão de títulos públicos, grande parte dos quais para atender as desonerações de grandes e médias empresas. Foi uma das medidas da então presidenta de arregimentar apoio ao governo recém-eleito.

Outra proposta nesta linha de “otimização dos gastos” do Estado é a de orçamento base zero, o qual estabelece que cada orçamento precisa ser explicitamente aprovado, e não apenas as alterações ao ano anterior. Todo o orçamento, assim, é revisado e avaliado, a partir de uma “base zero”, independente do orçamento total do ano anterior (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

O conjunto de propostas que compõem a linha programática geral do MBL busca, portanto, naturalizar os valores da ideologia de mercado e aplicar, no interior do Estado em sentido restrito, noções e concepções como “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, reformulando-o e o reconfigurando, de modo a torná-lo “eficiente” aos interesses burgueses e do livre-mercado. Parcela considerável dessas propostas o MBL viu sendo aprovadas ao longo dos governos Temer e Bolsonaro, com as contrarreformas da previdência, trabalhista e na do teto de gastos, dentre outros retrocessos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental ressaltar que o neoliberalismo obviamente não se fortaleceu no Brasil unicamente com a atuação do MBL. Essa doutrina vem sendo há décadas implementada no país. O MBL, especificamente, também nunca atuou sozinho. Direta ou indiretamente, age junto a uma série de organizações, tais como Instituto Ludwig Von Mises e Instituto Millenium, além de partidos, como DEM e NOVO, grupos empresariais, dentre outros tantos setores da sociedade.

O MBL, junto a esse conjunto diverso de atores, atuou no sentido de fortalecer essa “liberdade” neoliberal, encarnada no ultra individualismo, essa espécie de autonomia que se estende não só para o âmbito social ou laboral, em que muitos trabalhadores compreendem que são “autônomos”, como também no aspecto intelectual, no sentido em que muitos acreditam estar pensando por si mesmos. Mas, não raro, o que fazem é reproduzir o discurso de seus algozes.

Embora o MBL tenha contribuído significativamente para o enraizamento do neoliberalismo no país, o entendimento aqui é de que na atualidade, no contexto brasileiro, o principal movimento fortalecedor dessa doutrina é o chamado bolsonarismo. O que se observa ao longo dos atos pró-impeachment é o crescimento de uma posição político-ideológica que mescla neoliberalismo com posições fascizantes, algo em que o MBL tentou nos anos seguintes tomar a frente, haja vista o seu posicionamento contrário a exposição “Queermuseu”, mas o movimento que de fato conseguiu sair à frente foi outro, o bolsonarista, e que já aparecia no período das manifestações pró-impeachment, encarnado nas ações dos grupos de extrema-direita, em especial os chamados intervencionistas, que defendiam a intervenção militar (CALIL, 2020). Nesses atos, o então presidente do país, Jair Bolsonaro, apareceu em uma série de oca-

siões e sempre foi recebido de braços abertos pelos manifestantes, enquanto outros políticos tradicionais eram vaiados.

Embora a agenda neoliberal estivesse sendo aplicada décadas antes, é a partir principalmente do golpe de 2016 que se vê uma profunda mudança de escala. Isto gerou uma ainda maior deterioração da vida da classe trabalhadora. Em consequência, gradativamente não era mais visto de bom-tom, pelas pessoas que seguiam o MBL, a defesa radical do neoliberalismo que seus líderes propugnavam. Esta organização, então, com o objetivo de não perder seguidores, passou a dar enfoque às pautas conservadoras, sem deixar, é claro, de apoiar a agenda neoliberal.

Mesmo fazendo isso, o MBL não conseguiu estar à frente do movimento que a partir de 2018 ficou conhecido como bolsonarismo. Diante disso, o MBL passou a perder seguidores a cada dia. Nas eleições de 2018, não chegaram a apoiar Jair Bolsonaro no primeiro turno, mas no segundo turno e nos primeiros meses do governo Bolsonaro não deixaram de apoiá-lo; e continuaram nos anos seguintes em medidas específicas, como no período da votação da contrarreforma da previdência.

O MBL recebeu significativa rejeição do “núcleo duro” do bolsonarismo quando, nos primeiros meses do governo Bolsonaro, rompeu com este. Isto fez com que a organização ficasse cada vez mais em baixa, estando hoje, após uma série de declarações profundamente lamentáveis e condenáveis³, em um dos seus momentos

³ Como exemplo de declarações como essas podemos citar o caso do áudio do *WhatsApp* feito por um dos, então, principais integrantes da coordenação nacional do MBL, Artur do Val (“Mamãe Falei”), que afirmou que as refugiadas ucranianas supostamente seriam “fáceis porque são pobres”. In: MUNHOZ, Fábio. Áudios atribuídos a Arthur do Val dizem que ucranianas “são fáceis porque são pobres”. *CNN Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/audios-atribuidos-a-arthur-do-val-dizem-que-ucranianas-sao-faceis-porque-sao-pobres/>. Acesso em 11/11/2022.

mais críticos. Não por acaso terem eleito um número menor de quadros para as câmaras legislativas nas eleições de 2022.

Mesmo estando em baixa, o MBL continua tendo presença constante nas redes sociais, com publicações diárias em todas elas e em diversos formatos. Possui grupos de discussão em redes sociais coordenados por seus membros, nos quais pode ingressar qualquer pessoa, pressupondo identidade de classe, funcionando como mecanismo de recrutamento de novos quadros. Promove, dentre outras ações, a “Locomotiva SP”, projeto através do qual percorre o estado de São Paulo protocolando projetos de lei de cunho neoliberal. Possui através de seus principais membros presença marcante na sociedade política, com cargos nas câmaras estaduais, na federal e no executivo. Apesar de ter rompido com o governo Bolsonaro, nunca deixou de apoiar as medidas deste que estavam de acordo com os seus marcos ideológicos e programáticos.

O MBL, portanto, não possui mais toda a visibilidade que teve em 2015, por exemplo, mas continua capaz de realizar recrutamento, produção do consenso e mobilização. Concordando com o historiador Flavio Casimiro, o MBL se tornou nos últimos anos “uma espécie de plataforma para o lançamento de candidaturas políticas de seus membros”. Além de atuar nas redes sociais na ação política de produção de consenso, mobiliza os seus instrumentos para a projeção de candidatos para a composição da sociedade política (CASIMIRO, 2020, p. 69).

A ação política do MBL é voltada para a pequena burguesia, em especial, para os jovens. É nesse fato que se encontra o papel fundamental dessa organização (CASIMIRO, 2018b, p. 33). Mantém diálogo com experiências como a do EPL, do qual se originou, e de outras organizações, como a estadunidense *Students For Liberty* e o Instituto Von Mises Brasil.

O MBL herdou o legado dessas e de outras organizações da direita atual. Recebeu suporte financeiro e logístico oriundo de grupos nacionais e internacionais, permitindo ao mesmo, dentre outras coisas, impulsionar as suas publicações constante e vertiginosamente nas redes sociais e ter estrutura para os seus quadros atuarem integralmente nas atividades da organização.

Com esse aparato, contribuiu para introduzir uma série de elementos novos. Dentre eles, articulou a organização de jovens para atuarem na mobilização política de pessoas em manifestações nas ruas de *bytes* e de asfalto, seja pelo Golpe, seja pela desocupação de escolas, dentre outras pautas. Foi ainda mais além se tornando uma plataforma de lançamento de jovens candidatos à sociedade política, que hoje atuam na produção de consenso e mobilização para a ação política não só nas redes sociais e em manifestações de ruas, mas também em câmaras legislativas municipais, estaduais e federal, no Executivo e até no Judiciário com o apoio que deram, por exemplo, a operação Lava Jato.

Não obstante isso, o MBL conseguiu captar para si o furor de rebeldia e antissistema de parcela da juventude. Diferentemente de outras épocas em que fazia parte da rebeldia o entusiasmo pelos projetos e ações da esquerda, na atualidade, não raro esta projeção é feita em personalidades da direita e, também, da extrema direita. O MBL logrou em se utilizar muito bem disso através de diversas estratégias, seja com os seus membros posando de ousados nas redes e na mídia, seja aliando a defesa do neoliberalismo com produções enfeitadas com elementos da cultura pop.

Outro fator que contribuiu para isso e para toda a projeção e alcance que atingiu o MBL foi o fato de que, organizações da direita atual, conseguem alcançar adeptos e produzirem consenso através da ação conjunta. Concordando com Casimiro, “mesmo possuindo

determinadas divergências intraclasse”, a direita atual consegue por diversos meios capilarizar “seus discursos em um movimento de reiteração e validação que produz uma aparência de verdade e que acaba sendo socialmente aceita”. Assim, continua Casimiro, “municiam suas atividades políticas com uma rede interligada e sofisticada de produção de consenso” (CASIMIRO, 2020, p. 69).

MBL conseguiu – e continua – se valer muito bem disso, tendo as suas produções e ideias reproduzidas por uma série de outras organizações, assim como repercutindo o que estas faziam. Tais organizações seriam o Instituto Ordem Livre, Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Mises Brasil, Instituto de Estudos Empresariais, dentre várias outras. Em relação aos grupos bolsonaristas, percebe-se uma rejeição ao MBL, diante do fato deste ter rompido com o governo. Por isso, desde o rompimento procura, além de fortalecer as conexões já realizadas, sinalizar para espectros mais ao centro, em busca de apoio. Chegou, inclusive, a realizar uma *mea-culpa* em 2019, admitindo que contribuiu para criar o contexto de polarização em que vivemos, pretensamente corrigindo sua direção apenas para manter no rumo voltado exclusivamente a seus próprios interesses. Tentou, assim, estar à frente do movimento de desilusão com o governo de Bolsonaro, já visando o protagonismo na construção de uma “terceira via”.

Diante dessa série de elementos, o entendimento aqui é de que a importância de publicar neste momento este trabalho sobre o MBL reside na relevância desta organização que, mesmo estando hoje em baixa e embora tenham feito a *mea-culpa*, nunca deixou de orquestrar a piora da vida da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-23, 1995.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

_____. Dominação burguesa e as organizações da Nova Direita no Brasil contemporâneo. *Revista História e Luta de Classes. Ano 14, nº 26, p. 24-34*, 2018b.

_____. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Rio de Janeiro, 2011. Tese de doutorado (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DIAS, Edmundo. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: _____. (et al). *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere – Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Manual de instruções para filiais municipais*. 2015a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

_____. *Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015*. MBL.ORG. 2015b. Disponível em: <https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

OSTERMANN, Fabio; TORRES, Juliano; MENEZES, Pedro. *I Manual dos Embaixadores. Estudantes Pela Liberdade*. 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12645366/i-manual-dos-embaixadores-epl-estudantes-pela-liberdade>. Acesso 07 de janeiro de 2021.

PANELLI, Luiz Felipe. Nova direita não deve aceitar ser chamada de neoliberal. *Folha de S. Paulo*. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/04/nova-direita-nao-deve-aceitar-ser-chamada-de-neoliberal.shtml>. Acesso em 06 de setembro de 2021.

PORTO, Lorena Ferreira. *Vão-se os reis, fica a colonização*: um estudo sobre a constituição da cidadania no discurso sobre a sociedade do Movimento Brasil Livre. Goiânia. 2022. Dissertação. Mestrado em Comunicação. Linha: Mídia e cidadania. Faculdade de Comunicação. Universidade Federal de Goiás. No prelo.

KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan Henrique Ferreira. Kim Patroca Kataguiiri e Renan Ferreira Santos: Leviatã agonizante. *Folha de S. Paulo*. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/03/1599525-kim-patroca-kataguiiri-e-renan-henrique-ferreira-santos-leviata-agonizante.shtml>. Acesso em 15 de abril de 2021.

VII

AS FRENTES DE ATUAÇÃO DO MESP: o site como lócus articulador do movimento (2013-2019)

Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva

As realizações educacionais no Brasil, historicamente, acompanharam o processo de consolidação da ordem capitalista, refletindo suas mudanças e contradições. Nas últimas décadas, grupos conservadores trabalham cotidianamente na construção de consensos em torno de uma normatização autoritária da educação. Na prática, as pautas e proposições do Movimento Escola Sem Partido (MESP), são difundidos como necessários e fundamentais para a organização da atual educação brasileira, em combate à “doutrinação ideológica”, à “manipulação ideológica” e à “ideologia de gênero”.

Ao propor a organização de uma vontade coletiva, divulgando suas concepções ideológicas como interesses comuns de todos os brasileiros, o MESP assume perspectivas fascizantes que resultam na negação dos avanços democráticos. Através de discursos aparentemente morais, suas ações são parte de uma série de medidas que se articulam ao projeto ultraliberal de economia, atacam os direitos das classes subalternas do corpo social ao militarem pela redução do Estado e pelo fim de suas responsabilidades sociais, reflete os inte-

resses de disputa por hegemonia de frações de classe dominantes na dinâmica da luta de classes e visa, através dos movimentos de contenção e imposição, frear os processos de democratização da educação, da secularização da cultura e de laicidade do Estado.

Neste artigo busca-se localizar o papel que cumpre o MESP no interior da frente liberal-ultraconservadora no Brasil e suas relações com outros aparelhos privados de hegemonia. Metodologicamente, a partir da mineração de dados do site do MESP, definido como “locus articulador” do Movimento, extraímos fontes passíveis de revelar as relações estabelecidas entre MESP e outros aparelhos privados de hegemonia.

As ações do Movimento Escola Sem Partido, no Brasil, são expressões do acúmulo de ideias de organizações da sociedade civil contemporânea e são forjadas no interior de aparelhos privados de hegemonia que encontram no Movimento um segmento ideológico. Consideramos o MESP, como parte integrante da frente liberal-ultraconservadora, o que potencializa a ação de outros aparelhos privados de hegemonia. O Movimento não possui um programa próprio e possui poucos intelectuais exclusivos do Movimento, mas passou a ser instrumento fundamental de outras organizações e seus intelectuais, que se utilizam da marca ideológica e do vocabulário do MESP na disputa hegemônica de projetos de Estado, especialmente, educacionais.

Ao disputar as orientações do Estado e ao tentar transformar interesses privados em públicos, aparelhos privados de hegemonia que se utilizam do instrumental ideológico do MESP, passaram a atuar de diversas maneiras na tentativa de construir um espectro de normalidade em torno de seus projetos orientadores. Neste artigo, apresentaremos uma análise das origens dos materiais divulgados no portal eletrônico do MESP, dos anos de 2013 a 2019, considerando

sua seção principal, por entender o site como lócus articulador e difusor de ideias do Movimento.

Deteremo-nos ao recorte mencionado e evidenciaremos, brevemente, as principais orientações, as relações políticas estabelecidas entre MESP e demais aparelhos privados de hegemonia no decorrer do período, as rupturas e continuidades em relação a etapa anterior. No recorte mencionado, de antemão, já podemos afirmar que o MESP realizou um giro estratégico. Foi neste período que o MESP apresentou seus primeiros anteprojetos de lei e passou a agitar a existência da “ideologia de gênero”, além da “doutrinação ideológica”. Entre 2019 e 2020, um novo giro estratégico foi adotado e pautas como *homeschooling* se tornaram prioridade para a frente liberal-ultraconservadora.

A relevância do Movimento poderá ser evidenciada na simples observação do tráfego orgânico do site, ou seja, na média de acessos, como consta no Gráfico 1. Essa métrica estima quanto tráfego de pesquisa orgânica o site, subseção ou página da web de destino obtém a cada mês.



Gráfico 1. Média de acessos – Tráfego orgânico (2016-2021).

Fonte. AHREFS. Coleta de dados do site www.escolasempartido.org. Pesquisa efetuada entre os dias 01/02/2021 e 28/02/2021.

Como levantamento inicial, de acordo com gráfico 1, desde o início do ano de 2017, o site do MESP recebeu média mensal superior a 10 mil acessos, razão também, pela qual identificamos o site como lócus articulador.¹ Entre os anos de 2016 e 2017, ocorreu um crescimento vertiginoso do tráfego orgânico do site e do número de domínios, o que combina com o número de capturas de alterações do site realizadas pela ferramenta Wayback Machine. 2016 também foi ano de postagens massivas dos Institutos Millenium e Liberal sobre os projetos ESP, em seus próprios sites. O crescimento no número de acessos ocorreu até o ano de 2019.

Foi nos primeiros meses do ano de 2017 e nos meses finais de 2019 que se deu o registro dos maiores picos de acesso ao site, aproximando-se da marca de 20 mil acessos mensais. A queda brusca de acessos no ano de 2020, combina com a queda de *backlinks*. Tais reduções podem ser explicadas a partir de duas possibilidades: o discurso do fim da atuação de Miguel Nagib no MESP ou um novo giro estratégico. Defendemos a segunda possibilidade.

Essa mudança de comportamento na difusão de conteúdos e informações ocorreu a partir de 2016. Para Casimiro, “para cada novo tema em disputa, que de alguma forma mobilize o debate social, é despejado um volume imenso de notícias, mensagens, frases, fotos e vídeos nas mídias sociais e aplicativos móveis, como uma verdadeira arma simbólica de produção de significados” (Casimiro, 2020, p.26).

Além do expressivo número de acessos, entre os anos de 2016 e 2019, o número de domínios, visualizados através de *backlinks*, e de páginas referenciadas aumentou exponencialmente. Cumpre esclarecer que *backlinks* nada mais são do que os *links* que um site

¹ Utilizamos para a o mapeamento de *backlinks* a ferramenta *Abrefs*, que trabalha com forte extração de dados na web e conta do robô comercial (crawler) mais ativo da internet depois do próprio Google. A ferramenta analisa mais de 9,6 bilhões de palavras-chave globalmente, 10 motores de busca e 171 países. Veja mais em <<https://ahrefs.com/>>.

recebe de domínios ou subdomínios que apontam para ele. Podem ser internos, no caso de apontamentos em páginas de um mesmo domínio, ou externos, no caso de conteúdos relevantes de outros sites. Geralmente, isso acontece quando um domínio encontra em um site externo um conteúdo que ele não tem ou possui interesse em divulgar. Ou seja, os *links* são posicionados estrategicamente em algum conteúdo que está recebendo ou apontando para algum site de relevância.

O motor de busca (Google, Yahoo, Bing) enxerga a qualidade dos *links* conquistados por um domínio como uma espécie de termômetro de popularidade e relevância. Com isso, tende a posicionar melhor aqueles que têm *links* mais interessantes.



Gráfico 2. Domínios (2016-2021).

Fonte. AHREFS. Coleta de dados do site www.escolasempartido.org. Pesquisa efetuada entre os dias 01/02/2021 e 28/02/2021.



Gráfico 3. Páginas referenciadas (2016-2021).

Fonte. AHREFS. Coleta de dados do site www.escolasempartido.org. Pesquisa efetuada entre os dias 01/02/2021 e 28/02/2021.

Os gráficos nos auxiliam na compreensão da importância dada ao site. Sob essa perspectiva, o site ganha ainda maior importância, já que é um canal de denúncias das supostas práticas de doutrinação e, portanto, podemos compreender que cumpre funções vitais para o MESP, a saber, sua organização e a captação e formação de seus adeptos.

Entendemos que tal identificação expressa uma intenção de transformar suas seções em eixos de mobilização de discursos que se relacionem ao discurso do MESP, condição que foi construída ao longo do tempo: uma rede extrapartidária, de articulação teórica, conceitual e discursiva entre vários autores, leigos ou não, em torno dos interesses comuns. Porém, da mesma forma que o MESP e seu site foram se constituindo como eixos em torno dos quais essas ideias puderam se articular, o próprio Movimento também foi se estruturando ao longo do tempo a partir dessas influências. Então, consideramos relevante mapear como esse sistema de circulação de informações se formou ao ponto de nos conduzir ao movimento que acompanhamos atualmente.

A partir das elaborações teóricas de Gramsci, estamos sugerindo ler esse agrupamento como aparelho privado de hegemonia, o qual se propõe a organizar uma vontade coletiva, divulgando suas concepções ideológicas como consensuais. Como vimos, entende-se que a atuação dos aparelhos privados de hegemonia se configura como ações partidárias à medida que esses aparelhos se pretendem organizadores de uma vontade coletiva e agem estrategicamente para implementá-la.

Sendo assim, podemos compreender, a partir do referencial teórico de Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia enquanto organizações que, através de seus intelectuais orgânicos, atuam como formuladores e difusores de uma determinada concepção de

mundo de sua classe, ou seja, atuam na organização da vontade coletiva de fração da classe dominante (Gramsci, 2004). Em Gramsci, os intelectuais orgânicos cumprem funções organizativas e conectivas.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é): 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no modo de produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é construído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2004, p.21).

A atuação partidária e, por conseguinte, a busca pela formação de consenso, segundo Gramsci, se dá através da “difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo” (Gramsci, 2004, p.205). Sob essa ótica, a atuação do MESP, através de seus intelectuais orgânicos, baseada na suposta neutralidade dos temas vinculados à educação, à família e a gênero, constrói uma relação consensual sobre a educação brasileira e a suposta massiva prática de doutrinação, mas que, em essência, representa basicamente os interesses de diversos grupos reacionários existentes na sociedade contemporânea e a tentativa de deslegitimar inicialmente os Governos do PT.

Importante salientar que, por mais que não exista uma adesão explícita de todos os intelectuais presentes nas páginas do MESP,

há elementos que se articulam entre si, como as críticas aos governos do PT, a doutrinação “comunista” na educação brasileira, a demonização de Gramsci e Paulo Freire e a responsabilização docente (*accountability*).

As ações do MESP são voláteis e, muitas vezes, difusas, em razão da sua organização em subgrupos nos quais a única centralidade parece estar nas postagens no site do Movimento. Entre os anos de 2013 e 2019, identificaremos mais uma vez um número expressivo de intelectuais presentes nas publicações dos *posts* principais e na seção “Artigos” que, embora não divulguem uma adesão explícita ao MESP, expressam-se como membros de outros aparelhos privados de hegemonia, como os Institutos Liberal, Millenium e Mises Brasil. Nessa perspectiva, segundo Colombo, o MESP, poderia ser caracterizado como

[...] uma frente de ação ideológica que é organizada pelo conjunto de APHs [...] assim como também reforça e compromete estes APHs – no sentido de fortalecer alianças no nível político-tático – com a ideologia na qual representa. Esta ideologia, [...] vem sendo expressa por uma ampla agenda da frente liberal ultraconservadora (composta por estes APHs) para a educação no Brasil (Colombo, 2018, p.150).

Partindo dessa leitura, por mais que possamos caracterizar o MESP como uma frente de ação ideológica, ainda se faz necessário identificar e traçar as relações dos intelectuais presentes nas páginas do site na sociedade civil e na sociedade política, já que os distintos aparelhos privados de hegemonia não atuam nas mesmas frentes, porém, possuem elementos programáticos que, quando combinados, formam o que estamos denominando de rede extrapartidária.

Os intelectuais, de inúmeros aparelhos privados de hegemonia que contribuíram, ou ainda contribuem, com materiais para o site do MESP realizaram e realizam formações, mantiveram colunas em jornais e revistas da grande imprensa, ou mesmo em páginas na internet e, principalmente, atuaram ou permanecem em ação, articulando outros aparelhos privados de hegemonia na tentativa de influenciar a opinião pública a pensar e agir a partir dos pressupostos defendidos pelo MESP. Já os intelectuais orgânicos, formuladores, sistematizadores e difusores da ideologia do Movimento também mantêm, ou mantiveram, vínculos com outros aparelhos privados de hegemonia.

Este panorama nos leva a perceber a necessidade do MESP de se constituir através de uma rede extrapartidária, pois sua atuação fragmentada corresponde à necessidade de um movimento fascista da contemporaneidade. Embora Miguel Nagib, mentor do MESP, tenha negado veementemente essa caracterização, o Movimento se organiza de tal maneira e a negação, a exemplo de outros aparelhos privados de hegemonia, serve para

[...] evitar sanções jurídicas diretas contra o centro de poder da rede (impedindo sua qualificação jurídica como “fascista”, no caso de não o relacionar diretamente com milícias e grupos de ação direta); consegue responder às complexificações do campo político, identificando através desta rede uma série de conhecimentos ideológicos necessários para a formação de vida pré-estatal (ou seja, dado o avanço ou retrocesso da conjuntura política e econômica, esta “atuação conjunta” do mesmo modo resguarda o centro da rede extrapartidária); forma uma rede tanto militantes orgânicos quanto de solidariedade em torno de si, buscando disseminar suas formulações ideológicas entre aparelhos privados de hegemonia, partidos e

organizações que compartilham crenças, símbolos e linguagem comuns; permite espaço para certa “pluralidade” interna, tanto em termos de bandeiras de luta específicas quanto formulações gerais, mas que podem vir a convergir, aqui especialmente em relação à crise aberta (mas que pode ocorrer em diversos termos, novamente, dependendo das necessidades impostas pela conjuntura) (Patschiki, 2012, 295).

Tal contexto nos permite afirmar que o Movimento manifesta uma necessidade orgânica de se aglutinar a partir de uma complexa rede extrapartidária, com intelectuais e aparelhos privados de hegemonia que, para Colombo, “cumprem distintos papéis nas disputas por hegemonia entre as frações de classe dominantes e também no âmbito da opinião pública”. Em suma, podemos perceber que, além de forjar uma suposta neutralidade em temas vinculados à educação, à família e ao gênero, na prática, o MESP atua “como representante e articulador de uma extensa trama de interesses políticos, ideológicos, liberais, ultraconservadores e reacionários” (Colombo, 2018, p.157).

2013-2019:

DAS JORNADAS DE JUNHO À ASCENSÃO DO MESP.

No ano de 2015, tornou-se mais evidente reconhecer um expressivo elemento na conjuntura política brasileira: “[...] organizações e agrupamentos claramente reacionários lograram êxito em realizar manifestações massivas, convocadas em defesa do afastamento supostamente constitucional da presidente da República [...]” (Calil, 2016, pp.205-206). Tais manifestações explicitaram uma capacidade de mobilização que, até então, a direita não possuía e convergiram com uma onda de aparelhos privados de hegemonia criados a partir

do início dos anos 2000, que passaram a atuar de forma mais incisiva, a exemplo do próprio MESP.

Das jornadas de junho de 2013 ao impeachment da presidente Dilma, ocorreu um avanço expressivo das ações do MESP, principalmente em relação às novas táticas definidas para sua expansão. As ações combinadas dos aparelhos privados de hegemonia, com destaque ao ano do impeachment, 2016, demonstraram que, segundo Frigotto, o “atual golpe instaurado no Brasil” seria uma nova estratégia para a interrupção de conquistas parciais da classe trabalhadora (Frigotto, 2017).

O fato de que os governos do PT não representaram rupturas, mas conciliação de classes, já que nenhuma reforma estrutural foi efetivada e que os empresários e o capital financeiro não foram confrontados, mesmo em contexto de crise, contribuiu para o ascenso não apenas do MESP, mas de uma infinidade de aparelhos privados de hegemonia que “reza a cartilha do fundamentalismo religioso e de mercado” (Frigotto, 2017, p.25). Para Frigotto:

As teses do Escola Sem Partido têm sua elaboração e desenvolvimento em setores cada vez mais amplos das forças que constituíram e consumaram o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 31/08/2016. Alguns de seus sinais já estão tendo efeitos práticos na sociedade e na escola, sob o signo do medo e da violência (Frigotto, 2017, p.33).

Desta maneira, podemos considerar 2016 como um ano de grande crescimento das ações do MESP, tanto em postagens, quanto em artigos e projetos de lei e também, na ampliação e divulgação de suas ações. Entretanto, não podemos deixar de lado todo o processo, iniciado a partir do aprofundamento da crise estrutural do capitalis-

mo em 2008, quando novas fissuras surgiram no interior do processo de recomposição burguesa no capitalismo mundial, contexto, para Colombo, “[...] em que o avanço da ofensiva liberal-ultraconservadora é observado em todo o mundo” (Colombo, 2018, p.137-138).

Não obstante, em 2013, a burguesia, “ancorada nas organizações locais e transnacionais, encontra terreno fértil para o avanço da disputa liberal-ultraconservadora na esfera intra-classe e no contexto da disputa da opinião pública” (Colombo, 2018, p.138). Na contramão de tal ascensão e em resposta ao avanço liberal, movimentos como a greve dos professores do Paraná, o triste 29 de abril de 2015 e as ocupações estudantis das escolas em 2015 e 2016, questionaram o modelo educacional que passava a ser aplicado e foram silenciados. Consequentemente, no ano de 2016, ocorreu o impeachment, conformando uma horda de elementos que “combinados foram os principais ingredientes para chegarmos à associação distorcida entre política e educação que se estabeleceu nos anteprojetos de lei [...]” (Bárbara; Cunha; Bicalho, 2017, p.107).

A REDE EXTRAPARTIDÁRIA:

MINERAÇÃO DE DADOS DE 2013 A 2019.

A partir de 2016, tornaram-se ainda mais visíveis as novas formas de atuação do MESP através do seu site. A técnica empregada para realizar a coletas de dados e relacionar sites é conhecida como *Web Crawler* ou *Spider*, que consiste em um dispositivo automatizado que verifica todos os *hiperlinks* de uma página base e que, para cada *hiperlink* encontrado, refaz a mesma verificação. Para realizar a análise do MESP foi usada a técnica de *Web Crawler*, valendo-se da plataforma chamada *Abrefs*.

Para a realização desta pesquisa, além da mobilização proporcionada pelo site do MESP, analisaremos os *links* de saída, ou seja, aqueles encontrados em um website que redirecionam o visitante para o website de um terceiro (externo), em nosso caso, os *links* presentes do site do MESP, direcionando para outros domínios. Tal tarefa nos auxiliará a compreender a origem de parte dos materiais postados no site em estudo para, em seguida, analisar os *backlinks*, ou seja, os *links* de sites externos que direcionam para o site do MESP, o que nos permitirá avançar na reflexão sobre os difusores das postagens do Movimento.

A mineração de dados nos permitiu visualizar 26.832 *links* de saída do MESP (entre estes resultados, contabiliza-se diferentes páginas do mesmo site), resultado a partir do qual podemos inferir a capacidade total deste movimento de gerir informações de pesquisa em suas mais variadas fontes, incluindo uma série de sites relacionados à esquerda, estatísticas oficiais, jornais nacionais e estrangeiros, sites e blogs políticos, etc. Após a obtenção destes dados, foram realizadas coletas através do *Web Crawler*, buscando verificar se existia ou não a difusão de tais postagens em outros sites, momento em que pudemos constatar a existência de 183.188 *links* reversos em 1001 sites.

Nesse intuito, buscamos dentre os resultados da análise dos *links* de entrada e saída aqueles referentes a postagens que foram consideradas denúncias, repúdios e respostas ao MESP, também postados pelo próprio MESP, além de sites que o combatem ou o discordam de seu conteúdo, mantendo aqueles que possuíam mais de 9 *links* referenciados.

Na Tabela abaixo é possível visualizar a influência recíproca constituída entre o MESP e diversos aparelhos privados de hegemonia: associações, institutos, grupos políticos e religiosos, indivíduos, dentre outros. Alguns sites podem possuir mais de um domínio, po-

rém, cumpre esclarecer que, metodologicamente, estamos analisando os domínios vinculados diretamente a sites e blogs. Por meio de tais ações, inclusive como o uso das próprias redes sociais, o MESP e demais aparelhos privados de hegemonia difundem e naturalizam sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe (Casimiro, 2020).

Domínios	Links de Saída	Descrição
programaescolasempartido.org	4024	Site do MESP que apresenta uma proposta de lei — federal, estadual e municipal.
abril.com.br	1980	Revistas da Editora Abril.
globo.com	312	Imprensa.
uol.com.br	308	Imprensa.
olavodecarvalho.org	198	Site do editor chefe do Mídia Sem Máscara Olavo de Carvalho.
gazetadopovo.com.br	194	Imprensa.
tomatadas.blogspot.com	126	Blog de Luis Lopes Diniz Filho.
estadao.com.br	120	Imprensa.
direitoepoliticadf.blogspot.com	44	Blog mantido por Welington Lucio Rego.
domluzbergonzini.com.br	41	Site de Dom Luiz Bergonzini de Guarulhos, São Paulo.
jornalopcao.com.br	40	Imprensa. Mantém postagens de José Maria e Silva
ricardocosta.com	36	Site mantido pelo historiador Ricardo da Costa.
oindividuo.com	36	Homepage de alunos de Olavo de Carvalho (PUC/RJ) e que mantém os artigos de Nelson Lehmann da Silva.
feemjesus.com.br	36	Site católico.
libertatum.blogspot.com	36	Blog mantido pelo colunista Klauber Cristofen Pires.
escolakids.com	36	Site da Rede Ominia, empresa goiana que administra portais da educação como o Brasil Escola e Mundo Educação.

Domínios	Links de Saída	Descrição
cancaonova.com	35	Site da comunidade carismática católica Canção Nova. Comunidade, de acordo com o portal, fundada por padre Jonas Abib e reconhecida pelo Pontifício Conselho para os Leigos como associação internacional privada de fiéis
conjur.com.br	32	Revista eletrônica Consultor Jurídico (ConJur).
institutoliberal.org.br	32	Site do Instituto Liberal.
criticanarede.com	32	A Crítica, de acordo com o portal, é uma publicação dedicada à filosofia, fundada em 1997, por Desidério Murcho.
fococristao.wordpress.com	32	Site Foco Cristão. De acordo com o portal, site criado para a busca da verdade à luz do evangelho.
juliosevero.blogspot.com	28	Blog mantido por Julio Severo.
bp.blogspot.com	28	Sem dados.
deolhonolivrodidatico.blogspot.com	26	Blog sobre políticas educacionais e ocorrências de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos.
filosofiacirurgica.com	25	Site Critérios: ideias e políticas em análise, mantido por Marcio Leopoldo Maciel.
bbc.com	24	Imprensa.
otambosi.blogspot.com	24	Blog mantido pelo colunista Orlando Tambosi.
midiasemmascara.org	21	Site mantido por Olavo de Carvalho.
r7.com	20	Imprensa.
terra.com.br	16	Imprensa.
bemparana.com.br	16	Imprensa.
dcomercio.com.br	16	Imprensa. Olavo de Carvalho publicou inúmeros artigos no site.
brasilecola.com	16	Portal de educação.
encontrandoalegria.blogspot.com	16	Blog aberto exclusivamente a leitores convidados.
geocritica.com.br	16	Site do geógrafo José William Vesentini.
hottopos.com.br	16	Revista Sociedade e Filosofia.
aluizioamorim.blogspot.com	14	Blog mantido pelo colunista Aluizio Amorim, jornalista politicamente incorreto.

Domínios	Links de Saída	Descrição
correiobrasiliense.com.br	12	Imprensa.
insper.edu.br	12	Site da Insper, instituição sem fins lucrativos, dedicada ao ensino e à pesquisa. Oferece cursos de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu, além de educação executiva e customizados.
puggina.org	12	Blog de Percival Puggina.
schwartzman.org.br	12	Site da família Schwartzman.
cubaarchive.org	12	Uma organização sem fins lucrativos constituída em Washington, D.C. em 2001, segundo o site, para promover os direitos humanos por meio de estudos e publicações.
obrasileouniverso.blogspot.com	12	Blog de Flavio Gordon.
escolasempartido.org.br	12	Site do MESP.
augustoaraujo.blogspot.com	12	Blog mantido pelo colunista Augusto Araujo.
prideias.blogspot.com	12	Blog de Priscila Aydar.
sapientiaetveritas.com	12	Site trata de temas da cultura ocidental, segmentados em diferentes manifestações: Artes Plásticas, Cinema, Educação, Filosofia, História, Literatura, Música, Política, Psicologia, Religião, Sociedade e Tecnologia.
brunobertolossidecarvalho.org	12	Blog de Bruno Bertolossi de Carvalho. Colunista da Gazeta do Povo.
reaconaria.org	9	Autodeclarado “O maior portal conservador do Brasil”, diz ser formado por um grupo de conhecidos que comungam de algumas ideias que propagam ideais de Liberdade, respeito à Lei e promoção das melhores políticas e costumes que construíram as mais justas sociedades de nosso tempo. Site desativado.
imil.org.br	9	Site do Instituto Millenium.
odiombar.blogspot.com	9	Blog de Odiombar Rodrigues.

Tabela 1. Rede extrapartidária do MESP: *Links de Saída* (2013-2020).
 Fonte. AHREFS. Coleta de dados do site www.escolasempartido.org. Pesquisa efetuada entre os dias 01/02/2021 e 28/02/2021.

A coleta de dados resultou na tabela 1 e evidencia a enorme influência de determinado corpo de intelectuais nas direções adotadas pelo MESP. Identifica-se que parte das postagens do site do MESP foram anteriormente disponibilizadas em outros domínios, o que se prova pela existência de *links* direcionados aos domínios ou diretamente aos artigos dos domínios da listagem acima.

A quantidade expressiva de compartilhamentos e *links* de sites de Olavo de Carvalho (olavodecarvalho.org), de seu canal (midiasem mascara.org) e outro canal de sua influência intitulado *Diário do Comércio* (dcomercio.com.br) mais uma vez denuncia a influência intelectual de Carvalho no MESP. Outras referências já nominadas como Nelson Lehmann da Silva (oindividuo.com), Luis Lopes Diniz Filho (tomatadas.blogspot.com), José Maria e Silva (jornalopcao.com.br), Percival Puggina (puggina.org) são provadas através da coleta.

Há outras influências até então não mencionadas, a saber: Wellington Lucio Rego (direitoepoliticadf.blogspot.com), Bruno Bertolossi de Carvalho (brunobertolossidecarvalho.org), Ricardo da Costa (ricardocosta.com), Julio Severo (juliosevero.blogspot.com), Augusto Araujo (augustoaraujo.blogspot.com), Aluizio Amorim (aluizioamorim.blogspot.com), Orlando Tambosi (otambosi.blogspot.com), Priscila Aydar (prideias.blogspot.com), Odiombar Rodrigues (odiombar.blogspot.com).

A influência religiosa no movimento é um elemento de destaque, vide o compartilhamento de textos e *links* direcionados a sites como da Canção Nova (cancaonova.com), de Dom Luiz Bergonzini (www.domluizbergonzini.com.br), e Foco Cristão (fococristao.wordpress.com). Já a influência empresarial, compreendida como a essência originária do MESP, é explicitada com os compartilhamentos de materiais dos Institutos Liberal (institutoliberal.org.br), Millennium (imil.org.br) e Insper (insper.edu.br). Assim, as reais orienta-

ções do MESP são mais uma vez desenhadas através da mineração de dados do site do Movimento.

Como parte do giro estratégico adotado pelo MESP, a partir de 2013, será possível perceber que, diferentemente do ocorrido na primeira década do MESP, a relação Movimento e outros aparelhos privados de hegemonia, perceptível inicialmente nas relações originárias do MESP e seus primeiros contatos, tornou-se pública. Foi nos anos de 2013 a 2019 que Institutos Liberal, Millenium e outros, passaram a ter *links* hospedados no site do MESP direcionados aos seus e passaram a dialogar publicamente com os projetos do MESP. Os *links* presentes no site do MESP são direcionados aos artigos ou mesmo a página inicial dos aparelhos privados de hegemonia mencionados.

Excluímos da tabela os *links* de saída direcionados às redes sociais, já que não seria possível, através das ferramentas que utilizamos, separar as postagens por perfil de origem. O site do MESP possui 7919 *links* direcionados a postagens realizadas via Whatsapp, 260 *links* do Twitter, 174 *links* direcionados a postagens realizadas no Facebook, 100 *links* direcionados a posts do Instagram e 329 *links* direcionados ao Youtube. Em seguida, observaremos a listagem dos *backlinks*, ou seja, os grupos e sites que compartilharam as informações postadas no site do MESP ou geraram *links* de seus sites direcionados para o do MESP.

Na sequência, observaremos a tabelas de *backlinks*, *links* de entrada, ou seja, os *links* de sites externos que direcionam para o site do MESP:

Domínios	Links de Entrada
http://velhocomandante.blogspot.com/	21416
https://aluizioamorim.blogspot.com/	15255
http://cavaleirodotemplo.blogspot.com/	11722
https://patriota1964.blogspot.com/	9306
http://mccouto.blogspot.com/	8362
http://mundosujo-tikal.blogspot.com/	7441
http://blogsem mascara.blogspot.com/	5945
http://toma-mais-uma.blogspot.com/	5859
http://profemazucheli.blogspot.com/	5770
http://defesa-hetero.blogspot.com/	5265
http://midiaemalerta.blogspot.com/	3720
http://acdv-socialismo.blogspot.com/	3695
http://resistencia militar.blogspot.com/	3644
http://farfalline.blogspot.com/	3605
http://capitalismo-social.blogspot.com/	3396
https://blog.karaloka.net/	3364
http://eugeniorezendedias.blogspot.com/	3295
http://egopoliticus.blogspot.com/	3035
http://www.andreassibarroto.org/	2515
http://pobrepampa.blogspot.com/	1789
http://esquadrinhando.blogspot.com/	1545
http://profeciasretrospectivas.blogspot.com/	1515
http://la3.blogspot.com/	1338
http://primeirograu.blogspot.com/	1278
http://lenibeatriz.blogspot.com/	1212
http://blogdoweiss.blogspot.com/	1174
https://professorfariahistoria.blogspot.com/	1153
http://gustavo-livrexpresso.blogspot.com/	1124
https://grandeprojetobrasil.blogspot.com/	1027
https://bibliotecasobreconservadorismo.blogspot.com/	949
http://portugalprovida.blogspot.com/	861

Domínios	Links de Entrada
http://tocadocoelhovoador.blogspot.com/	826
http://rascunhodenotas.blogspot.com/	818
http://anemacore.blogspot.com/	801
http://a-ponte-aponte.blogspot.com/	786
http://augustoaraujo.blogspot.com/	784
http://amicitraditionis.blogspot.com/	776
http://movimentoeticaja.blogspot.com/	764
http://normabraga.blogspot.com/	693
http://joselamartine.blogspot.com/	589
https://simplesmentefedora.blogspot.com/	509
http://ensinoespirita.blogspot.com/	498
http://expressaototal.blogspot.com/	474
http://tomatadas.blogspot.com/	465
http://caosapolitica.blogspot.com/	444
http://comediaglobale.blogspot.com/	410
https://averdadesufocada.com/	402
http://lidosevidos.blogspot.com/	385
http://voosempouso.blogspot.com/	380
http://www.marcelobessa.com.br/	376
http://wellblog-observador.blogspot.com/	376
https://diplomattizando.blogspot.com/	372
http://juareznogueira.blogspot.com/	362
http://ordemlivre.org/category/blog?p=1812&page=118	360
http://vacaatolada.blogspot.com/	302
http://papoecia.blogspot.com/	293
http://vidaortodoxa.blogspot.com/	289
http://blogdocetico.blogspot.com/	280
http://infantividades.blogspot.com/	268
http://sergipano.blogspot.com/	261
http://palavrasoutras.blogspot.com/	260
http://conservadormoderado.blogspot.com/	246

Domínios	Links de Entrada
http://vigilantecarl.blogspot.com/	240
https://cientistasp.blogspot.com/	216
http://asmirtrescoracoes.blogspot.com/	200
http://fedoraereinaldo-2009-2017.blogspot.com/	194
http://bernardowdayrell.blogspot.com/	185
http://horasextremas.blogspot.com/	179
http://fedoraereinaldo.blogspot.com/	178
http://occalertabrasil.blogspot.com/	177
http://www.anatolli.com.br/blog/	174
https://sofiacavedonpt.blogspot.com/	167
http://policiajudiciariaindependente.blogspot.com/	160
http://sagaztutuia.blogspot.com/	149
http://notalatina-back.blogspot.com/	136
http://alkimistasdobrasil.blogspot.com/	110
http://livre-pensamento.blogspot.com/	110
http://renamdiaz.blogspot.com/	107
http://videosconservadores.blogspot.com/	107
https://links.fluxo.info/bookmarks/polart/@educação+legislação	107
http://fides.blogspot.com/	105
http://noiteinterminavel.blogspot.com/	100
http://mundividencia1.blogspot.com/	99
http://www.leonardofaccioni.org/	91
http://mh2pralf.blogspot.com/	85
http://fabiomoraes.blogspot.com/	82
https://simplesmentefedora.blogspot.com/p/para-reflexao.html	77
http://proliberdade.blogspot.com/	75
http://direitadaucs.blogspot.com/	73
http://blogdoestanqueiro.blogspot.com/	61
http://conservadorbrasileiro.blogspot.com/	61
http://garciarothbard.blogdrives.com/	56
http://christianviewer.blogspot.com/	55

Domínios	Links de Entrada
http://ensinandodireita.blogspot.com/	53
http://salmo12.blogspot.com/	47
http://agathon2009.blogspot.com/	46
http://petralhascaricatos.blogspot.com/	46
http://sucramrjster.blogspot.com/	41
http://gtmacalossi.blogspot.com/	35
http://marcelobessacabral.blogspot.com/	34
http://naviadosaber.blogspot.com/	30
http://oteocrata.blogspot.com/	30
http://defesa-hetero.blogspot.com/	27
https://coletivobereia.com.br/author/nairalazaro/	27
https://jewjewjew.com/aos-pais.kosher	27
http://pedagogiareformada.blogspot.com/	26
http://professorredgarbomjardim-pe.blogspot.com/	26
http://darkabysses.blogspot.com/	22
http://ytumadretambien.blogspot.com/	15
http://faccioni.blogspot.com/	12
http://ambiguosonoros.blogspot.com/	12
http://zacaron.blogspot.com/	12
http://antigramsci.blogspot.com/	10

Tabela 2. Rede extrapartidária do MESP: *Links de Entrada* (2013-2020).
 Fonte. AHREFS. Coleta de dados do site www.escolasempartido.org. Pesquisa efetuada entre os dias 20/05/2020 e 22/05/2020.

Com mais de 17 mil *links* de entrada, o blog <http://velhocomandante.blogspot.com/>, criado no ano de 2011, não possui muitos detalhes em sua descrição. Em seu perfil, consta apenas as seguintes informações pessoais: nome Carvalho, profissão militar e local Três Corações, estado de Minas Gerais (Velho Comandante, 2020). Porém na apresentação do blog há o seguinte texto:

É com grande satisfação que, convidamos a todos para participar de nossa viagem em busca da boa informação, levando aos nossos navegantes, seguidores, amigos e parceiros o melhor que existe em notícias do Brasil e do mundo para que possamos ficar sempre atualizados. Nosso trabalho, feito de forma totalmente desinteressada, e, despreziosa, tem como único objetivo nossa satisfação pessoal e de nosso público. Agradecemos desde já o apoio e a compreensão de todos, nos colocando sempre à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Aos antigos navegantes, velhos lobos do mar, queremos enfatizar que é um em prazer termos vocês em nossa seleta tripulação. Aos novos nautas, gostaríamos de agradecer pela a oportunidade e afirmar-lhes que sempre serão bem-vindos em nossas incursões pelo universo das notícias. Esperamos singrar em mar de almirante, e que nossa derrota seja avissareira e proficua para o Brasil, nos contemplando com o renascer de nosso valoroso povo e seu retorno aos caminhos da união, crescimento, harmonia e felicidade. Todos a bordo... Detalhe especial para o mar. Guarnecer postos de suspender e fundear! Que todos tenhamos uma excelente viagem! (Velho Comandante, 2020, s.p.).

Sem nenhuma informação mais objetiva sobre o seu responsável, o “Velho Comandante”, possui *links* com outro sites e blogs como *A Verdade Sufocada*, *Academia Brasileira de Defesa*, *Alerta Total*, *Aluizio Amorim*, *Ataque Aberto*, *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, *Conspiratio 3*, *Defesonet*, *Diário do Poder*, *Escola Sem Partido*, *Instituto Liberal*, *Instituto Millenium*, *Jornal Inconfidência*, *Mídia Sem Máscara*, *Museu Vítimas dos Comunistas*, *O Antagonista*, *Olavo de Carvalho*, *Patriota 1964*, *Percival Puggina*, *Pesadelo Chinês*, *Portal Conservador*, *Resistência Democrática*, *Revista Sociedade Militar*, *Ter- num - Terrorismo Nunca Mais* (Velho Comandante, 2020).

Criado em 2006, o segundo blog com mais *links* de entrada é mantido pelo colunista Aluizio Amorim, autodenominado jornalista politicamente incorreto. No site LinkedIn consta que Amorim é “um intelectual politicamente incorreto e que acredita na democracia e na liberdade política e econômica, bem como no sistema de produção capitalista” (LinkedIn, 2020). Já no perfil de seu blog consta que Amorim é:

[...] catarinense e atua profissionalmente em Florianópolis. É jornalista e graduado em Direito pela UFSC onde também concluiu o Mestrado na mesma disciplina. Trabalhou por muitos anos na imprensa diária em Florianópolis, dedicando-se depois ao jornalismo empresarial com passagem pelo magistério. Atualmente exerce consultoria em comunicação e possui um blog com atualização diária [...] É autor de Nazismo em Santa Catarina e Elementos de sociologia do direito em Max Weber (ambos pela Ed. Insular/Florianópolis, 2000 e 2001, respectivamente) tendo também participado da coletânea de ensaios Gramsci: estado, direito e sociedade (Ed. Letras Contemporâneas/Florianópolis, 1995). (Amorim, 2020, s.p.).

O blog de Aluizio Amorim mantém lista de *links* muito semelhante à do blog anteriormente citado. Seus *links* são intitulados “Bons links” e na lista se encontram *links* variados como: Articulação Conservadora, Blog Família Bolsonaro, Defesanet, Direita TV, Escola Sem Partido, Herói Bolsonaro, Instituto Liberal, Jair Messias Bolsonaro, *Libertatum*, Marxismo Cultural, Mídia Sem Máscara, Museu do Holocausto, *Olavo de Carvalho*, The Catholic World Report, Verdade sobre Cuba!, Zap Bolsonaro (Amorim, 2020).

Intitulado “Cavaleiro do Templo”, o blog <[214](http://cavaleirodo-</p></div><div data-bbox=)

templo.blogspot.com/>, criado em 2007, possui mais de 11 mil *links* de entrada, relacionados ao site do MESP e é mantido por Alex Brum Machado, também intitulado “Cavaleiro do Templo”. Em seu perfil constam as seguintes características:

Conservador, o que quer dizer, entre outras coisas, jamais um revolucionário. Sou pesquisador de e em fontes de informações honestas. Conhecimento não ocupa espaço e já foi dito que “quem não tem visão histórica do passado tem visão histórica do futuro”. Para não enlouquecer, o homem de bem busca os fatos e assim consegue sua “liberdade através da eterna vigilância (Cavaleiro do Templo, 2020, s.p.).

Em linhas gerais, são sites e blogs que defendem as mesmas premissas do MESP, como a existência de um possível ascenso comunista no Brasil e no mundo; a defesa da família patriarcal; o golpe de 1964 como a “revolução” contra o comunismo; a inexistência de uma ditadura de 1964 a 1985; a defesa do livre armamento; defesa do conservadorismo nas tradições e costumes; a implacável necessidade de acabar com a influência da esquerda, especialmente nas escolas; o controle docente e a defesa de um ultraliberalismo. Importante frisar que o site do Coronel Brillhante Ustra, <https://averdade-sufocada.com/>, aparece na tabela acima com 402 links.

Mesmo não tendo mais de 10 *links*, é importante mencionar que no endereço <<https://www.institutoliberal.org.br>>, site do Instituto Liberal, há 2 *links* direcionados para o site do MESP. Diferente da coleta anterior, aqui temos o Instituto Liberal, em suas postagens, inserindo *links* diretos ao site do MESP. No texto de Luan Sperandio, intitulado “Discernimento e Liberdade” (Sperandio, 2014), há um *link* direcionado ao texto intitulado “A doutrinação ideológica nas escolas” (Sperandio, 2017) e no texto do mesmo autor, intitulado

“Por que os brasileiros estão adotando cada vez mais a educação domiciliar?” há um link direcionado a página inicial do site do MESP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da metodologia utilizada, com destaque ao resultado da mineração de dados, tornou-se nítida a unidade forjada pelos aparelhos privados de hegemonia, na disputa hegemônica de produção e consolidação de poder. A partir do referencial teórico de Gramsci, a atuação pela direção do Estado, em sentido ampliado, é realizada por organizações, como o MESP, que cumprem o papel de produzir táticas de acomodação e conformismo, reproduzindo-as consensos em torno de um possível modelo ideal de educação e de sociedade.

Localizar o MESP, como impulsionador, base ideológica da frente liberal ultraconservadora, tornou-se ainda mais relevante, já que é justamente tal frente que reúne setores expressivos do denominado “bolsonarismo”, como religiosos, militares e a lumpemburguesia, e, a partir de aparelhos privados de hegemonia, como Institutos Liberal e Millenium, tem atuado ampliado seu horizonte de atuação. É o discurso do novo, de pauta fascistizante, orientado, planejado e difundido por intelectuais que se tornaram referência na política contemporânea brasileira como, por exemplo, Olavo de Carvalho, que expressa muitos dos anseios dessa base social tecida no ultraconservadorismo.

Porém, mesmo estruturado no ultraconservadorismo, o MESP foi costurando suas alianças e sua pauta de acordo com a conjuntura política. Assim, identificamos três grandes fases de atuação do MESP. A primeira fase possuiu como recorte a primeira década do MESP, período no qual se identificam as origens e o mito de funda-

ção do MESP por Miguel Nagib e outros intelectuais, a existência da rede extrapartidária do MESP e suas articulações com aparelhos privados de hegemonia. Na segunda fase, de 2014 a 2019, identificamos o primeiro giro tático do MESP, com a apresentação de anteprojetos de leis e suas tentativas de aprovação em diferentes instâncias, as mudanças no próprio site, com o crescimento vertiginoso do tráfego orgânico do site e do número de domínios, a ampliação da rede de apoio, especialmente em 2016, ano da marcha em defesa do Projeto ESP, organizada pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Já na terceira e atual fase, um novo giro tático iniciado entre os anos de 2019 e 2020. No ano de 2020, Miguel Nagib divulgou discurso de desligamento do MESP, porém, concomitantemente tivemos o avanço de pautas, como, por exemplo, o *homeschooling*, sempre presente em discursos do MESP, Institutos Liberal e Millenium.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Aluizio. *Perfil*. Disponível em <<https://www.blogger.com/profile/15984589317476624281>>. Acesso em 13/10/2020.

BÁRBARA, I.S.M.S.; CUNHA, F.L. da.; BICALHO, P.P.G. de. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

CALIL, Gilberto. Estado, Capitalismo e Democracia no Brasil recente. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; SILVA, Marcio A. Both (Org.). *Ditaduras, Transição e Democracias: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CAVALEIRO DO TEMPLO. *Perfil*. Disponível em <<https://www.blogger.com/profile/07231127692681455201>>. Acesso em 13/10/2020.

COLOMBO, Luiza Rabelo. *A frente liberal ultraconservadora no Brasil: Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LINKEDIN. *Aluizio Amorim*. Disponível em <<https://br.linkedin.com/in/aluizio-amorim-85994536>>. Acesso em 13/10/2020.

PATSCHIKI, Lucas. *Os litores da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)*. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, 2012.

VELHO COMANDANTE. *Perfil*. Disponível em <<https://www.blogger.com/profile/10112344924781571434>>. Acesso em 13/10/2020.

VIII

O PAPEL DA GRANDE MÍDIA E AS RAÍZES DO PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO: o “discurso do medo” do jornalismo policial sensacionalista

Mariano Luis Sánchez

As empresas de comunicação cujo público-alvo são as classes C, D e E, oferecem programas televisivos, de rádio, jornais e revistas ditos “populares”, que imediatamente são catalogados como sensacionalistas. No caso particular do jornalismo dito popular, busca atrair audiência tratando do cotidiano dessas classes, segredos ou escândalos dos famosos e a ineficácia do Estado em resolver os problemas da população. Porém, seguindo nestes comentários Márcia Franz Amaral, “todo processo de comunicação é sensacionalista [...] por sublinhar os elementos mais palpitantes da história para seduzir o leitor” (AMARAL, 2021, p. 20). Como consequência, o sensacionalismo remete a uma “linguagem específica que remete ao inconsciente dos consumidores e atende a necessidades psicológicas coletivas” (AMARAL, 2021, p. 16).

De acordo com Sergio Paulo Rouanet, há uma correspondência entre os símbolos oferecidos pela cultura de massas e certa demanda efetiva desses símbolos, “uma estrutura imaginária articulada em torno de certas fantasias nucleares” (ROUANET, 1990, p. 261),

onde a natureza desses símbolos constituiria “uma via indireta para repertoriar as fantasias da classe baixa, destinatária principal da cultura de massas.” (ROUANET, 1990, p. 260). Por conseguinte,

não teríamos dificuldade em reconstruir essas fantasias, partindo da descrição freudiana que supõe sua inserção em contextos reais, base necessária para a fabulação reificadora da realidade. A base real é evidente: pobreza, insegurança material, exploração sexual, agressividade reprimida, incapacidade de determinar seu próprio destino. Todos esses elementos são partes integrantes do campo de experiência em que se enraíza o trabalho do imaginário. A partir desse campo, podemos inferir a existência de várias fantasias, em estado puro ou amalgamadas pela condensação: a fantasia arquetípica da moça pobre que faz um casamento rico, realização de desejo que exprime, ao mesmo tempo, a impossibilidade, na vida real, de ascender socialmente, e a impossibilidade de realização afetiva; a fantasia de vingança, em que o agressor é punido [...]; *fantasias agressivas de natureza sadomasoquista, determinadas pelo ressentimento e pelo desejo de punição e autopunição, e que criam a demanda pela reportagem policial sensacionalista, que de resto, em muitos casos, descreve as realidades quotidianas do seu meio [...]*; fantasia de riqueza, de ascensão social, que desperta o interesse pelas imagens publicitárias; fantasia mágica, de dispor de um guia celestial capaz de orientar nas situações práticas da vida, que se exprime na observância dos conselhos dos astrólogos, e cuja base real, da qual a fantasia é o reflexo invertido, é uma existência sujeita a determinismos tão inalteráveis como os que regem a trajetória dos astros. (ROUANET, 1990, p. 261, grifos nossos).

Destaca-se nesta enumeração a terceira fantasia listada, referida àquelas fantasias agressivas de natureza sadomasoquista, que

revelam o chão sobre o qual opera o potencial fascistizante do discurso dos programas policiaiscos. Porque em relação ao resto, elas podem ser apresentadas pelo jornalismo popular sob as figuras do melodrama, do folhetim e do grotesco, que tanto informam quanto entretêm, mesmo podendo validar preconceitos e discriminações (AMARAL, 2021, p. 70-77). Porém, “A prática sensacionalista é também nutriente psíquico, desviante ideológico e descarga de pulsões instintivas”, e isto devido a que as reportagens sensacionalistas “sentimentalizam as questões sociais, criam penalização no lugar de descontentamento e constituem-se num mecanismo reducionista que particulariza os fenômenos sociais” (AMARAL, 2021, p. 21).

O sensacionalismo deixa de ser uma mistura de entretenimento com informação duvidosa e se revela como um discurso fascistizante quando a pauta da reportagem não são os escândalos dos famosos ou sorteios e prêmios, mas o tema é a violência. Quando os comentários dos apresentadores dos programas policiaiscos se encontram com aquele universo social de fantasias agressivas de natureza sadomasoquista, o discurso dos programas sensacionalistas funciona como um dispositivo comunicacional que, por meio de um punitivismo reducionista, apresenta um mundo baseado na insegurança e na violência descontrolada que demanda medidas de exceção, transformando-se em um vetor fascistizante da cultura.

“Se ele atirou é porque o bandido estava armado. E fez muito bem. Não sei se os caras apontaram uma arma para o policial, não vi. Provavelmente, sim” (DATENA, 2015 *apud* CARVALHO, 2020, s./n.), narra com entusiasmo José Luiz Datena, sobre uma “reportagem do programa *Brasil Urgente* (2022-a) que ficou famoso por este caso, em junho de 2015, enquanto a tela mostrava imagens de um helicóptero com policiais perseguindo suspeitos de um assalto. *“A polícia vem atrás, em velocidade atrás dos marginais, que coisa ter-*

rível isso aí! Que imagem! Que imagem impressionante!” (DATENA, 2015 *apud* CARVALHO, 2020). Igor Carvalho, que resgata estes comentários de Datena, conta como finaliza a reportagem:

Após alguns minutos de perseguição, os suspeitos perdem o controle da moto e caem. Imóveis, os dois não esboçam reação. Porém, um dos policiais vai até eles e dispara quatro vezes, à queima-roupa. A imagem volta para Datena, que defende a ação do agente (DATENA, 2015 *apud* CARVALHO, 2020).

Concluindo com as palavras acima citadas: *E fez muito bem*. De acordo com Márcia Franz Amaral,

Em geral, o sensacionalismo está ligado ao exagero; à intensificação, valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão do conteúdo pela forma [...] O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como a superposição do interesse público; a exploração do sofrimento humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos públicos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os julgamentos e a invasão de privacidade tanto de pessoas pobres como de celebridades, entre tantas outras.” (AMARAL, 2021, p. 21).

Contudo, como esta autora afirma, se todo jornalismo é sensacionalista, qual seria a diferença entre o jornalismo dito sério e o jornalismo popular? A diferença radicaria na *intensidade*, uma vez que “O sensacionalismo é o grau mais radical de mercantilização da

informação” (AMARAL, 2021, p. 20). Esta é a lógica que organiza o discurso daqueles programas cujas reportagens se alimentam da violência, mas que, por sua vez, a *re-apresentam* midiaticamente, produzindo um discurso por sobre essa mesma violência. O pressuposto de que todo jornalismo é sensacionalista, em maior ou menor grau, implica descartar a ideia de que existiria uma notícia pura, neutra ou isenta, como mero reflexo da realidade. Ao contrário, trata-se sempre de um discurso, uma tradução da realidade constituída de formas narrativas específicas, que produzem sentidos, significados, e nesse sentido, são construtores da realidade pública (AMARAL, 2021, p. 23).

Certamente, o discurso dos programas sensacionalistas está composto de uma série de elementos *técnicos*: o texto verbal do programa em si, a figura do apresentador, o contexto comunicativo (reportagens ao vivo), as formas de apresentação da notícia (cuja dramaticidade se funda na sua urgência) e a relação com as fontes de informação (contato direto com as forças policiais) (Cf. OLIVEIRA, 2014). Mas o potencial fascistizante acima apontado não se explica unicamente pelo uso *intensificado ao extremo* do sensacionalismo. Há uma outra dimensão mais estrutural que constitui a esfera da cultura e da comunicação nas sociedades modernas, e que permite entender como o fascismo, antes do que uma exceção, é uma possibilidade sempre latente na ordem do capital.

Em algumas reportagens policiais, as imagens não mostram o delito cometido por um suposto delinquente (a violência como problema), mas na verdade mostram a própria polícia perseguindo, capturando ou até eliminando o criminoso em uma troca de tiros (a violência como resposta), (como exemplo, BRASIL URGENTE, 2022-b).

Estes dois registros televisivos da violência se veem facilitados pela presença cada vez mais comum e até banal da morte nas telas, seja nos programas policiais, onde a dramatização é a moldura do delito, quanto no jornalismo de referência.

Segundo Eugênio Bucci, uma nova imagem da polícia foi difundida no Brasil pelos programas policiais a partir dos anos 1990, estabelecendo uma “parceria viciosa: os policiais ganharam visibilidade entrando no papel de heróis da força bruta; e as câmeras do sensacionalismo ganharam imagens gratuitas correndo atrás das viaturas” (BUCCI, 2004, p. 113), tendo como consequência que

o sensacionalismo policial na televisão contribuiu para o aumento da brutalidade dentro da própria polícia. Ela se julgava adorada à medida que aparecia agindo, ou seja, batendo, prendendo e atirando. Quanto ao telespectador, queria dos programas exatamente isso: brigas, tiros, pancadaria (IDEM).

Deste modo, o sucesso dos programas policiais não pode ser entendido como um triunfo comercial de um formato televisivo que postula sua neutralidade narrativa frente à violência das ruas. Como se não passasse de uma espécie de demanda popular pronta reclamando por uma “solução eficaz” para o problema da criminalidade, que as imagens televisivas vêm a satisfazer.

Como estudaram Wilhelm Reich (2001) e Theodor Adorno (2019), o discurso do líder fascista recolhia apoio só na medida em que encontrava uma certa correspondência em uma subjetividade tendencialmente autoritária existente na sociedade. Pensando desde a mesma perspectiva, a multiplicação dos programas sensacionalistas desde os anos 1990 até o presente também dependeu de satisfazer certas expectativas ou desejos (fantasias) da audiência. Reich

e Adorno estudaram, desde perspectivas diferentes, como estavam constituídas essas estruturas de personalidade propensas a apoiar soluções autoritárias, sobre as quais o discurso sensacionalista sobre a violência pode se revelar um dispositivo fascizante. Assim, o problema é explicar como é produzido esse desejo de ordem a qualquer custo (raiz das políticas de exceção) do telespectador.

Tomando como exemplo a crise do motim dos presídios em São Paulo, acontecida num domingo, 18 de fevereiro de 2000, Bucci (2004) afirma que os meios que cobriam ao vivo a rebelião das 24 cadeias começaram a competir para ver quem transmitia a imagem mais *apavorante*, transformando a tarefa de informar, por meio da sucessão de imagens de extrema violência, em uma “indústria do pânico”.¹ Os contínuos *flashes* informativos mantinham em alerta a população e agitavam seus temores de caos ou descontrole social, o que naturalmente provocava angústia e um previsível “desejo de ordem”, uma vez que as rebeliões “Culminarão um ou dois dias depois com cadáveres, um deles decepado. Mortes de que o público está sedento. Sede de execuções. Sede de polícia” (BUCCI, 2004, p. 110).

O modo específico como os meios de comunicação opera através das imagens que transmitem incide profundamente sobre o imaginário social, e aqui reside o que podemos chamar de poder midiático. Mas não se trata agora da violência que os meios afirmam apenas exhibir², mas de uma violência *intrínseca* à própria imagem televisiva. Pensando os meios de comunicação como operação imaginária, de acordo com Marilena Chauí “a imagem é simultaneamente alicerce,

¹ Indústria do pânico cujo produto eram imagens que consistiam em “tomadas aéreas do presídio, a fase tensa dos soldados, os cavalos perfilados fazendo sim com as cabeçorras, os familiares em prantos, as mulheres desmaiando”, inseridas durante os programas de auditório de domingo à tarde (BUCCI, 2004, p. 110).

² Como o slogan do programa *Aqui e Agora*, que se apresentava como “uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é”, (AQUI AGORA, 2022).

instrumento e resultado da operação midiática”, e ela é violenta em si porque “em sua imediatez persuasiva e exclusiva, só é capaz de *propor e provocar atos sem mediação*.” (CHAUI, 2004, p. 7, grifos nossos). Chauí apresenta a tese de Maria Rita Kehl, para quem há “um tipo de violência que *é própria do funcionamento do imaginário em si*” (KEHL, 2004, p. 88, grifos nossos). Mesmo que a produção do imaginário na cultura de massas e a violência não tenha uma simples relação de causa-efeito, há certamente uma conexão entre a omnipresença da imagem e padrões de comportamento social (KEHL, 2004, p. 88).

Seguindo a tese de Kehl, o *imaginário*³ funciona segundo a lógica do desejo e, portanto, frente ao tipo específico de produção de sentido das imagens, não há necessidade de pensamento. Esta oposição imagem-pensamento deve-se a que, por um lado, neste contexto, o pensamento pode ser entendido como o grande esforço que um indivíduo realiza para buscar um objeto de satisfação perdido, ou seja, “um movimento que tenta reconstruir, pela representação, um substitutivo para esse objeto” (KEHL, 2004, p. 90). Assim, o desejo pode encontrar satisfação não só no ato, mas na linguagem, uma vez que “Realizar um desejo’ é encontrar uma *representação* para um desejo que não conhecemos, ao qual nunca temos acesso” (KEHL, 2004, p. 90, grifos nossos).

³ O *Imaginário* é um “Termo derivado do latim *imago* (*imagem*) e empregado como substantivo na filosofia e na psicologia para designar aquilo que se relaciona com a imaginação, isto é, com a faculdade de representar coisas em pensamento, independentemente da realidade. Utilizado por Jacques Lacan a partir de 1936, o termo é correlato da expressão estádio do espelho e designa uma relação dual com a imagem do semelhante. Associado ao real e ao simbólico no âmbito de uma tópica, a partir de 1953, o imaginário se define, no sentido lacaniano, como o lugar do eu por excelência, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo.” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 371). Os registros psíquicos do real, do simbólico e do imaginário constituem uma tópica na obra de Lacan, e por isso “são três registros indissociáveis [e] se articulam como o tripê que sustenta o sujeito do desejo” (KEHL, 2004, p. 94).

Isto equivale ao prazer (descarga de energia psíquica)⁴ porque essa produção de significado provoca uma pausa (que não proíbe o pensamento nem o reprime, mas) que suspende momentaneamente o incessante trabalho psíquico de *simbolização*⁵. E esta pausa é transitória porque, como não temos acesso ao *Real*⁶, o pensamento sempre continuará a produzir novas significações. Deste modo, a cada imagem recebida o telespectador recebe um fragmento de gozo, e por isso

Diante da TV ligada, isto é, diante de um fluxo contínuo de imagens que nos oferecem o puro gozo, não é necessário pensar. O pensamento é um trabalho, e [...] só é convocado quando falha a realização de desejos. [...] E quanto mais o fluxo de imagens ocupa espaço na nossa vida real e na nossa vida psíquica, menos é convocado o pensamento (KEHL, 2004, p. 90-91).

Entretanto, o impacto da crescente presença das imagens na sociedade contemporânea envolve outras dimensões ainda: não se trata de um fluxo caótico de imagens, mero entorpecimento da vida

⁴ “Em Freud, o prazer não se obtém apenas pelo encontro *corporal* com um objeto de satisfação: o prazer, no sentido freudiano, consiste antes de mais nada na descarga promovida pelo encontro da energia libidinal com uma representação mental do objeto de satisfação, que possibilita ao psiquismo um alívio de tensão prazeroso.” (KEHL, 2007, p. 100).

⁵ O *Simbólico*, extraído da antropologia, designa na obra de Lacan “um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente e inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização. [...] Lacan denominou *função simbólica* “o princípio inconsciente único em torno do qual se organiza a multiplicidade das situações particulares de cada sujeito.” (ROUDINESCO, PLON, 1998, p. 714).

⁶ O *Real* é “Termo empregado como substantivo por Jacques Lacan, introduzido em 1953 e extraído, simultaneamente, do vocabulário da filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. [...] no real, por fim, colocou a realidade psíquica, isto é, o desejo inconsciente e as fantasias que lhe estão ligadas, bem como um ‘resto’: uma realidade desejanste, inacessível a qualquer pensamento subjetivo. [O real] designa a realidade própria da psicose, (delírio, alucinação), na medida em que é composto dos significantes foracluídos (rejeitados) do simbólico”. (ROUDINESCO, PLON, 1998, p. 645).

social, mas neste caso da violência do imaginário, refere-se especificamente à produção imaginária do Outro.

O conceito de Outro na psicanálise remete à relação entre o simbólico e o imaginário. De acordo com Kehl, o imaginário se constitui quando a criança se identifica com a imagem de seu próprio corpo, o que lhe permite fundar seu *eu* por meio dessa unidade frágil que dá uma ilusão de identidade. Porém, “a imagem – lembremos o conceito de *estádio do espelho*, em Lacan – é a forma mais primitiva de identificação, que nos coloca na dependência absoluta do olhar do Outro” (KEHL, 2004-a, p. 49)⁷.

O simbólico se constitui justamente quando essa imagem já não é garantia do seu *ser*, e sobrevém então o significante, a palavra, que ocupa o lugar do que falta, *da falta*. Assim, psicanaliticamente, o Outro aponta para a linguagem, a cuja estrutura estamos todos subordinados. Contudo, “embora o Outro seja um conceito do campo simbólico, ele se encarna para nós, ao longo da vida, em várias figuras (imaginárias) de autoridade e saber” (KEHL, 2004-b, p. 94-95). Primeiro, encarna na figura da mãe, que sabe do desejo da criança, e por isso se constitui como uma figura todo-poderosa; e posteriormente na figura do pai, que não só representa a lei mas faz a lei. Desta maneira, assim como a imagem do Outro pode resultar em proteção, também pode encarnar uma ameaça para a criança, que desenvolve agressividade para poder defender esse corpo onde ela se instala como *eu*.

Se “Nesse funcionamento imaginário, a presença do Outro evoca sempre uma reação paranoica” (KEHL, 2004-b, p. 97), figura

⁷ A expressão *estádio do espelho*, cunhada por Jacques Lacan em 1936, designa “um momento psíquico e ontológico da evolução humana, situado entre os primeiros seis e dezoito meses de vida, durante o qual a criança antecipa o domínio sobre sua unidade corporal através de uma identificação com a imagem do semelhante e da percepção de sua própria imagem num espelho.” (ROUDINESCO, PLON, 1998, p. 194).

persecutória porque sabe de nosso desejo, é decisivo entender a especificidade *histórica* da questão do Outro nas sociedades de massa contemporâneas, onde “o Outro está encarnado nessa produção imaginária da qual a televisão é o principal veículo” (KEHL, 2004-b, p. 97).

Assim, Kehl afirma que, se por um lado, o Outro como objeto da cultura é resultado da produção torrencial de imagens produzidas fundamentalmente nos meios de comunicação de massa, sobretudo da televisão, e por outro, temos a produção de uma subjetividade ancorada nesse imaginário cuja lógica dispensa o pensamento, isto é, que dispensa o trabalho psíquico de simbolização do outro (KEHL, 2004-b, p. 98-99).

A consequência consistirá em um laço social

que há de ser sempre um contato ameaçador e violento. Então a violência e a agressividade podem se produzir como resposta a essa ameaça que o outro representa, e como tentativa de deter a inquietação trazida pela falta (KEHL, 2004-b, p. 99).

Falta que se torna intolerável não só porque o predomínio do imaginário prescinde do trabalho de simbolização, mas também porque a enorme produção imaginária está hoje dominada pelo discurso publicitário, cuja mensagem é que não deve haver falta (a satisfação pelo consumo). A publicidade, voz da máquina capitalista de produção de imagens, constitui o discurso que organiza o aparente caos ininterrupto de imagens que a televisão difunde por meio de mensagens que não só buscam produzir a identificação, mas “que representam, para o espectador, indicações sobre o desejo do Outro” (KEHL, 2004-a, p. 46).

Qualquer análise da violência das imagens que diariamente são televisionadas não pode ignorar o funcionamento da violência

do imaginário. No caso concreto dos programas policiais, constitui um falso debate acreditar que a violência só se encontra no sangue mostrado nas telas, porque neste caso se estaria aceitando a suposta neutralidade narrativa do sensacionalismo tantas vezes descontrolado sob o qual se dissimula o verdadeiro impacto destes programas. Mas se se considera o funcionamento do imaginário e a violência intrínseca das imagens, o verdadeiro papel que cumprem os programas policiais é o da produção imaginária do Outro, encarnado na figura do “bandido” como estereótipo do criminoso. O programa policial fixa o telespectador em um imaginário que reduz o Outro a uma ameaça porque a violência da imagem lhe impede a simbolização do outro, induzindo reações defensivas, agressivas.

Mais de três décadas de jornalismo popular policial nas telas das famílias brasileiras é uma das vias para compreender assim a sedimentação do apoio social a respostas violentas para o problema da violência quando em determinada conjuntura de crise institucional aumentam os discursos políticos autoritários. Se “A produção de imagens completas, logo, opacas, obscurece a compreensão das causas estruturais da violência e estimula reações puramente imaginárias, ou seja, *rivalitárias*, contra-agressivas” (BOSCO, 2015, p. 50), se deve à própria natureza da imagem, que aponta para o que não está nela, para a falta, produzindo no espectador um processo de dessubjetivação ao prendê-lo à lógica do desejo, à manipulação das emoções. Desta maneira, a violência do imaginário dentro da qual operam os programas policiais revela um outro aspecto: ela impele o indivíduo ao ato violento.

Maria Rita Kehl afirmou que estamos em uma cultura onde “nossa existência psíquica depende de uma passagem ao ato e de preferência de uma passagem ao ato *em público*” (KEHL, 2004-b, p. 93), e anos antes da popularização das chamadas redes sociais, ex-

plica esse ato em público como a busca para “fazer do nosso corpo, imagem, e imagem para o outro assistir e para o outro fruir” (KEHL, 2004-b, p. 93). Essa passagem ao ato refere-se à sucessão frenética de atividades dos indivíduos, típica da vida contemporânea, pautada pela intensificação da velocidade, que responde a uma demanda do Outro (o discurso publicitário, a indústria cultural), dado que em ausência de “reflexão, contemplação e dúvida” o indivíduo é compelido a agir “Para existir diante desse Outro, *para não desaparecer*” (KEHL, 2004-b, p. 100, grifos nossos).

Esta é a violência do imaginário, onde frente ao enfraquecimento da palavra, do pensamento, só resta o corpo e o ato. Ato que quanto mais violento, melhor responde à demanda do Outro por agir. “Uma sociedade regida por formações imaginárias torna-se uma sociedade violenta” (KEHL, 2004-b, p. 103) porque não há diálogo com o Outro; com o Outro não se pensa por que o Outro, na sua consistência imaginária, me submete, por meio de uma “produção de visibilidade e de imagens contínua, que funciona para o sujeito como oferta incessante de objetos para o desejo – e, portanto, como *suposição de um saber sobre nosso desejo*” (KEHL, 2004-b, p. 97, grifos nossos). Em outras palavras: “O Outro simbolizado, que já é um universo marcado pela falta, me permite pensar. Mas não é com o Outro que eu penso [...], é com o semelhante, é com o pequeno outro” (KEHL, 2004-b, p. 101).

No caso particular dos programas sensacionalistas, o “pequeno” outro está sobredeterminado pela produção imaginária de um Outro como agregado de estereótipos (a figura do *bandido*, causa única de toda violência que temem e sofrem as audiências todas as tardes), o que vai provocando a quebra do laço social, substituído pelo medo e pelo ódio, que produz um *desejo de ordem a qualquer custo*. Assim, quanto mais imagens de violência (na televisão) mais a

violência das imagens (no imaginário) produz um desejo de ordem para o qual não importa a violência requerida para reencontrar a paz social. A reação defensiva e agressiva provocada pelo Outro em uma população amedrontada logo encontra no desejo de extermínio daquele outro que ameaça nossa existência a vazão do mal-estar social acumulado pela violência objetiva.

Deste modo, seria possível formular que uma sociedade ancorada na violência do imaginário (fluxo interminável e onipresente de imagens que, é importante notar, vem se intensificando década a década, acompanhando as mudanças tecnológicas), produzido pelos meios de comunicação, pela indústria da cultura, com o papel central reservado ainda à TV, que promove uma cultura do agir irreflexivo, e mais ainda, seguindo Maria Rita Kehl, que promove a compulsão a agir por meio do ato violento, parece operar, recuperando a fórmula freudiana da *regressão psíquica à condição de horda* que sofre o indivíduo que se integra à massa fascista, uma espécie de relativa *regressão coletiva do simbólico ao imaginário*. Kehl questiona se este predomínio do imaginário não encerra em si uma condição *totalitária*:

Uma formação totalitária é uma formação em que as significações que participam do laço social estão tão fechadas que não há lugar para se começar algo novo, pois os cidadãos se veem tão totalmente cercados, congelados e paralisados num discurso de significações estabelecidas que não há brecha para o rompimento desse Outro sem falta. Uma sociedade na qual a imaginário prevalece, em que as formações imaginárias é que elaboram o real - esse real ao qual não temos acesso -, é uma sociedade de certa forma totalitária (KEHL, 2004-b, p. 104).

A “condição totalitária” que aponta Maria Rita Kehl pode ser reafirmada hoje, quase vinte anos depois, como um estudo sobre as

determinações estruturais do potencial fascista de toda sociedade moderna. O que o texto de Kehl não pôde considerar à época do escrito foi a efetiva realização política desse potencial totalitário, das formas concretas que adotaria a opção dos interesses do grande capital pelo apoio ao início de um processo explícito e aberto de fascistização da sociedade brasileira.

O funcionamento da violência do imaginário e o conseqüente poder fascistizante da televisão permitem pensar o discurso dos programas sensacionalistas como uma espécie de proto-discurso do líder, como se seu efeito tivesse sido o de provocar a *regressão* da audiência, ano após ano, até estar pronta para ser capturada como massa pelo primeiro discurso explicitamente antidemocrático que surgisse.

Em uma sociedade onde “toda passagem ao ato é uma passagem de pura destruição” (KEHL, 2004-b, p. 105), o discurso sensacionalista dos programas policialescos da televisão, como produção industrial de uma cultura ancorada na violência do imaginário, pode ser pensado como um discurso do líder ainda sem líder, isto é, sem ainda termos a figura encarnada do pai da horda, seguindo a perspectiva freudiana, sendo elemento de coesão da massa fascista. Ou de outro modo – o que tem sido a hipótese deste texto – pensado como um discurso fascistizante onde o lugar do líder, no que poderia ser considerado o início do processo de fascistização, é ocupado pelas grandes empresas de comunicação, estudadas não em conjunto, pretendendo uma unidade que não possuem, mas a partir da análise de um gênero de programas específicos, como aqui fizemos com os programas policiais. Outros gêneros de programas podem ser analisados da mesma maneira. Assim, o discurso dos programas sensacionalistas pode ser percebido como uma das primeiras etapas do processo de fascistização em sentido amplo, ou de outra maneira, como lenta preparação das pré-condições socioculturais do processo de fascistização em sentido estrito.

Entretanto, só com um discurso do medo não chegamos a identificar um processo de fascistização: com a imposição da lei do medo (KEHL, 2007), estamos em um outro tipo de governo autoritário, uma ditadura militar, por exemplo, que *paralisa* a sociedade pelo terror. Diferentemente, a incidência de um discurso fascistizante *mobiliza* aqueles indivíduos com uma estrutura de personalidade com predisposição autoritária, porque lhes aponta um objeto de ódio sobre o qual descarregar a sua agressividade.

O discurso do líder constrói um objeto de ódio para a massa fascista, o que garante sua coesão porque elimina a agressividade que poderia haver entre seus membros, dirigindo-a para um *out-group*. Caracteristicamente, o discurso dos programas sensacionalistas oferece recorrentemente a figura estilizada do “bandido” como causa incriada da violência generalizada. Resta, portanto, uma questão essencial: quem é, na realidade, o “bandido” do imaginário?

“Inempregáveis”: esse foi o neologismo que o então presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu em uma palestra em 1997.⁸ Segundo o ex-presidente, “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las”, sendo vítimas do desenvolvimento tecnológico e não mais tendo um papel na economia. (CARDOSO *apud* GIELOW, 1997, s./n.).

Francisco de Oliveira é quem resgata esta fala presidencial, calculando que a cifra de 40 milhões de “inempregáveis” referida pelo

⁸ A palestra foi realizada na abertura do Seminário Internacional de Emprego e Relações de Trabalho, realizado pelo Ministério do Trabalho no Memorial da América Latina, em São Paulo, no dia 7 de abril de 1997 (GIELOW, 1997).

próprio ex-presidente na sua palestra, equivalia a 27 % da população brasileira à época (150 milhões de habitantes), e a 53 % da população economicamente ativa daquele momento. (OLIVEIRA, 1998, p. 214). A conclusão para este autor é que a apresentação da globalização como um processo inexorável e das reformas pró-mercado como incontornáveis, revelam a aceitação de uma divisão *irremediável* entre uma parcela da população empregável e um grande contingente de trabalhadores sem chances no mercado de trabalho formal.

Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mensal do IBGE, analisados por José Estácio Diniz Alves para o período 2012 a 2020 (ALVES, 2021, s./n.), permitem confirmar o diagnóstico de Francisco de Oliveira. No primeiro trimestre de 2012, a população brasileira em idade ativa (PIA) era de 156,7 milhões de pessoas, tendo aumentado para 174,6 milhões no segundo trimestre de 2020. Excluindo aqui o ano de 2020 pelo impacto negativo extraordinário da pandemia de Covid-19, no período de 2012 ao último trimestre de 2019 então, a população economicamente ativa (PEA) aumentou de 95,2 milhões para 106,2 milhões e a população ocupada (PO) aumentou de 87,6 milhões para 94,6 milhões de trabalhadores. Considerando que o aumento da PIA foi de 11,4 % no período, a taxa de ocupação⁹ só aumentou de 44,5 % em 2012 para 45 % em 2019. E a taxa composta de subutilização da força de trabalho¹⁰ passou de 14,8 % em 2014 para 24,3 % em 2019 e 30,6 % no terceiro trimestre de 2020, representando mais de 33 milhões de trabalhadores subutilizados.

Em relação aos principais dados de população e mercado de trabalho no Brasil, Alves afirma que

⁹ População ocupada / população total.

¹⁰ “A taxa mede o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial” (ALVES, 2021).

A população brasileira passou de 201,2 milhões de habitantes no trimestre jun-jul-ago de 2014 para 211,1 milhões no trimestre semelhante de 2020. A PIA que era de 161,4 milhões de pessoas em idade ativa em 2014 (representando 80,2% da população total) passou para 174,6 milhões em 2020 (representando 82,7% da população total). Portanto houve um aumento do potencial produtivo do Brasil. [...] Contudo, este potencial tem sido desperdiçado, pois a PEA caiu de 98,2 milhões para 95,5 milhões no mesmo período e a PO caiu ainda mais, de 91,5 milhões para 81,7 milhões. Desta forma, *o Brasil tem apenas 38,7% da população ocupada e 61,3% fora do mercado de trabalho* (ALVES, 2021, grifos nossos).

Contudo, a análise de Francisco de Oliveira vai muito além da crítica da precarização laboral. Este autor afirma que “há algo mais tenebroso por trás da denúncia ao combate ao desemprego e à miséria. *“É que as classes dominantes na América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania.”* (OLIVEIRA, 1998, p. 215, grifos nossos).

O conceito de exclusão transcende o campo laboral para se revelar como um novo horizonte político onde se abandona todo projeto de integração social, onde a população sofrerá o levantamento de um *“verdadeiro apartheid entre classes, entre os dominantes e os dominados.”* (OLIVEIRA, 1998, p. 215). Ideologicamente, tanto o determinismo tecnológico supostamente causador do desemprego estrutural quanto a globalização como fatalidade frente à qual o Estado nada podia fazer e até o descarte sumário de toda a teoria crítica pelo pensamento pós-moderno, contribuíram a legitimar, entre outros fatores, as chamadas reformas estruturais no discurso dominante dos anos 1990. Mas o que todos esses racontos ideológicos justificavam de fato era que uma grande parcela da população brasileira

estava sendo confinada a um *tenebroso* não-lugar que não se limitava à crescente desapareição do vínculo salarial formal.

Francisco de Oliveira elabora um conceito de exclusão mais amplo. Trata-se da construção de um apartheid caracterizado por um novo campo semântico excludente onde, a partir de agora, *os direitos são transformados em obstáculos*: “direitos e conquistas civilizatórias, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos [...] são transformados em fatores causais da miséria, pobreza, exclusão e ausência de cidadania”. (OLIVEIRA, 1998, p. 216). Abertura econômica, integração subordinada com a economia global, desregulamentação de mercados e privatizações de estatais estratégicas definem, dos anos 1990 até hoje, um projeto de desmonte seletivo do Estado nacional-desenvolvimentista. Esta desarticulação do papel do Estado como agente impulsor do desenvolvimento, foi e é apresentado ideologicamente como um retorno a um fantasioso “Estado mínimo” que liberaria todo o potencial da iniciativa privada para retomar o crescimento econômico.

Porém, o regresso a um Estado não intervencionista, ou seja, a destruição de suas capacidades regulatórias, apesar de vendida como uma mudança economicamente modernizante, implicava um efeito brutalmente *regressivo* em termos de processo civilizatório. A reestruturação produtiva por meio de políticas orientadas para o mercado exigia um conjunto de reformas estruturais para as quais os direitos sociais apareciam agora (nos anos 90) como resíduos regulatórios de um modelo econômico superado. Os direitos se transformavam de repente em um entrave para um novo modelo de crescimento.

Em palavras de Francisco de Oliveira, este processo representava uma “desuniversalização da dominação” (OLIVEIRA, 1998, p. 220), porque “os grupos e classes dominantes no Brasil já não pretendem integrar, mesmo que seja por mecanismos reificadores da

exclusão” (OLIVEIRA, 1998, p. 215)¹¹ a toda a população. Como consequência, a fragmentação social resultante passou a se expressar como “um crescente distanciamento, intranscendência e incomunicabilidade entre as classes sociais.” (OLIVEIRA, 1998, p. 215). Tratava-se de uma mudança epocal: era o fim do paradigma da formação e da luta pela construção de uma nação como horizonte último do embate entre projetos políticos, como tinha sido característico durante grande parte do século XX.¹²

Neste sentido, o novo campo semântico da nova era neoliberal consiste em uma série de operações comunicacionais de exclusão: a proteção social é transformada em um custo empresarial; os funcionários públicos são transformados em inimigos do povo por seus supostos privilégios; os direitos humanos são transformados em causa da violência, e toda contestação ou protesto político é transformado em gesto totalitário (OLIVEIRA, 1998, p. 216).

É uma vasta operação ideológica onde as palavras começam, progressivamente, a perder seu significado, ou pior, a significarem seu contrário. Pode ser considerado exemplo fundacional desta torção linguística o sequestro da palavra “reforma”, que de aludir tradicionalmente a mudanças socialmente progressistas, passou a sinalizar, no discurso dominante no final dos anos 1980 e começo dos anos 90 (Cf. FONSECA, 2005)¹³, e até nossos dias, um con-

¹¹ Sobre a integração por exclusão: “negros, no Brasil, mulheres em toda América Latina, os índios de variada extração na América Latina, os mestiços, a infância, os coortes geracionais, eram formas de clivagem no mercado de trabalho que integravam por exclusão, vale dizer, o mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina” (OLIVEIRA, 1998, p. 213).

¹² A questão da crise ou ausência de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, aparece nos mesmos anos 1990 na obra de Celso Furtado (1992), e no devastador diagnóstico de época de Paulo Arantes em “A fratura brasileira do mundo” (2001).

¹³ Fonseca analisa o papel da grande mídia na difusão e consolidação das ideias neoliberais no Brasil, entre 1985 e 1992.

junto de políticas de liberalização econômica para as quais diversos tipos de regulação, incluídos os direitos trabalhistas, precisam ser eliminados. Ou, segundo a novilíngua neoliberal, *flexibilizados*. Contrarreformas socialmente regressivas passaram a ser apresentadas como otimistas mudanças modernizadoras de um mundo caduco pelo seu fracassado *estatismo*.

Segundo Francisco de Oliveira, a mídia realiza estas operações comunicacionais sobre essa sociedade fragmentada por meio de revistas, jornais, programas de rádio e de televisão que se dirigem, desde sua concepção, a públicos segmentados. A mídia não dirige seus produtos ao conjunto da sociedade, mas a estratos sociais diferenciados, e deste modo cada grupo televisivo, por exemplo, escolhe como alvo preferencial uma classe social determinada (OLIVEIRA, 1998, p. 215).¹⁴ Neste contexto,

A sequência de tragédias, massacres, é diária, e toda uma histeria contra os direitos humanos, que são direitos civis e políticos, manifesta-se cotidianamente na mídia impressa, televisiva e radiofônica. Os arautos do ‘olho por olho’, ‘dente por dente’, conduzem programas de grande audiência na mídia. Há, no ar, uma espécie de sociabilidade da apartação, da segregação, do confinamento (OLIVEIRA, 1998, p. 216).

Os programas sensacionalistas de televisão começavam, à época que foram escritas estas palavras, seu percurso rumo à massividade que lhes conquistaria mais de 7 horas diárias nas telas dos lares brasileiros. Deste modo, o debate público foi progressivamente capturado por uma comunicação midiática caracterizada pela lógica da

¹⁴ O exemplo do Grupo SBT, dirigido às classes C, D e E, diferentemente da Rede Globo, mais orientada às classes A e B, utilizando como critério de classificação o nível de renda somado de todos os residentes de um mesmo domicílio (IBGE).

exclusão, que resulta “mortal para a formação de uma arena pública, de uma esfera pública” (OLIVEIRA, 1998, p. 217).

Trabalhando com a desconfiança natural contra o político profissional (“os programas políticos tendem a se parecer com prontuários policiais”) (OLIVEIRA, 1998, p. 216-217), contra o funcionário público, contra o Estado, contra a política em geral, a comunicação midiática começou a destilar, desde os anos 1980, segundo a formulação de Francisco de Oliveira, *uma ideologia antiestatal*, cuja mensagem se baseia na “falsa consciência da desnecessidade do Estado; a rigor, trata-se de uma ‘falsa consciência’ da desnecessidade do público, que se expressa nas formas ainda estatais do público no Brasil.” (OLIVEIRA, 1998, p. 219). Para este autor, são as próprias burguesias brasileiras que acreditaram poder prescindir do Estado, dada a inversão sofrida pelo Estado de agente financiador do desenvolvimento econômico a administrador falido de uma dívida externa que impossibilitava a continuação deste papel diretor (IDEM).

A *desuniversalização da dominação* significa que a nova dinâmica estrutural da acumulação no capitalismo de gestão neoliberal, que passa a funcionar excluindo em vez de incluir os dominados na ordem jurídico-formal da mercadoria¹⁵, resulta em uma lógica “totalitária” que se impõe por meio da “impossibilidade do dissenso, da alternativa, do seqüestro do discurso e da fala contestatória, da anulação da política.” (OLIVEIRA, 1998, p. 220). Estavam dadas as pré-condições históricas para o início de um processo profundo de desdemocratização que Francisco de Oliveira, em 1997, apontou como “tendências de metamorfose das democracias em totalitarismos” (OLIVEIRA, 1998, p. 221), e que na atualidade aparecem

¹⁵ Refiro-me à fase prévia do chamado capitalismo administrado, vigente desde a segunda pós-guerra até a crise das economias centrais nos anos 1970, considerando entre seus principais elementos a construção do Welfare State e as políticas keynesianas de pleno emprego como um objetivo de política econômica.

concretizadas nas tendências neofascistas que ameaçam as democracias contemporâneas.

O *discurso do medo* se insere neste processo histórico como um dos componentes de um discurso midiático que, pelas características estudadas, tem alimentado essa citada “sociabilidade da apartação, da segregação, do confinamento”. A lógica sensacionalista resulta em um jornalismo policial com efeitos fascistizantes porque vai transformando a audiência em uma massa em condições de ser capturada, segundo a conjuntura política, pelo primeiro discurso autoritário que surgir. É a correlação que, exatamente vinte anos depois do texto de Francisco de Oliveira, revela sem surpresa o alto apoio a posições autoritárias por parte de uma população com um alto índice de medo à violência (FBSP, 2017).

O consenso punitivista que assim vai sendo construído na sociedade chega, mais cedo ou mais tarde, à conhecida sentença *Bandido bom é bandido morto*. Prepara-se desta maneira o terreno para um potencial “Holocausto sem câmaras de gás” (OLIVEIRA, 1998, p. 221), porque a figura do *bandido* construída no imaginário tem a função de, por meio do estado de pânico que vai se semeando diariamente, legitimar o extermínio da grande parcela da população condenada ao apartheid, — porque a figura do *bandido* a ser eliminado é na verdade o estereótipo midiático que encobre o trabalhador “inempregável”.

Em poucas palavras: é a construção midiática do *bandido* no imaginário que torna o trabalhador “inempregável” matável. Esta figura é moldada pela mobilização de preconceitos que confluem para um estereótipo muito bem definido. Segundo Cida Bento, conselheira do “Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades” (CEERT),

[...] o perfil deste bandido no imaginário social é negro, mesmo que estejamos saturados de ver seguidamente na televisão, como no caso da CPI da Covid-19, agentes privados em conluio com agentes públicos, cuja maioria não é negra, não é de periféricos, não é pobre (muito pelo contrário), exercendo grandes roubos e desvios de recursos públicos que geram a morte de milhares de brasileiros (BENTO, 2012, s./n.).

Esconder o “inempregável” atrás da figura do *bandido* constitui a grande operação comunicacional de exclusão, porque busca fabricar um consenso autoritário a favor de políticas punitivistas para enfrentar o fenômeno da violência enquanto invisibiliza as políticas neoliberais que são causa atual da permanência e aprofundamento da fratura social. Estas produzem o indivíduo descartável (o “inempregável”) e aquelas propõem a solução final para o problema da violência. É neste ponto que o apartheid se funde com o racismo. Segundo dados do último relatório do “Fórum Brasileiro da Segurança Pública”,

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa

de 2,5 para mulheres não negras. [...] Ao analisarmos os dados da última década, vemos que a redução dos homicídios ocorrida no país esteve muito mais concentrada entre a população não negra do que entre a negra. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio apresentaram uma diminuição de 20,3%, sendo que entre negros houve uma redução de 15,5% e entre não negros de 30,5%, ou seja, a diminuição das taxas homicídio de não negros é 50% superior à correspondente à população negra. Se considerarmos ainda os números absolutos do mesmo período, houve um aumento de 1,6% dos homicídios entre negros entre 2009 e 2019, passando de 33.929 vítimas para 34.446 no último ano, e entre não negros, por outro lado, houve redução de 33% no número absoluto de vítimas, passando de 15.249 mortos em 2009 para 10.217 em 2019 (CERQUEIRA *et al*, 2021, p. 49).

Trata-se de milhões de homens e mulheres para quem não há projeto de integração porque neoliberalismo significa, neste contexto, o fim de todo tipo de vínculo que pudesse haver por parte das classes dominantes locais com o futuro do país enquanto projeto coletivo (e não por isso menos contraditório) de nação. O problema da dominação será, de agora em diante, não a integração em um sistema que não integra, mas a administração de crescentes multidões descartadas.

Neste sentido, o *discurso do medo* constituirá um discurso com traços fascizantes porque, se bem os programas policiais não promovem nenhuma liderança política específica, a manipulação do medo constrói simultaneamente o seu objeto de ódio, o *bandido*, levando a audiência a acreditar que a sensação de crescente caos social só pode se resolver com rajadas de metralhadora e tiros de pistola. O discurso do medo coloca no horizonte a possibilidade de extermínio

por meio da *eliminação física* do trabalhador inempregável. Neoliberalismo e neofascismo dão início assim à sua dança da morte.

Francisco de Oliveira conclui seu ensaio resgatando a perspectiva frankfurtiana com uma quase profecia: “A sombria desconfiança da teoria crítica de que o nazifascismo foi uma perversão gestada no espectro de virtualidades do liberalismo aparece, no Brasil e na América Latina [...] como uma aterradora plausibilidade da hipótese” (OLIVEIRA, 1998, p. 221).

Resulta necessário, portanto, pensarmos os processos históricos que, conjugados, demonstram as raízes neoliberais das atuais tendências neofascistas. O neofascismo não representaria uma ruptura, mas antes um novo estágio da incontrolabilidade do capital promovido pela atual crise e esgotamento do projeto neoliberal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ALVES, José Estáquio Diniz. O desperdício ultrajante da força de trabalho no Brasil, *Outras Palavras*, 2020. Disponível em < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-desperdicio-ultrajante-da-forca-de-trabalho-no-brasil/> > Acesso em: 9 ago. 21.

AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo popular*. 2ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2021.

AQUI AGORA, In: *WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aqui_Agora&oldid=63056881 > Acesso em: 19 set. 2021.

ARANTES, Paulo. A fratura brasileira do mundo, Em: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2001, p. 291-343.

BENTO, Cida. Personalidade autoritária move policial que tirou paraplé-gico negro á força de carro, In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de outu-bro de 2012, Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cida-bento/2021/10/personalidade-autoritaria-move-policial-que-tirou-paraplegico-negro-a-forca-de-carro.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblci=GiDuOkfLga0TbzfwmovqqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo_JbUvqvSg4dO#tblciGiDuOkfLga0Tb-zfwmovqqGk3eajJWtWt0QC5OTYPv7WkPCDJ81Qo_JbUvqvSg4dO > Acesso em 18 out. 2021.

BOSCO, Francisco. Violência e sociedade do espetáculo, In: NOVAES, Adauto (Org.), *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Edi-ções Sesc São Paulo, 2015, p. 35-57.

BRASIL URGENTE, Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente> >, e *PROGRAMAÇÃO da BAND*, Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/programacao> > Acesso em 13. mar. 2022-a.

BRASIL URGENTE, Policial reage e mata bandido, Em: < [band.com.br / Brasil Urgente](http://band.com.br/BrasilUrgente) >, Duração 2:22 min., Disponível em < <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente/videos/policial-reage-e-mata-bandido-16848393> >, Sem data, Acesso em 20 jul. 2022-b.

BUCCI, Eugênio, Como a violência na TV alimenta a violência real – da polícia, In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107-116.

CARVALHO, Igor. Dá para controlar os abusos de programas policiais na TV? Lei uruguaia mostra que sim. In: *Brasil de Fato*, São Paulo, 10 de julho de 2020, Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/da-para-controlar-os-abusos-de-programa-policiais-na-tv-lei-uruguaia-mostra-que-sim> > Acesso em 22 set. 2022.

CERQUEIRA, Daniel (et al.). *Atlas da Violência 2021*. São Paulo, IPEA, Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2021. p. 49. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> > Acesso em 10. out. 21.

CHAUÍ, Marilena, Prefácio. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 7-13.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a Grande Imprensa e a Formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. In: *Textos para debate*, nº 1, São Paulo, 2017, 39 p. Disponível em < https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/ > Acesso em: 20. set. 2021.

FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIELOW, Igor, Economia cria “inempregáveis”, diz FHC. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1997, Caderno Brasil, disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm> > Acesso 16 ago. 21.

KEHL, Maria Rita, Elogio do medo, In: NOVAES, Adauto. *Ensaios sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 89-110.

_____. O espetáculo como meio de subjetivação, In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004-a, p.43-62.

_____. Televisão e violência do imaginário, In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004-b, p. 87-106.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. *Jornalismo Policial na Televisão Brasileira: Gênero e Modo de Endereçamento*. Vitória da Conquista: Edições UESB; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, In: _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da economia imperfeita*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 205-221.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUANET, Sergio Paulo. *A razão cativa*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

GABRIEL DE ABREU GONÇALVES DE PAIVA

Graduado em História, Especialista em História da Educação Brasileira. Mestre em Educação e Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor de História do Quadro Próprio do Magistério/SEED. Professor do Centro Universitário FAG, campus Toledo/PR.

E-mail: gabrielpaivahist@yahoo.com.br

JOÃO ELTER BORGES MIRANDA

Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação de História (PPGH) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon. Também é doutorando pelo Programa de Pós-graduação de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista Capes. Este artigo é parte de temas discutidos anteriormente em Miranda (2021).

E-mail: recapiari636@gmail.com

LUANA MILANI PRADELA

Mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon). Professora de história para Ensino

Fundamental 2 e Médio no Colégio Luterano “Rui Barbosa” (Marechal Cândido Rondon). Membro do Projeto de pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura: o caso de Itaipu Binacional”, sob a coordenação da Profa. Dra. Carla Luciana Silva, vinculado ao edital da CAAF/Unifesp: “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”.
E-mail: lumilanipradela@gmail.com

MARIANO LUIS SÁNCHEZ

Doutorando em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) campus Marechal Cândido Rondon/PR, e professor mestre de sociologia e ciência política na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Laranjeiras do Sul/PR. Integra o Grupo de Pesquisa História e Poder.
E-mail: mariano.sanches@uffs.edu.br.

RAPHAEL ALMEIDA DAL PAI

Professor de História do Quadro Próprio do Magistério da rede de ensino básico do Estado do Paraná (SEED/PR); mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); o presente artigo se trata de uma parte da dissertação de mestrado defendida em 2017 intitulada “Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo”.
E-mail: raphael.adp@gmail.com

RODRIGO RIBEIRO PAZIANI

Doutor em História pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Colegiado de Graduação e Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Candi-

do Rondon. Membro do grupo de Pesquisa “História e Poder” e do Laboratório de Pesquisa “Estado e Poder”. Coordenador do Núcleo de Documentação e Pesquisa sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL).
E-mail: rodrigo.paziani@unioeste.br

SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGH-UNIOESTE) e graduado em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando pelo PPGH-UNIOESTE na área de concentração História, Poder e Práticas Sociais e vinculado à Linha de Pesquisa Estado e Poder.

E-mail: samuellfrnd@gmail.com

VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Técnica-administrativa em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: veribertelli@gmail.com

YURI DE CARVALHO ARAÚJO

Especialista em “História, Cultura e Sociedade” pelo Centro Universitária Barão de Mauá (Ribeirão Preto). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação de Histórias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon). Docente do Centro Universitário Barão de Mauá, atuando nos cursos de História e Pedagogia.

E-mail: yuri.araujo@baraodemaua.br



Resultado de pesquisas científicas realizadas em nível de mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon, a obra agrega uma jovem safra de historiadores que portam – em suas respectivas trajetórias e formações intelectuais – densidade analítica e significativas contribuições ao (urgente) debate sobre os sentidos e significados da democracia, da ditadura e do fascismo (ou da “fascistização”), especialmente no Brasil [...]



9 786581 266431